DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, francos de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.

Annunciam-se todas as publicações literarias de que se receberam na mesma Imprensa dola exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1909, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

Annuncios, por linha 60
Comunicados e correspondencias, por linha 60

A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respectar á publicação de annuncios será enviada á mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos, vir acompanhada da respectiva importância.

AVISO

São prevenidas as autoridades, repartições publicas ou quaisquer individuos que subscreveram para o «*Diario do Governo*» até 31 de dezembro corrente, de que devem renovar as assinaturas antes d'aquelle dia, a fim de não soffrerem interrupção na sua remessa.

Os preços são, por anno, a começar em janeiro ou julho, 18\$000 réis; e por semestre, idem, 10\$000 réis, acrescendo para o estrangeiro o porte do correio. Não se abre assinatura por trimestre.

As assinaturas recebem-se unicamente na Contadoria da Imprensa Nacional, em todos os dias uteis, desde as dez horas da manhã até as tres da tarde, podendo ser satisfeitas em dinheiro ou vales do correio passados a favor do thesoureiro da mesma Imprensa.

SUMMARIO

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto, com força de lei, de 30 de novembro, mandando inscrever nas tabellas da despesa de todos os Ministerios determinadas quantias para remuneração dos secretarios do Presidente do Governo Provisorio e dos Ministros das diferentes Repartições, desde 6 de outubro até 30 de junho de 1911.

MINISTERIO DO INTERIOE:

Decreto, com força de lei, de 2 de dezembro, regulando a concessão de cartas de naturalização.
Portaria de 2 de dezembro, louvando o cidadão Francisco de Almeida Grandella, pela doação que fez ao Estado de varios edificios escolares e respectivos mobiliario e material de ensino.
Despachos criando duas escolas de ensino primario.
Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Primaria, sobre movimento de pessoal.
Rectificação á lista das escolas primarias postas a concurso no *Diario* n.º 47, de 29 de novembro.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Decreto, com força de lei, de 2 de dezembro, mandando transferir para a Cadeia Penitenciaria de Lisboa todos os presos existentes na de Coimbra, e inserindo outras disposições concernentes aos serviços da syndicancia ordenada á segunda d'aquellas cadeias.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Portaria de 28 de novembro, nomeando mais um vogal para a commissão de syndicancia aos serviços da Caixa Geral de Depositos.
Portaria de 30 de novembro, nomeando uma commissão para syndicar os serviços da Repartição Official de Medição e organizar as bases para a regulamentação dos mesmos serviços.
Decreto de 26 de novembro, suspendendo do exercicio e vencimento o thesoureiro geral do Ministerio das Finanças.
Decretos de 30 de novembro:

Extinguindo a commissão incumbida de adquirir e fiscalizar o fornecimento de artigos de expediente destinados ás Repartições do Ministerio das Finanças, e encarregando das correspondentes funções, sob a superintendencia do secretario geral do Ministerio, o chefe do pessoal menor da Secretaria.

Suspendendo do exercicio e vencimento o director geral da Thesouraria do Ministerio das Finanças.
Elevando o numero de empregados que constituem o quadro das Repartições de Fazenda districtaes do continente e reduzindo o das Repartições Centraes.

Decretos de 2 de dezembro:
Suspendendo do exercicio e vencimento o chefe da Repartição do Gabinete do Ministro, do Ministerio das Finanças.
Modificando algumas disposições do regulamento de 16 de julho de 1896, na parte relativa á constituição das juntas de repartidores.

Dissolvendo as juntas dos repartidores dos quatro bairros de Lisboa e a junta central dos repartidores da mesma cidade, annullando as deliberações tomadas pela referida junta central quanto á repartição da taxa do gremio dos droguitas, e mandando que as reclamações d'este gremio sejam julgadas por uma commissão nomeada pela Camara Municipal de Lisboa.

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Rectificação a um dos documentos do processo relativo ás despesas do ultimo Tribunal de Verificação de Poderes.
Decreto, com força de lei, de 30 de novembro, annullando as collectas de decima de juros que tenham sido lançadas á Camara Municipal de Beja por emprestimos do celloiro commum d'aquelle município.

MINISTERIO DA GUERRA:

Decreto de 30 de novembro, determinando que do credito extraordinario aberto por decreto de 14 de outubro ultimo seja desviada a quantia de 25:000\$000 réis, com applicação a obras militares.
Decreto de 2 de dezembro, mandando expropriar um terreno para a construção da carreira de tiro destinada á guarnição de Braga.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Portaria de 2 de dezembro, mandando aggregar mais dois funcionarios á commissão de syndicancia aos serviços do Ministerio do Fomento.

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos das Classes Trabalhadoras Estremocenses, approvados por alvará de 27 de maio de 1909.

Despachos pela Direcção Geral do Commercio e Industria, sobre movimento de pessoal.

Notificação de registos de marcas industriaes, effectuados no Bureau Internacional de Berna.

Relação de registos de marcas industriaes recusados.

Relação de pedidos de registo de patentes de invenção.

Nota das patentes de invenção tornadas extensivas ás colonias, cujas taxas annuaes foram pagas em novembro.

Despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telegraphos sobre movimento de pessoal.

Editos acerca do projecto de instalação de um grupo de machinas hydro-electricas na Ribeira da Praia, em Ponta Delgada.

Decreto de 29 de novembro, alterando algumas disposições do regulamento da Caixa de Aposentações e Socorros dos Caminhos de Ferro do Estado.

Habilitações para levantamento de creditos.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal Administrativo, accordo n.º 18:057.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, aviso acerca do estabelecimento de um mercado de gado na freguesia do Lumiar, no ultimo domingo de cada mês.

Junta do Credito Publico, habilitação para levantamento de um credito; relação das obrigações de 4 por cento de 1888, sorteadas e não apresentadas para amotização; editos para averbamento de titulos.

Administração do concelho de Ovar, edital acerca do julgamento das contas da gerencia da Camara Municipal em 1904.

Administração do concelho do Cartaxo, editaes acerca do julgamento das contas das gerencias da Camara Municipal, em 1908, da Junta de Párcchia do Cartaxo, em 1909, e da Irmandade do Santissimo da Ereira, em 1908-1909.

Administração do concelho de Celorico de Basto, edital acerca do julgamento das contas da Confraria do Santissimo de Infesta, nas gerencias de 1907-1908 e 1908-1909.

Biblioteca Nacional de Lisboa, relação das obras publicadas em Portugal e das portuguezas publicadas no estrangeiro que deram entrada na Biblioteca na semana finda em 26 de novembro.

Julgo de direito da comarca de Santa Comba Dão, editos para expropriações de terrenos.

Patriarchado de Lisboa, edital annunciando a benção papal por occasião da festividade de Nossa Senhora da Conceição.

Repartição de Fazenda do 3.º bairro de Lisboa, annuncio para arrendamento de casas.

Instituto de Agronomia e Veterinaria, aviso para matriculas no curso de agricultura colonial.

Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 492 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 29 de novembro.

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Não havendo nas tabellas da distribuição da despesa dos diferentes Ministerios verbas proprias para retribuição dos secretarios do Presidente do Governo Provisorio da Republica Portuguesa e dos Ministros, quer sejam escolhidos para esses cargos individuos estranhos ás secretarias de Estado ou funcionarios publicos que pelo excessu de serviço tenham direito a remuneração especial;

Considerando que o desempenho das alludidas funções, em ambos os casos, não pode considerar-se de favor, e que nada ha mais prejudicial á severidade que deve haver na administração publica que a falta de preceitos que definam situações e regulem os assuntos;

Attendendo a que, por estes motivos, se torna necessario providenciar sobre aquella missão, a fim de que os trabalhadores que os alludidos secretarios hajam de prestar possam utilizar-se sem escrupulo:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

É inscrita, por transferencia dos artigos adeanto designados, na tabella da distribuição da despesa do Ministerio das Finanças, em artigos adicionais aos de encargos geraes do capitulo 3.º, e do serviço proprio do Ministerio, do capitulo 10.º, e na de todos os Ministerios, em artigo adicional aos dos vencimentos do pessoal dos quadros das secretarias, respectivamente para remunerações aos secretarios do Presidente do Governo Provisorio da Republica Portuguesa e para os secretarios dos Ministros, a quantia de 736\$508 réis, equivalente á de 1:000\$000 réis annual, a fim de ser abonada, desde 6 de outubro ultimo até 30 de junho proximo futuro, aos individuos incumbidos d'essas funções, em conformidade da distribuição que, por meio do despacho, lhes for fixado por cada Ministro.

As transferencias indicadas effectuar-se-hão nos diversos Ministerios da seguintes forma:

No das Finanças do artigo 160.º para os artigos 26.º-G, serviço da Presidencia, o 55.º-A, serviço do Ministerio;

No Interior, do artigo 87.º para o artigo 2.º-A;

No da Justiça, do artigo 52.º para o artigo 2.º-A;

No da Guerra, do artigo 42.º para o artigo 2.º-B;

No da Marinha e Colonias, do artigo 27.º para o artigo 4.º-B;

No dos Negocios Estrangeiros, do artigo 13.º para o artigo 2.º-A;

No do Fomento, do artigo 92.º para o artigo 2.º-A.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo Provisorio da Republica, em 30 de novembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Miguel de Brito Cumacho*.

MINISTERIO DO INTERIOE

Direcção Geral de Administração Política e Civil

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Governo poderá conceder carta de naturalização aos estrangeiros que a requeiram na camara municipal da sua residencia, e que se encontrem nas condições seguintes:

- 1.ª Sendo maiores ou havidos por maiores, tanto pela lei portuguesa, como pela do seu pais;
- 2.ª Podendo grangear salarios pelo seu trabalho ou tendo outros meios de subsistencia;
- 3.ª Tendo residido tres annos, pelo menos, em territorio portuguez;
- 4.ª Estando livres de qualquer responsabilidade penal;
- 5.ª Tendo cumprido as leis do recrutamento militar do seu pais.

§ 1.º A petição a que se refere este artigo carece de reconhecimento autentico.

§ 2.º A condição 3.ª não é exigivel aos descendentes de sangue portuguezes que vieram domiciliar-se no pais, e pode ser dispensada, no todo ou em parte, ao estrangeiro casado com mulher portuguesa, e áquelle que tenha prestado ou seja chamado a prestar á Nação algum serviço relevante cuja utilidade determine essa dispensa.

§ 3.º A condição 4.ª prova-se por certificado do pais do individuo estrangeiro que pretender naturalizar-se cidadão portuguez e por certificado do seu registo criminal em Portugal, se a sua residencia em territorio portuguez tiver sido por tempo inferior a quinze annos; se tiver sido por mais tempo, bastará este ultimo certificado.

§ 4.º Alem dos documentos mencionados só poderão ser exigidos os que o forem por tratado ou convenção entre a Nação Portuguesa e a do que pretender naturalizar-se.

§ 5.º Os documentos passados em Portugal não ficarão sujeitos ás disposições da lei do sello, e poderá o Governo dispensá-los, substituindo-os por informações das estações, autoridades ou funcionarios competentes.

Art. 2.º O cidadão portuguez que por ventura seja havido como nacional tambem de outro pais, enquanto viver neste não poderá invocar a qualidade de cidadão portuguez.

Art. 3.º O estrangeiro naturalizado não poderá exercer funções publicas de qualquer natureza nem exercer funções de direcção ou fiscalização em sociedades ou outras entidades dependentes do Estado por contrato ou por elle subsidiadas, enquanto não decorrerem cinco annos, pelo menos, após a data da sua naturalização.

§ unico. Durante este mesmo prazo o estrangeiro naturalizado será sujeito, enquanto á aquisição e posse de bens mobiliarios, ás mesmas restrições que existirem para os estrangeiros.

Art. 4.º As cartas de naturalização só produzirão o seu effecto sendo registadas, no prazo de seis meses, a contar da concessão, no archivo da camara municipal do concelho onde o estrangeiro estabelecer o seu domicilio.

Art. 5.º Em cada carta de naturalização será apposto, como direito de mercê, pago pelo estrangeiro que pretender naturalizar-se, um sello da taxa de 20\$000 réis, collado e inutilizado no Ministerio do Interior.

§ unico. Será dispensado este sello quando a naturalização for concedida áquelle que tenha feito ou seja chamado para fazer á Nação algum serviço relevante.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 2 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio Jo-é de Almeida = Affonso Costa = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Bernardino Machado = Manuel de Brito Camacho.*

Direcção Geral da Instrução Primaria

2.ª Repartição

O cidadão Francisco de Almeida Grandella fez doação ao Estado de varios edificios escolares situados em Bemfica, Tagarro e Foz do Arelho, dotados de bom mobiliario e material de ensino.

Para publico testemunho de quanto o Governo Provisorio da Republica Portuguesa considera a benemerencia d'aquelle cidadão:

Manda o mesmo Governo, pelo Ministro do Interior, que seja publicamente louvado aquelle cidadão pela sua dedicação á instrucção popular, provada na generosa e valiosa doação que acaba de fazer.

Paços do Governo da Republica, 2 de dezembro de 1910. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida.*

Por decretos de 30 de novembro ultimo:

Criada uma escola primaria para o sexo feminino na freguesia de Lamas, concelho de Miranda do Corvo, circulo escolar de Arganil.

Criada uma escola primaria mista no lugar de Casal do Frade, freguesia de Pombeiro, concelho e circulo escolar de Arganil.

Direcção Geral da Instrução Primaria, em 2 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *João de Barros.*

Para os devidos effeitos se declara que o decreto que transferiu a professora Maria da Luz Botelho dos Santos, da escola de ensino normal de Aveiro, para a escola de ensino normal de Vianna do Castello, tem o visto do Tribunal de Contas de 26 de novembro de 1910.

Direcção Geral de Instrução Primaria, 30 de novembro de 1910. — O Director Geral, *João de Barros.*

3.ª Repartição

Por despacho de 28 de outubro ultimo, com o visto do Tribunal de Contas de 1 de novembro:

Ermelinda Mesquita da Silva, professora do quadro da escola central do sexo feminino de Torres Novas — nomeada professora regente da mesma escola.

Declara-se que a escola da freguesia de Quintã, concelho e circulo escolar de Villa Real, posta a concurso no *Diario do Governo* n.º 47, de 29 de novembro findo, é mista e não para o sexo masculino, como veiu publicado, pela razão de haver sido convertida naquella qualidade por decreto de 2 de dezembro de 1909.

Direcção Geral de Instrução Primaria, em 2 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *João de Barros.*

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de hoje:

Carlos Augusto Moraes de Almeida, lente da Escola Polytechnica — concedida licença de tres semanas, podendo ser gozada no estrangeiro.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 2 de dezembro de 1910. — O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Velloso.*

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Tendo em consideração as urgentes reclamações da commissão de syndicancia á Penitenciaría de Coimbra, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os presos actualmente existentes na Cadeia Geral Penitenciaría de Coimbra serão transferidos para a Cadeia Geral Penitenciaría do districto da Relação de Lisboa até que definitivamente se resolva sobre a reorganização d'aquelle Penitenciaría.

§ unico. Para a Penitenciaría de Lisboa, e até a publicação da sua reforma, poderão ser nomeados, pelo Ministerio da Justiça, provisoriamente, todos os empregados extraordinarios que forem precisos por causa do aumento de serviço, dispensando-se, neste caso, o disposto na lei de 7 de junho de 1900 e no regulamento de 19 de outubro do mesmo anno, sobre a admissão dos sargentos a empregos publicos.

Art. 2.º Todos os funcionarios e empregados maiores e menores da Penitenciaría de Coimbra ficam suspensos do exercicio de suas funcções enquanto durar a syndicancia ordenada por portaria de 11 de novembro do corrente anno, satisfazendo-se mais tarde todos os vencimentos de categoria áquelles que se verificar terem sempre cumprido os seus deveres.

§ unico. Sem prejuizo do disposto neste artigo, cada um dos funcionarios e empregados nelle comprehendidos, terá de prestar informações e contas á commissão de syndicancia e ao superintendente referido no artigo seguinte, e qualquer d'elles poderá ser encarregado, provisoriamente, de funcções analogas ás que exercia na Penitenciaría de Coimbra, ou de outras funcções publicas para que tenha competencia, recebendo, em tal caso, desde logo o seu ordenado, ou a remuneração que se lhe fixar.

Art. 3.º Pelo Ministerio da Justiça será, desde já, nomeado, provisoriamente, um individuo idoneo, que terá a seu cargo superintender na Penitenciaría de Coimbra, guardar e fazer guardar os seus edificios e archivos, pôr todos os elementos de inquerito á disposição da commissão de syndicancia, e fazer tudo o mais que se torne necessario para acautelar os interesses do Estado e preparar a reforma dos serviços prisionaes que possam vir a pertencer á Penitenciaría de Coimbra.

§ unico. Este superintendente da Penitenciaría terá a categoria, os vencimentos e as demais funcções de direcção, compatíveis com a situação criada a essa Penitenciaría pelo presente decreto com força de lei.

Art. 4.º Este decreto entra immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da Republica Portuguesa, aos 2 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio José de Almeida = Affonso Costa = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Bernardino Machado = Manuel de Brito Camacho.*

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas seguintes, tendo o visto do Tribunal de Contas de 2 do corrente mês os que estão no caso do artigo 44.º e seus paragrafos, da lei de 9 de setembro de 1908

Novembro 29

Dr. Luis dos Santos Viegas — nomeado membro do conselho medico-legal de Coimbra.

Nomeados substitutos dos juizes de direito das comarcas abaixo indicadas os individuos seguintes:

Agueda — João Maria Simões Sucena.
Cabeceiras de Basto — José Leite Saldanha e Castro.
Condeixa — João Cardoso Moniz Bacellar.
Armamar — Afonso dos Santos Monteiro.
Seixal — José Martins Coelho.
Vianna do Castello — Antonio Ferreira Soares.

Novembro 30

Bacharel Antonio Francisco — nomeado notario interino do concelho da Pampilhosa, comarca de Arganil.

Exonerados o juiz de paz e seus substitutos do districto de Alhandra, comarca de Villa Franca de Xira, e nomeados para estes logares respectivamente Guilherme da Silva e Francisco Gonçalves.

Julio Franco do Rego — exonerado de escrivão do juizo de paz de Achada, comarca da Povoação.

Dezembro 2

Portaria dispensando os juizes addidos Agostinho de Sousa Coutinho e Julio Cesar de Castro Pereira Lopes, do serviço de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reaes de Cintra e na Escola Agricola da Quinta do Bom Despacho, e encarregando d'esses serviços, relativamente ao Palacio da Pena, Alfredo Peixoto Vieira Villas Boas, ao Palacio da Villa, Sebastião Mario de Sampaio e á Escola Agricola, João Taborda de Magalhães, todos juizes addidos.

Exonerado o juiz de paz e seu substituto de Lagoa, comarca de Silves e nomeados para estes logares, respectivamente, José Marques Silva e Joaquim Vieira Ribeiro.

Exonerados o juiz de paz e substitutos de S. Bartolomeu de Messines, comarca de Silves, e nomeados para estes logares, respectivamente, Antonio Pereira Ramos e José de Mendonça.

Exonerados o juiz de paz e substitutos de Silves e nomeados para estes logares, respectivamente, o bacharel Alberto Augusto Leite Ribeiro e Luis José Duarte.

Aniceto Marques Rosa — nomeado juiz de paz de Alcobaca.

Exonerado o juiz de paz de Loulé e nomeado para este lugar Manuel Vaz de Mascarenhas.

Exonerado o juiz de paz de S. Romão de Aregos, comarca de Resende, e nomeado para este lugar Antonio Teixeira do Amaral Cirne.

Exonerado o escrivão de paz de Loulé e nomeado para este lugar Joaquim do Nascimento Ramos.

Exonerado o escrivão de paz de Silves e nomeado para este lugar Henrique Martins.

Exonerado o escrivão de paz das Mercês, comarca de Lisboa, e nomeado para este lugar Antonio Ernesto Coelho Sampaio de Andrade.

Exonerado o escrivão de paz de Ramalde, comarca do Porto, e nomeado para este lugar Joaquim Bento Ribeiro.

Exonerado o escrivão de paz da Sé, comarca do Porto e transferido para este lugar o escrivão de paz de Santo Ildefonso, da mesma comarca.

Mario de Magalhães — nomeado escrivão de paz de Santo Ildefonso, comarca do Porto.

Exonerado o escrivão de paz de Carviças, comarca de Moncorvo.

Exonerado o escrivão de paz de Obidos, comarca de Caldas da Rainha, e nomeado para este lugar João Ferreira da Silva.

Declara-se que o nome do juiz de paz de S. Nicolau, da comarca do Porto, é Manuel Damasio de Sousa Oliveira, e não como saiu publicado no *Diario do Governo*, de 21 de novembro findo.

Por ter saído com inexactidão no *Diario do Governo*, de 29 de novembro findo, novamente se publica o seguinte despacho:

Novembro 28

Aristides Manuel da Cunha Graça — nomeado, escrivão substituto da comarca de Santarem, no impedimento de Manuel Barreiros Duarte Graça.

Direcção Geral da Justiça, em 2 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *Germano Martins.*

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio das Finanças, nomear José de Campos Pereira, socio da firma commercial Moura & Campos, para fazer parte da commissão incumbida, por portaria de 22 de outubro ultimo, de proceder á syndicancia aos serviços da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 28 de novembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Determina o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio das Finanças, que uma commissão composta de João de Moraes Carvella, socio da firma J. P. Bastos & C.ª, de Francisco Luis Simões, e de Luis Cordeiro, proceda a uma syndicancia aos serviços da Repartição Official de Medição, e organize as bases para o regulamento dos mesmos serviços.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 30 de novembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Hei por bem extinguir a commissão nomeada por portaria de 8 de julho de 1903 incumbida, no Ministerio das Finanças, de proceder, nos termos do artigo 42.º e seu paragrafo da carta de lei de 27 de junho de 1903, á aquisição e fiscalização do fornecimento de artigos de expediente para o serviço das diversas estações dependentes do mesmo Ministerio, e incumbir as correspondentes funcções, sob a immediata superintendencia da Secretaria Geral, ao respectivo chefe do pessoal menor.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 30 de novembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Hei por bem suspender do exercicio e vencimento o thesoureiro geral do Ministerio das Finanças, Augusto Gomes de Araujo.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 26 de novembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Hei por bem suspender do exercicio e vencimento o director geral da thesouraria d'este Ministerio, Luis Augusto Perestrello de Vasconcellos.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 30 de novembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Hei por bem suspender do exercicio e vencimento o chefe da Repartição do Gabinete do Ministro, João Joaquim Isidro dos Reis.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 2 de dezembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas.*

Por despacho de 2 de dezembro de 1910:

João Lages Perestrello de Vasconcellos, aspirante do quadro da 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica — exonerado, a seu pedido, do referido lugar.

Ministerio das Finanças, Secretaria Geral, em 2 de dezembro de 1910. — O Secretario Geral, *Innocencio Camacho Rodrigues.*

Tendo o decreto de 27 de junho de 1903 alterado as disposições do artigo 3.º do decreto n.º 1, de 24 de dezembro de 1901, ordenando que o serviço da fiscalização e contabilidade das receitas e despesas do Estado fosse registado nas repartições de fazenda districtaes ou de 2.ª classe e enviado directamente por estas ás estações superiores; e reconhecendo-se posteriormente á publicação do citado decreto de 27 de junho de 1903 que ao aumento de serviço deveria corresponder aumento de pessoal, pelo que foi publicado o decreto de 3 de novembro do mesmo anno, que por até esta data não ter sido cumprido tem causado graves transtornos aos serviços publicos e originado continuas queixas dos delegados do Thesouro de 2.ª classe, pela falta de pessoal com que lutam;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É elevado a 10 o numero de empregados que constituem o quadro das diversas repartições de fa-

zenda districtaes ou de 2.ª classe, do continente, e reduzido o das centraes ou de 1.ª classe, antigas sedes das circunscricões, conforme o quadro annexo a este decreto.

Art. 2.º O empregado de cada uma das categorias que tem de ser deslocado do quadro da repartição de fazenda central para o da districtal que faça parte da respectiva circunscricão será o mais moderno.

Paços do Governo da Republica, 30 de novembro de 1910.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

Numero de empregados que ficam constituindo os quadros das diversas Repartições de Fazenda districtaes de 1.ª e 2.ª classes, conforme o decreto de 30 de novembro de 1910.

Distritos	Classes	1.ª officinas	2.ª officinas	3.ª officinas	1.ª aspirantes	Continuos	Total
Aveiro	2.ª	-	2	4	4	1	11
Beja	2.ª	-	2	4	4	1	11
Braga	1.ª	1	1	6	6	1	15
Bragança	2.ª	-	2	4	4	1	11
Castello Branco	1.ª	1	1	4	6	1	13
Coimbra	1.ª	1	1	7	8	1	18
Evora	1.ª	1	1	4	5	1	12
Faro	1.ª	1	1	4	5	1	12
Guarda	2.ª	-	2	4	4	1	11
Leiria	2.ª	-	2	4	4	1	11
Lisboa	1.ª	4	7	10	12	2	35
Portalegre	2.ª	-	2	4	4	1	11
Porto	1.ª	3	7	11	12	2	35
Santarem	1.ª	1	1	6	6	1	15
Vianna do Castello	2.ª	-	2	4	4	1	11
Villa Real	1.ª	1	1	4	6	1	13
Viseu	1.ª	1	2	6	6	1	16
Ilhas adjacentes:							
Angra	2.ª	-	2	2	4	1	9
Funchal	2.ª	-	2	4	5	1	12
Horta	2.ª	-	2	2	4	1	9
Ponta Delgada	2.ª	-	2	3	4	1	10

Paços do Governo da Republica, em 30 de novembro de 1910.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

Relação dos despachos effectuados durante o mês de novembro.

- 4 Luis Augusto Perestrello de Vasconcellos, director geral da Thesouraria — concedida licença, por trinta dias, para gozar no estrangeiro.
- 9 Bacharel Quirino Avelino de Jesus, chefe de serviços da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia — idem, idem, por noventa dias.
- Luciano Augusto Marques de Araujo, segundo praticante da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia — concedida licença, sem vencimento, por todo o tempo que lhe for necessario para o curso do magisterio secundario no Curso Superior de Letras.
- 18 Augusto Correia da Silva Mello, segundo official da Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes — concedida licença de noventa dias, com vencimento, para tratar da sua saude.
- Joaquim Augusto Nazareth Ferreira, primeiro official da Secretaria da Junta do Credito Publico — idem, idem, de trinta dias.
- José Francisco Alves Barbosa Betencourt, engenheiro subalterno de 1.ª classe, em serviço na Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes — idem, idem.
- 25 José Gonçalves de Freitas, segundo official addido ao quadro da Inspeccão Geral dos Impostos — collocado na effectividade do referido quadro, preenchendo a vaga resultante do fallecimento de Luis Stephens Correia Wid. (Visto do Tribunal de Contas de 28).
- 29 Luis Henriques Charters de Azevedo (Visconde de S. Sebastião), director geral da Secretaria da Junta do Credito Publico — concedida licença de trinta dias, para tratar da sua saude.

Ministerio das Finanças, Secretaria Geral, em 2 de dezembro de 1910.—O Secretario Geral, I. Camacho Rodrigues.

Rectificação

No Diario do Governo n.º 39, de 19 de novembro findo, pag. 485, col. 2.ª, linha 20.ª, onde se lê: «355570», deve ler-se: «255570».

Ministerio das Finanças, Secretaria Geral, em 2 de dezembro de 1910.—O Secretario Geral, I. Camacho Rodrigues.

Direcção Geral das Contribuições Directas

2.ª Repartição

Attendendo á representacão que ao Governo Provisorio da Republica dirigiu a Commissão Administrativa do Municipio de Beja, na qual sollicita que ás collectas de decima de jurós, lançadas á respectiva camara por emprestimos do colleiro commum, de que ella é administradora, seja applicada a doutrina do n.º 1.º do artigo 38.º da lei de 7 de julho de 1898, vistas as precarias circunstancias em que se encontram as finanças municipaes, as quaes teem embaracado a vida normal e regular da mesma camara, collocando-a muitas vezes na impossibilidade de satisfazer algumas das suas mais instantes necessidades;

Considerando que a mencionada lei, nas disposições citadas, autoriza o Governo a conceder ás camaras muni-

cipaes, que exercerem a administração de colleiros communs, isenção permanente de quaesquer contribuições;

Considerando que essa isenção encerra o pensamento de proteger os indicados colleiros communs, pela utilidade dos serviços que elles prestam á agricultura nacional e o proposito de facilitar ás camaras municipaes o exercicio da administração d'esses estabelecimentos, desonerando as dos encargos de quaesquer impostos que, pelas operações effectuadas, fossem devidos;

Considerando que, nos termos expostos, a exigencia do pagamento de quaesquer dividas ao Estado por aquella proveniencia não se harmoniza com o fim previdente das citadas disposições, e, antes está em manifesta opposição com os beneficios que se estabeleceram, beneficios que já anteriormente ao regulamento de 1888 os municipios-haviam gozado;

Considerando que pelo Deputado do circulo foram, por mais de uma vez, apresentadas ao Parlamento, em favor da mesma camara, propostas neste sentido, as quaes não lograram oportunidade de ser discutidas, adiando-se por isso a resolução do tão justo pedido; por todos estes motivos:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

«São annulladas as collectas de decima de juros que, por emprestimos do colleiro commum do Municipio de Beja, tenham sido lançadas á respectiva camara municipal.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 30 de novembro de 1910.—Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

Convindo dar ás juntas de repartidores uma organizacão mais liberal e que remova os inconvenientes que teem sido reconhecidos no seu funcionamento, o Governo Provisorio da Republica ha por bem determinar pelo Ministerio das Finanças:

Artigo 1.º Que o § 3.º e seus n.ºs 1.º e 2.º do artigo 46.º do regulamento de 16 de julho de 1896, sejam substituidos pelo seguinte:

§ 3.º Os demais vogaes das juntas serão nomeados, pelo delegado do thesouro do districto, de entre doze industrias propostos pela camara municipal e da mesma forma, de entre outros doze, os respectivos supplentes.

§ 4.º O presidente e o vice-presidente serão da eleição da respectiva junta.

Art. 2.º Que, nas juntas centraes de repartidores, os escrivães de fazenda tenham apenas voto consultivo.

Paços do Governo da Republica, 2 de dezembro de 1910.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

O gremio dos droguistas de Lisboa e a maioria dos industriaes d'essa classe representaram ao Governo Provisorio da Republica contra as decisões da junta central dos repartidores da mesma cidade que, em deliberações tomadas nos recursos que lhe foram affectos, resolveu não só contrariamente á justiça, mas até por suggestões de protecção pessoal.

Com o fim de dar rapida e immediata satisfacão a tão legitimas reclamações, o Governo Provisorio da Republica, sem intuito de invadir attribuições dos tribunaes regulares, a que taes reclamações podiam ser levadas, e, tendo unicamente em vista facilitar e abreviar a soluçào d'este assunto, resolveu informar-se da maneira por que as referidas juntas dos repartidores e central tinham sido organizadas, e averiguou que nas suas constituções se não attendera ao disposto no artigo 31.º, n.º 1.º, do regulamento de 16 de julho de 1896, porquanto industriaes que tinham funcionado como membros de taes entidades, no anno de 1907, voltaram a sê-lo no corrente anno.

Alem d'isto, reconheceu-se tambem que, nos annos successivos de 1907 a 1910, apparecem industriaes proximos parentes, e até alguns pertencentes á mesma firma, a substituirem-se rotativamente, na constituçào das juntas, contra o espirito da lei, que impõe a renovação das mesmas.

Este estado de coisas demanda uma providencia que corrija semelhantes irregularidades, e, por isso, o Governo Provisorio da Republica ha por bem determinar, pelo Ministerio das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º São dissolvidas as juntas dos repartidores dos quatro bairros de Lisboa e a junta central dos repartidores da mesma cidade, em exercicio no corrente anno.

Art. 2.º As juntas dos repartidores, que forem nomeados para o futuro anno, nos termos do artigo 47.º do citado regulamento, terão excepcionalmente competencia para dar cumprimento ao n.º 7.º do artigo 60.º do referido diploma, em substituição das juntas dissolvidas.

Art. 3.º Ficam annulladas as deliberações tomadas pela dissolvida junta central, quanto á repartição da taxa do gremio dos droguistas, devendo as reclamações que áquella junta tinham sido apresentadas contra a distribuiçào d'este gremio ser julgadas novamente por uma commissão composta de quatro industriaes estranhos á referida classe, nomeados pela Camara Municipal de Lisboa, e servindo de secretario o escrivão de fazenda do 3.º bairro.

§ 1.º Esta commissão substitue para todos os effectos legaes a junta dissolvida.

§ 2.º A Camara Municipal fará a nomeação até o proximo dia 10, e as reclamações serão julgadas até 22 do corrente mês.

Paços do Governo da Republica, 2 de dezembro de 1910.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

MINISTERIO DA GUERRA

4.ª Direcção

Tornando-se necessario attender á crise operaria e sendo certo que a verba de 100:000\$000 réis constante do credito extraordinario aberto por decreto de 14 de outubro do corrente anno não deverá ser gasta na sua totalidade para os fins a que foi destinada, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa decreta que seja desviada da dita verba a quantia de 25:000\$000 réis com applicação a obras militares, a fim de acudir á mesma crise.

Paços do Governo da Republica, aos 30 de novembro de 1910.—Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

2.ª Repartição

Tornando-se necessario para a construcção da carreira de tiro destinada á guarnição de Braga, proceder á expropriação de 1:352 metros quadrados de terreno de mato, 16:815 metros quadrados de mato e pinhal e 89 metros quadrados de lavradio, ou sejam, na totalidade, 18:256 metros quadrados de terreno, situado na freguesia de S. Victor (sitio das Sete Fontes), concelho e districto de Braga, constante da planta parcelar que fica junta a este decreto, sendo 10:784 metros quadrados pertencentes a João Fernandes da Cunha Leite, como representante de seu filho menor, e 7:472 metros quadrados pertencentes a D. Maria Rita Ferreira Pilar: hei por bem decretar, em harmonia com o disposto na carta de lei de 21 de junho de 1880, de utilidade publica e urgente, a expropriação do indicado terreno para a construcção da referida carreira de tiro.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, aos 2 de dezembro de 1910.—Antonio Xavier Correia Barreto.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Direcção Geral das Colonias

2.ª Repartição

1.ª Secção

Despachos realizados na data abaixo indicada

Por decretos de 30 de novembro findo:

Luciano Afonso da Silva Monteiro — exonerado de administrador, por parte do Governo, na Companhia de Moçambique.

Capitão-tenente da armada, José Antonio Arantes Pedroso — nomeado administrador, por parte do Governo, na Companhia de Moçambique, nos termos da carta organica de 17 de maio de 1897 e do § unico do artigo 23.º dos estatutos da Companhia de Moçambique, approvados por decreto de 4 de junho de 1902, em substituição de João de Mascarenhas Manuel de Mendonça Gaivão, exonerado por decreto de 18 de outubro ultimo.

Primeiro tenente da armada, Victor Hugo de Azevedo Coutinho — nomeado administrador, por parte do Governo, na Companhia de Moçambique, nos termos do antecedente, em substituição de Luciano Afonso da Silva Monteiro, exonerado por decreto d'esta data.

Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayolla — exonerado de administrador, por parte do Governo, na Companhia do Nyassa.

2.ª Secção

Por decreto de 30 de novembro findo:

José Carlos de Lara Everard — demittido de director do circulo aduaneiro de Africa Oriental, para que fôra nomeado, em commissão, por decreto de 6 de agosto de 1904.

Direcção Geral das Colonias, em 2 de dezembro de 1910.—O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

MINISTERIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que sejam aggregados á commissão de syndicancia aos serviços internos e externos do Ministerio do Fomento, José Francisco Pereira da Luz, capitão da administração militar, e Antonio Augusto de Figueredo, tenente de engenharia.

Paços do Governo da Republica, em 2 de dezembro de 1910.—Brito Camacho.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Por alvará de 19 de maio de 1909 foram approvados os estatutos seguintes:

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos da Classe Trabalhadora Estremocense

CAPITULO I

Da associacão e seus fins

Artigo 1.º Com a denominaçào de Associação de Soccorros Mutuos da Classe Trabalhadora Estremocense, con-

tinua existindo na freguesia de Santo André d'esta villa de Estremoz, onde terá a sua sede, uma associação de previdencia.

Art. 2.º Esta associação será composta de numero indeterminado de socios de ambos os sexos, nacionaes ou estrangeiros.

Art. 3.º A area da associação é restricta ás freguesias de Santo André e Santa Maria do Conselho, da mesma denominação.

Art. 4.º A associação tem por fim soccorrer os socios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar e fazer funeral aos que fallecerem.

§ unico. É extensivo á familia do socio o soccorro medico.

CAPITULO II

Da admissão dos socios

Art. 5.º A admissão dos socios é feita pela direcção por meio de proposta que lhe seja presente e assinada por qualquer socio no pleno gozo dos seus direitos ou a requerimento do interessado.

§ 1.º Quando a proposta ou requerimento seja de menor deverá ser acompanhada de autorização de seu pae ou tutor.

§ 2.º A direcção dará a sua decisão sobre a admissão dos socios no prazo nunca excedente a oito dias.

Art. 6.º São condições para admissão de socios:

1.º Ser notoriamente conhecido como dotado de bom comportamento moral e civil.

2.º Estar em perfeito estado de saude, comprovado por attestado do facultativo da associação ou facultativo residente em Estremoz que o tenha tratado, declarando que o candidato não padece de molestia chronica ou contagiosa.

CAPITULO III

Dos deveres dos socios

Art. 7.º Os socios são obrigados:

1.º A cumprir as disposições dos presentes estatutos, os preceitos de quaesquer regulamentos devidamente approvados e as deliberações dos corpos gerentes, aos quaes deverão prestar todos os esclarecimentos que lhes sejam pedidos.

2.º A pagar todas as contribuições de que trata o artigo 8.º, n.ºs 1.º, 2.º e 3.º

3.º Servir com zelo qualquer cargo para que forem eleitos ou nomeados em commissão, não podendo ser obrigados a exercê-lo por mais de um anno, ainda que esse cargo seja diverso d'aquelle que tinham exercido.

4.º Respeitar todos os socios em geral e em especial os que estiverem investidos nos diversos cargos da associação, e bem assim as prescrições therapeuticas do facultativo.

5.º Exercer gratuitamente qualquer cargo para que forem eleitos, ou commissão especial ou eventual para que forem nomeados.

6.º Zelar o bom credito e promover os interesses da associação.

7.º A passar recibo de qualquer quantia que recebam do cofre da associação.

8.º A comunicar por escrito ou vocalmente a mudança de residencia para fora do districto social, e designar qual a pessoa que fica encarregada de pagar as suas quotas.

9.º A facultar a entrada em suas residencias, quando doentes, aos visitantes e aos vogaes dos corpos gerentes.

10.º A dar conhecimento por escrito á direcção, quando espontaneamente pretendam deixar de fazer parte da associação, não lhes ficando o direito de reclamarem quaesquer quantias com que tenham contribuido para o cofre da associação.

Art. 8.º O socio effectivo é obrigado a satisfazer pontualmente as contribuições pecuniarias seguintes:

1.º Pagar a joia de 1\$200 réis na idade de doze aos trinta e cinco annos, e de 2\$000 réis de trinta e cinco a cincoenta annos.

2.º A pagar 250 réis pelo seu diploma e 100 réis pelo exemplar de estatutos.

3.º A pagar a quota semanal de 50 réis.

§ unico. As quotas consideram-se vencidas aos sabbados.

CAPITULO IV

Dos direitos dos socios

Art. 9.º Os socios que contarem dezoito meses de associados, tendo satisfeito todas as contribuições designadas no artigo antecedente, teem direito:

1.º A serem tratados gratuitamente em sua casa pelo medico da associação, quando a doença lhes não permitta sair, e residir intramuros d'esta villa.

2.º A tratar-se com facultativo estranho, a expensas suas, sujeitando-se á fiscalização do facultativo da associação, mas ficando com direito ao respectivo subsidio pecuniario.

3.º A ser soccorrido com o subsidio de 200 réis pelos primeiros trinta dias de doença.

4.º Do subsidio de 160 réis pelos trinta dias seguintes.

5.º Do subsidio de 100 réis diarios pelo espaço de mais cento e oitenta dias.

6.º Para os socios totalmente impossibilitados é concedido o subsidio de 100 réis diarios pelo prazo de duzentos e quarenta dias.

7.º Do subsidio de 4\$000 réis em cada anno civil para uso de banhos minero-medicinaes, intra ou extra tomados, quando sejam aconselhados e attestados pelo facultativo da associação ou facultativo que o tratar e que residir nesta villa.

8.º Do subsidio de 4\$000 réis em cada anno civil, quando careça de tratamento feito fora da area da associação.

Art. 10.º Os subsidios devidos aos socios fallecidos serão pagos aos seus legítimos herdeiros.

Art. 11.º Todo o socio que durante o anno civil der mais que uma parte de doente ser-lhe-hão contados os dias abonados como sendo a continuação do mesmo periodo.

Art. 12.º A direcção mandará fazer enterro aos socios que fallecerem não podendo dispor mais do que 8\$000 réis com o funeral de cada um.

§ 1.º Se a familia do socio fallecido preferir fazer-lhe o funeral ou este seja feito por qualquer ordem ou associação, á familia do socio será entregue por uma só vez a quantia de 5\$000 réis como subsidio para o seu luto.

§ 2.º Para a entrega dos donativos mencionados no paragrapho antecedente são consideradas pessoas de familia a viuva do socio, o filho ou filha mais velha que ao tempo vivam em companhia do pae e, na falta d'estes, pae, mãe ou irmãos.

§ 3.º Se o socio estiver em debito á associação, ao tempo do seu fallecimento, ser-lhe-ha descontado no subsidio abonado pela mesma.

Art. 13.º Todos os socios comprehendidos no artigo 9.º d'estes estatutos teem direito a soccorros medicos para sua familia que com elles residirem, com excepção dos que pertençam ao sexo masculino, e não estejam em condições de pertencerem á associação.

Art. 14.º As viovas dos socios fallecidos serão consideradas, querendo, como socios em substituição de seus maridos, ficando unicamente isentos do pagamento da joia.

§ unico. É concedido ás viovas de que trata o artigo antecedente, o prazo de trinta dias, a contar da data do fallecimento de seu marido, para se aproveitarem do referido beneficio, ficando sujeitas ao pagamento de todas as quotas vencidas até a data do seu requerimento.

Art. 15.º Todo o socio pode sair livremente da associação, ou d'ella ser expulso, sem direito, em qualquer dos casos, a haver o que já tiver pago, mas responde para com a mesma pelo que dever até o dia da saída.

Art. 16.º Todos os socios effectivos maiores de vinte e um annos teem voto na assembleia geral.

§ 1.º São elegiveis para qualquer dos cargos da associação os socios effectivos ou honorarios, maiores de vinte e um annos em que se não der alguma das incompatibilidades previstas no § 2.º do artigo 27.º

§ 2.º Só podem ser eleitos os socios que souberem ler e escrever.

Art. 17.º Todos os socios teem direito a requerer que lhes seja entregue, dentro de oito dias e independentemente de despacho, qualquer certidão extrahida dos livros das actas, sobre assunto votado e discutido em sessão de direcção ou assembleia geral, certidão que lhes será dada pelo respectivo secretario.

CAPITULO V

Das penalidades

Art. 18.º Perde o direito de socio, sendo por este motivo excluido da associação, sem que possa ser admittido nem reclamar aquillo com que tiver contribuido:

1.º Aquelle que promover dentro ou fora da associação o desacredito d'ella ou a saída de algum dos socios.

2.º Aquelle que dentro da associação deixar de respeitar as regras da civilidade, não obedecer ás observações da direcção e áquellas que dimanarem da assembleia geral.

3.º Aquelle que se recusar a prestar contas de qualquer cargo em que for investido.

4.º Aquelle que tiver sido castigado duas vezes com suspensão de soccorros por faltas commettidas como doente soccorrido.

5.º Aquelle que no desempenho de qualquer cargo abusar dos haveres da associação.

6.º Aquelle que abusando do seu cargo ou da confiança nelle depositada, retirar da associação livros ou documentos que digam respeito a negocios, ou que prejudiquem a associação.

Art. 19.º O socio que dever á associação mais de cinco quotas semanaes, tendo sido avisado pela associação, e não satisfaça no prazo de oito dias, será excluido de socio, salvo se a sua justificação perante a assembleia geral for de ordem tal que haja de relevá-lo da falta commettida.

Art. 20.º O socio que estiver doente e receber soccorros da associação, não cumprindo as prescrições do facultativo sendo por este verificada a falta, será suspenso dos ditos soccorros.

§ 1.º A suspensão de que trata este artigo será pela primeira vez de quinze dias, pela segunda trinta e pela terceira ficará incurso na disposição do artigo 18.º

§ 2.º A suspensão ou expulsão de qualquer socio só poderá ter logar com previa audiencia do arguido, sendo-lhe sempre permittido apresentar justificação.

Art. 21.º Não é permittido aos socios, nas assembleias geraes ou nas reuniões de direcção, serem inconvenientes, interromperem os oradores ou deixarem de cumprir as observações do presidente respectivo.

§ unico. Todo aquelle que não cumprir fielmente as preacrições d'este artigo será pela primeira vez reprehendido, pela segunda vez censurado, pela terceira suspenso dos direitos sociaes por trinta dias, e pela quarta incurso no artigo 18.º

Art. 22.º Os socios que exercerem quaesquer funções na associação e não as cumprirem fielmente não justificando a falta de cumprimento, incorrem na multa que lhe for determinada no respectivo regulamento, alem do direito que sempre assiste á associação de proceder judicialmente contra os infractores pelo prejuizo que advier da sua negligencia ou abuso.

§ unico. Poderá tambem proceder-se judicialmente contra todos os socios que fraudulentamente auferirem soc-

corros da associação quando, provado o facto, se negarem á indemnização de todas as quantias illicitamente recebidas. Em qualquer dos casos aqui prescritos ficarão excluidos de socios.

Art. 23.º Ficarão incurso nas penas estabelecidas nos artigos 36.º, 37.º, 38.º e 40.º do regulamento decretado em 2 de outubro de 1896, os membros da direcção ou quaesquer outros funcionarios da associação que transgredirem as disposições dos mesmos artigos.

CAPITULO VI

Dos fundos da associação

Art. 24.º Os fundos da associação são constituídos com a receita das quotas que os socios são obrigados a pagar, das entradas pelas admissões, de alguns donativos ou legados com que a associação seja beneficiada e dos documentos que lhe disserem respeito.

Art. 25.º Os fundos disponiveis serão applicados na compra de papeis de credito que melhores garantias offerçam, ficando a cargo da direcção a sua execução.

CAPITULO VII

Da assembleia geral

Art. 26.º A assembleia geral é a reunião de todos os socios no pleno gozo dos seus direitos.

§ unico. As assembleias geraes são ordinarias e extraordinarias.

Art. 27.º A assembleia geral ordinaria reunir-se-ha duas vezes cada anno: a primeira em janeiro ou fevereiro para discutir, approvar ou modificar as contas da gerencia do anno anterior e apreciar os seus actos; a segunda em novembro ou dezembro para eleger a direcção, o conselho fiscal e a mesa, que devem entrar em exercicio no dia 1 de janeiro do anno seguinte.

§ 1.º Numa e noutra das reuniões ordinarias poderá a assembleia tratar de qualquer outro assunto relativo a negocios da associação, que tenham sido indicados nos avisos convocatorios.

§ 2.º O relatorio e contas serão apresentados pela gerencia do anno anterior cujas attribuições tenham findado, mas cuja responsabilidade social subsiste nos termos do artigo 36.º e seu § 4.º

§ 3.º A sessão ordinaria para a discussão das contas da gerencia e do parecer do conselho fiscal, só poderá ter logar depois de estarem patentes, com todos os documentos que lhes digam respeito, durante quinze dias no escriptorio da associação, para serem examinados pelos socios.

§ 4.º A assembleia geral será extraordinariamente convocada sempre que o respectivo presidente, a direcção ou o conselho fiscal o julgue necessario, ou quando seja requerida por mais de dez socios, declarando estes que se obrigam a comparecer.

§ 5.º Na hypothese da convocação ser requerida pelos socios nos termos do paragrapho antecedente, e não se effectuar dentro de quinze dias, será convocada pelo administrador do conselho, quando os mesmos socios assim o requeiram á referida autoridade. O requerimento apresentado á autoridade deverá ser assinado pelo mesmo numero de socios designado no paragrapho antecedente.

§ 6.º Para as reuniões da assembleia geral serão sempre convocados os socios, por carta circular, com anticipação de vinte e quatro horas pelo menos, declarando-se o dia, hora e local da reunião e os assuntos a tratar nella, considerando-se a assembleia geral legalmente constituída uma hora depois da designada na circular convocatoria no caso de estarem presentes trinta socios, fora os corpos gerentes.

§ 7.º Para os effectos do disposto no § 5.º regular-se-hão os requerentes pelo que dispõe o § 8.º do artigo 20.º do regulamento decretado em 2 de outubro de 1896.

§ 8.º É nulla toda a deliberação tomada sobre objecto estranho áquelle para que a assembleia foi convocada, e são prohibidas as discussões sobre assuntos alheios aos fins da associação, expressos nos estatutos.

Art. 28.º A assembleia geral elegerá annualmente, na sessão ordinaria de novembro ou dezembro, um presidente e dois secretarios, sem prejuizo da revogabilidade do mandato, sempre que a assembleia geral o julgue conveniente, e elegerá tambem um vice-presidente e dois vice-secretarios para servirem respectivamente no impedimento temporario d'aquelles.

§ 1.º É permittida a reeleição para estes cargos, mas os socios que houverem sido eleitos em dois annos successivos só poderão, porem, ser reeleitos um anno depois de terem findado as suas funções.

§ 2.º As funções do presidente, do vice-presidente, dos secretarios e vice-secretarios, são gratuitas e não podem ser exercidas por individuos que recebam estipendio da associação, forneçam para ella medicamentos ou quaesquer objectos, tenham com ella contratos de qualquer especie, sejam membros effectivos ou supplentes do conselho regional ou de direcção ou conselho fiscal de outra associação de soccorros mutuos, ou tenham parentesco até terceiro grau por direito civil, com qualquer dos membros da direcção ou do conselho fiscal.

Art. 29.º As deliberações tomadas pela assembleia geral e os actos praticados pela direcção, conselho fiscal ou mesa, contra os preceitos da lei e d'estes estatutos, não obrigam a associação e todos os que tomarem parte em taes actos ou deliberações, ficam, pelos seus effectos, pessoal e solidariamente responsaveis, salvo em caso de protesto.

§ 1.º Todo o socio tem o direito de protestar contra as resoluções e actos contrarios á lei e aos estatutos.

§ 2.º Qualquer socio pode, independentemente de pro-

testo, recorrer para o respectivo tribunal arbitral das resoluções da assembleia geral ou dos actos da direcção, conselho fiscal ou mesa, contrarios á lei e aos estatutos.

§ 3.º As deliberações da assembleia geral e da direcção, conselho fiscal ou mesa, provam-se pelas respectivas actas, cujas certidões devem ser passadas em harmonia com o disposto no artigo 17.º ou quando sejam requiitadas pelo conselho regional.

Art. 30.º Quando uma assembleia geral regularmente constituída, segundo as regras prescritas nestes estatutos, não possa funcionar por falta de numero de socios, ou por qualquer motivo de força maior, será feita convocação para nova reunião que terá lugar dentro de quinze dias, mas não antes de oito, considerando-se validas as deliberações tomadas nesta segunda reunião, qualquer que seja o numero de socios presentes.

Art. 31.º É da exclusiva competencia do presidente da assembleia geral dirigir os trabalhos da sessão, fazer respeitar as disposições dos estatutos e do respectivo regulamento, propor os assuntos que tiverem de entrar em discussão, mandar proceder ás votações e annunciar os seus resultados, chamar á ordem os socios que d'ella se afastarem, evitar que o socio orador interrompido ou que este e outros socios empreguem palavras ou gestos inconvenientes, abrir e fechar as sessões quando findarem os trabalhos ou a assembleia se torne tumultuosa, exercer todas as mais faculdades que lhe são conferidas nestes estatutos, e, finalmente, reclamar o auxilio da autoridade competente sempre que o julgue necessario ou quando seja desobedeçido ou desacatado.

Art. 32.º A mesa da assembleia geral será composta de um presidente ou vice presidente, dois secretarios ou vice-secretarios, nos termos do artigo 28.º

CAPITULO VIII Da direcção

Art. 33.º A administração da associação será confiada a uma direcção e a fiscalização d'esta a um conselho fiscal, eleitos de entre os socios pela assembleia geral.

Art. 34.º A direcção será composta de um presidente, um secretario, um thesoureiro, dois vogaes effectivos e dois vogaes supplentes.

§ unico. No impedimento do presidente ou secretarios farão as suas vezes, respectivamente, um dos vogaes effectivos que melhores habilitações tiver sendo preferido o mais velho em igualdade de circunstancias.

Art. 35.º A eleição dos membros da direcção será feita annualmente, sem prejuizo da revogabilidade do mandato, sempre que a assembleia geral o julgue conveniente, tudo nos termos do artigo 28.º

§ unico. Não podem ser eleitos para membros da direcção os socios que tiverem feito parte de alguma associação dissolvida pela autoridade competente, enquanto não decorrer um anno depois d'essa dissolução.

Art. 36.º Os membros da direcção não contraem obrigação alguma pessoal ou solidaria pelas operações da associação, respondem, porém, pessoal e solidariamente para com ella e para com terceiros pela inexecução do mandato e pela violação d'estes estatutos e preceitos da lei.

§ 1.º D'esta responsabilidade são isentos os membros da direcção que não tiverem tomado parte na respectiva resolução, se a reprovarem por declaração na acta ou por qualquer outro modo autentico, logo que d'ella tenham conhecimento, os que tiverem votado expressamente contra ella, e os que tiverem protestado por qualquer modo autentico contra as deliberações da maioria antes de lhes ser exigida a competente responsabilidade.

§ 2.º Os membros da direcção não podem fazer por conta da associação operações alheias á respectiva administração, cobrar dos socios quotas não estabelecidas nestes estatutos, ou applicar qualquer quantia para fins não designados nestes estatutos.

Os factos contrarios a este preceito são considerados violação expressa do mandato.

§ 3.º É expressamente prohibido aos membros da direcção negociar, directa ou indirectamente, com a associação cuja gerencia lhes estiver confiada.

§ 4.º A aprovação da assembleia geral aos balanços e contas da gerencia da administração liberta os membros da direcção da sua responsabilidade para com a associação, decorridos que sejam seis meses, salvo provando-se que nos referidos balanços e contas houve omissões ou indicações falsas com o fim de dissimular o verdadeiro estado da associação.

Art. 37.º As funcções dos membros da direcção são gratuitas e não podem ser exercidas por individuos que recebam estipendios da associação, forneçam para ella medicamentos ou quaesquer outros objectos, ou tenham com ella contratos de qualquer especie, ou individuos que sejam membros effectivos ou supplentes do conselho regional, ou da direcção ou do conselho fiscal de outra associação de socorros mutuos, ou individuos que tenham entre si parentesco até terceiro grau por direito civil.

§ unico. É applicavel aos membros da direcção o que fica disposto no § 1.º do artigo 28.º

Art. 38.º É das attribuições da direcção:

1.º Administrar os bens e haveres da associação em conformidade d'estes estatutos.

2.º Resolver como entendá justo e conveniente sobre qualquer falta commettida pelos socios para com a associação, applicando-lhe a pena correspondentemente em harmonia com estes estatutos e respectivo regulamento.

3.º Enviar, com informação sua, ao presidente da assembleia geral os recursos que lhe forem apresentados contra quaesquer deliberações tomadas e os esclarecimentos que lhe forem pedidos.

4.º Nomear os funcionarios das commissões especiaes ou eventuaes, os visitadores e os empregados da associação, que julgue indispensaveis para o exercicio dos diversos cargos.

5.º Autorizar o presidente e o secretario a representarem a associação e a assinarem qualquer documento ou contrato em que a mesma possa tomar parte. Para o recebimento de qualquer donativo ou de outros proventos, de juros de capitães da associação ou quaesquer outras quantias a ella pertencentes, são competentes para assinar os recibos o secretario e o thesoureiro.

6.º Conferir diplomas aos socios que tiverem direito a elles, e serão assinados pelo presidente, secretario e thesoureiro.

7.º Determinar os dias em que devem ter lugar as suas sessões ordinarias, que deverão ser mensaes.

8.º Dar as necessarias providencias em qualquer caso que não esteja previsto nestes estatutos ou no respectivo regulamento, dando conta na primeira reunião de assembleia geral do uso que tenha feito d'esta autorização.

Art. 39.º A direcção é obrigada a:

1.º Enviar á repartição do commercio e ao respectivo conselho regional, findo cada anno de gerencia, e até 31 de março do anno seguinte, copia do relatório, contas, balanço e parecer do conselho fiscal, apresentados na assembleia geral.

2.º Remetter á mesma repartição e ao respectivo conselho regional, nos prazos que forem marcados, as necessarias informações sobre a situação e gerencia da associação, conforme os modelos que lhes forem remetidos.

3.º Patentear a escrituração e mais documentos da associação aos delegados especialmente nomeados para esse fim pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, ou pelo conselho regional, sempre que assim lhes seja exigido.

4.º Ter devidamente escriturado os livros especiaes mandados organizar pelo Governo.

5.º Participar a mudança da sede á Repartição do Commercio, ao conselho regional e ao administrador do conselho, dentro dos primeiros oito dias immediatos ao da mudança.

6.º Patentear aos socios, durante quinze dias e a horas convenientes, as contas, parecer do conselho fiscal e respectivos documentos, antes de serem submettidos á aprovação da assembleia geral.

7.º Prestar annualmente as mesmas contas em assembleia geral, para os fins já indicados na primeira parte do artigo 27.º

8.º Organizar o recenseamento geral dos socios que forem eleitos e elegiveis para os diversos cargos da associação, com anticipação de quinze dias pelo menos, para ser posto em reclamação antes da reunião da assembleia geral, a que se refere a ultima parte do artigo 27.º

Art. 40.º A direcção é tambem obrigada a ter os seguintes livros:

Um para as actas da assembleia geral.

Um para as actas da direcção.

Um para as actas do conselho fiscal.

Um para matricula dos socios.

Dois livros caixas, sendo um para estar em poder do thesoureiro.

Um para inventario e balanços.

Um copiar para correspondencia expedida.

E, finalmente, todos os auxiliares necessarios para a regular escrituração.

§ unico. Todos estes livros terão termo de abertura e encerramento, assinados pelo respectivo presidente da direcção, que tambem numerará e rubricará todas as folhas, ou qualquer membro a quem elle der commissão.

Art. 41.º Toda esta escrituração estará sobre a guarda do secretario da direcção

Art. 42.º O presidente da direcção é especialmente encarregado de cumprir e fazer cumprir as deliberações d'ella, do conselho fiscal e da assembleia geral, quando não forem contrarias á lei e aos estatutos.

Art. 43.º A direcção não poderá funcionar fora da casa da associação e sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

Art. 44.º As deliberações da direcção serão tomadas á pluralidade de votos e, havendo empate, o presidente usará do voto de qualidade.

§ 1.º Todas as votações que envolvam apreciação pessoal serão feitas por escrutinio secreto.

§ 2.º Nenhum membro da direcção se poderá escusar a votar e a tomar parte na discussão de qualquer assunto que seja tratado em sessão, mas poderá usar do direito de protestar e assinar vencido.

§ 3.º Das deliberações da direcção se lavrarão as respectivas actas, que devem ser assinadas por todos os membros que a ellas assistirem, podendo contudo fazê-lo com declaração

CAPITULO IX Do conselho fiscal

Art. 45.º O conselho fiscal será composto de um presidente, um secretario e um zelador.

§ unico. Haverá tambem tres vogaes supplentes, que serão chamados a exercicio no impedimento temporario de qualquer dos membros effectivos pela ordem da votação.

Art. 46.º Compete ao conselho fiscal:

1.º Examinar, sempre que julgue conveniente e pelo menos de tres em tres meses, a escrituração da associação, para cujo fim o secretario e o thesoureiro da direcção lhe facultarão os competentes livros.

2.º Convocar a assembleia geral extraordinariamente, sempre que o julgue necessario, sendo para tanto indispensavel o voto unanime do conselho,

3.º Assistir ás sessões da direcção, sempre que o entenda por conveniente.

4.º Fiscalizar a administração da associação, verificando frequentemente o estado da caixa.

5.º Dar parecer sobre o relatório e contas apresentado pela direcção

6.º E, geralmente, vigiar para que as disposições da lei e dos estatutos sejam observados pela direcção.

§ 1.º Cada um dos membros do conselho fiscal pode exercer separadamente as attribuições a que se refere o n.º 3.º do artigo 46.º

§ 2.º A responsabilidade dos membros do conselho fiscal cessa pela forma e nos prazos indicados no § 4.º do artigo 36.º para os membros da direcção.

Art. 47.º O conselho fiscal terá quatro sessões ordinarias, que serão trimestraes, podendo ter as extraordinarias que julgue indispensaveis.

§ 1.º O conselho fiscal só poderá funcionar com a maioria dos seus membros, salvo o disposto no § 1.º do artigo antecedente.

§ 2.º Das reuniões do conselho fiscal se lavrarão actas no livro respectivo, que serão assinadas por todos os vogaes que a ellas assistirem.

Art. 48.º As funcções dos membros do conselho fiscal são gratuitas e não podem ser exercidas por individuos que recebam estipendio da associação, forneçam para ella medicamentos ou quaesquer outros objectos, ou tenham com ella contratos de qualquer especie.

No conselho fiscal não podem servir individuos que sejam membros effectivos ou supplentes do conselho regional, ou da direcção, ou do conselho fiscal de outra associação de socorros mutuos, ou individuos que tenham entre si parentesco até terceiro grau por direito civil

§ unico. É applicavel aos membros do conselho fiscal o que fica disposto no § 1.º do artigo 28.º

CAPITULO X Dos visitadores

Art. 49.º A direcção nomeará de entre si os socios no pleno gozo dos seus direitos, uma commissão para desempenhar o serviço de visitadores, os quaes deverão servir por tres meses, tendo a seu cargo o seguinte:

1.º Tomar nota dos socios doentes que recebam socorros pecuniarios da associação, a fim de verificarem se observam as prescrições do facultativo.

2.º Dar conhecimento á direcção das faltas commettidas pelos mesmos.

CAPITULO XI Da dissolução e liquidação

Art. 50.º A associação poderá dissolver-se:

1.º Quando tenha existido por mais de seis meses com um numero de socios inferiores a duzentos e cinquenta e qualquer d'elles requerer a dissolução ao tribunal arbitral respectivo.

2.º Quando for retirada pelo Governo a aprovação dos estatutos.

3.º Quando tenha absoluta falta de recursos para satisfazer os seus encargos.

§ 1.º Para ter validade o disposto no numero antecedente é indispensavel que a assembleia geral assim o delibere, sendo para esse fim convocada extraordinariamente pela direcção e conselho fiscal, ou a requerimento de vinte socios, pelo menos, no gozo de todos os seus direitos sociais.

§ 2.º No caso de que a assembleia geral resolva dissolver a associação, a direcção participá-lo-ha immediatamente á Repartição do Commercio e ao conselho regional.

Art. 51.º A nomeação dos liquidatarios, em numero não inferior a tres, será feita pela assembleia geral constituída com metade, pelo menos, dos socios existentes na data da dissolução.

§ unico. Se a assembleia geral se não reunir com o necessario numero de votos no prazo marcado não convite, que não será inferior a quinze dias nem superior a vinte, a contar da data do aviso convocatorio, nova convocação terá lugar com igual espaço de tempo, a contar do dia marcado para a primeira reunião; se ainda se não reunir ao menos a terça parte dos socios existentes, numero com que poderão funcionar, será a nomeação dos liquidatarios feita pelo tribunal respectivo.

Art. 52.º As funcções dos membros da direcção, dissolvida a associação, passam para os liquidatarios com responsabilidade igual á estabelecida para aquelles.

CAPITULO XII Disposições gerais

Art. 53.º A direcção, em harmonia com o disposto no n.º 4.º do artigo 38.º, nomeará por concurso, se assim lhe convier:

1.º Um facultativo para o desempenho dos serviços therapeuticos, a que se referem os artigos 9.º e 13.º d'estes estatutos.

2.º Um escriptorio, que será devidamente affiançado, para na qualidade de fiel da associação desempenhar os serviços que forem designados no contrato.

3.º Um continuo e cobrador.

Art. 54.º Os annos de gerencia da associação serão sempre regulados por annos civis, observando-se mais o que dispõe o § unico do artigo 47.º do decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 55.º Quando qualquer socio for eleito membro da direcção ou do conselho fiscal d'esta e de outra qualquer associação, só poderá tomar posse em uma d'ellas

Art. 56.º Os secretarios de cada um dos corpos gerentes cessantes, logo que tomem posse os novos eleitos, par-

tipicá-lo-hão ao conselho regional indicando os nomes dos que tomaram posse.

Art. 57.º A assembleia geral tem a faculdade de expulsar da associação qualquer dos seus associados, estando reunida em numero não inferior á maioria dos socios maiores de vinte e um annos, os quaes procederão á votação por escrutinio secreto.

§ 1.º Para ter validade o artigo antecedente é necessario provar-se por meio de processo devidamente instaurado, com a assistencia do conselho fiscal a todos os seus termos, que o socio se acha incurso em algum dos casos previstos pelos n.ºs 1.º a 6.º do artigo 18.º

§ 2.º Apurada a votação e verificando-se por maioria absoluta ser determinada a expulsão, o presidente da assembleia geral, ou quem suas vezes fizer, ordená-lo-ha immediatamente ao socio, se estiver presente, ou participá-lo-ha por escrito, sendo esta participação assinada pela mesa, e de tudo se lavrará a competente acta.

Art. 58.º Pertence á assembleia geral conceder ou negar aos associados as escusas que pedirem dos cargos para que forem eleitos ou nomeados.

Art. 59.º Á assembleia geral compete tomar conhecimento e resolver todos os incidentes em casos omissoes nestes estatutos, regulando-se pelo decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 60.º Quando á hora marcada para a abertura da assembleia geral, não comparecer o presidente nem o vice-presidente, presidirá o socio que a assembleia geral proclamar, e no caso de faltarem os secretarios ou vice-secretarios, proceder-se-ha do mesmo modo.

Art. 61.º As commissões que forem nomeadas ou eleitas para qualquer fim serão sempre com numero impar.

Art. 62.º Os corpos gerentes césantes fazem entrega por inventario aos novos eleitos, no acto de tomarem posse, de todos os haveres da associação, podendo exigir-lhe os competentes recibos.

Art. 63.º A nenhum socio é permitido fazer-se representar por outra pessoa nas reuniões da assembleia geral.

Art. 64.º Haverá um regulamento interno, confeccionado em harmonia com estes estatutos, no qual se explicitarão todas as obrigações, deveres, direitos, penalidades, discussões e transgressões que ocorrerem dentro da casa da associação.

Art. 65.º Logo que estes estatutos se achem legalmente approvados, serão impressos e distribuidos aos socios em substituição dos antigos.

Art. 66.º Quando qualquer socio tiver que ser avisado para alguma reunião e não se encontrar no seu domicilio, o aviso será feito a qualquer pessoa de familia com designação do dia, hora e local.

Art. 67.º Nos casos não previstos nestes estatutos, a direcção procederá como melhor lhe convier, dando conta á assembleia geral e em harmonia com a lei geral.

Para os devidos efeitos se publicá o seguinte despacho:

Novembro 21

João Alves da Silva, amanuense do quadro privativo do Ministerio do Fomento — concedida licença de sessenta dias, nos termos legais. (Pagou os respectivos emolumentos).

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 2 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo internacional de marcas

Notificação de registos feitos no Bureau International de Berne

Em harmonia com o disposto no artigo 3.º do decreto de 1 de março de 1901, e nos termos das convenções internacionais vigentes, se faz publico que, segundo foi notificado pela Repartição Internacional de Berne, foram ali registadas, desde 10 a 15 de novembro de 1910, vinte e cinco marcas, abaixo mencionadas, com os n.ºs 9:957 a 9:981, que estão á disposição de quem as desejar examinar na 1.ª Secção da Repartição da Propriedade Industrial.

Em 10 de novembro de 1910:

N.ºs 9:957 e 9:958. — Classe 21.ª e 56.ª

Schwob Frères & C^{ie}, Chaux-de-Fonds, Suissa.

Destinadas a relógios e suas respectivas peças, estojos, cadeias de relógios e bijuteria.

Em 11 de novembro de 1910:

N.ºs 9:959 a 9:964. — Classe 59.ª

A. Salto, Trieste, Austria.

Destinada a papeis para cigarros.

N.º 9:965. — Classes 11.ª e 79.ª

Amador Cardenas Hijo Jimulco, Coak, Mexico.

Destinada a productos chimicos, pharmaceuticos e medicinaes.

Em 12 de novembro de 1910:

N.º 9:966. — Classe 59.ª

Lac Sihnabl, Wien. XIX/6, Austria.

Destinada a papeis para cigarros e boquilhas.

N.º 9:967. — Classe 33.ª

Ch. Sorilleux & C^{ie}, Paris, França.

Destinada a pinturas, industrias, vernizes e seccantes liquidas ou em pó.

N.º 9:968. — Classe 33.ª

Os mesmos.

Destinada a secantes liquidos em pó.

N.º 9:969. — Classes 20.ª, 22.ª e 39.ª

Vincent (Gaston) et Léon Huret, Paris, França.

Destinada a aparelhos e installações para attracções theatraes, luminosas ou outras.

N.º 9:970. — Classes 35.ª e 39.ª

Ch. M. Stein & C^{ie}.

Destinada a fornos aquecidos a essencia, a petroleo, etc.

N.ºs 9:971 a 9:974. — Classe 32.ª

J. & G. Bricard, Paris, França.

Destinada a fechaduras e outros artigos de serralharia.

N.ºs 9:975 a 9:980. — Classe 79.ª

Compagnie Parisienne de Couleurs de Aniline, Paris, França.

Destinada a productos pharmaceuticos e therapeuticos.

Em 15 de novembro de 1910:

N.º 9:981. — Classe 64.ª

Quesada & C^{ie}, (Sen C), Habana (Cuba).

Destinada a manteiga extra-pura de leite de vaca.

São convidados todos aquelles que se julguem prejudicados pela protecção das referidas marcas em Portugal a apresentarem as suas reclamações na 1.ª Secção da Repartição da Propriedade Industrial, no prazo de tres meses, a contar da data da publicação do terceiro aviso.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 26 de novembro de 1910. — O Conselheiro Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Registo de marcas

Recusa de registo

Para conhecimento de quem interessar se faz publico que, nas datas abaixo indicadas, foram recusados os registos das marcas que seguem:

Em 14 de novembro de 1910:

N.º 10:791. — Classe 72.ª

Palhares & Commandita, estabelecidos em Lisboa.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado por estar incurso no n.º 5.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 11:245. — Classe 79.ª

Annibal Cunha, estabelecido no Porto.

Destinada a um producto pharmaceutico.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 11:786. — Classe 69.ª

Assis & C^{ie}, residentes em Lisboa.

Destinada a ser collada em garrafas e garrações contendo aguas de Moura.

Recusado por estar incurso nos n.ºs 5.º e 7.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 11:787. — Classe 69.ª

Os mesmos.

Destinada ao mesmo.

Recusado por estar incurso no n.º 7.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 11:818. — Classe 68.ª

Viuva Abudarham & Filhos, estabelecidos no Funchal (Ilha da Madeira).

Destinada a vinhos.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 11:930. — Classe 68.ª

José Ferreira Dias, com escritorio no Porto.

Destinada a vinhos.

Recusado por estar incurso no n.º 1.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 11:985-A. — Classe 33.ª

Aktiengesellschaft für Asphaltirung und Dachbedeckung vorm Johannes Jeserich, com séde em Berlim.

Destinada a massas para pintura preparadas com alcatrão proveniente da fabricação do gaz de gorduras.

Recusado porque a marca não é igual á que está indicada no certificado de registo do paiz de origem.

N.º 12:054. — Classe 62.ª

V^{vo} Firmin Jullien, Successeure, estabelecido em Setubal.

Destinada a latas de sardinhas em conserva.

Recusado por estar incurso no n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 12:134. — Classe 58.ª

Abilio Ferreira Pires & C^{ie}, estabelecidos em Lisboa.

Destinada a sabonetes.

Recusado porque a palavra que constitui a marca é do dominio publico e não pode ser de uso exclusivo do requerente.

N.º 12:135. — Classe 79.ª

Os mesmos.

Destinada a uma pomada para doenças de pelle.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:260. — Classe 8.ª

Moutinho & C^{ie}, estabelecidos em Lisboa.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado por estar incurso no n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 12:333. — Classe 8.ª

Manuel Fernandes dos Santos, estabelecido em Lisboa.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado nos termos do artigo 258.º do regulamento de 28 de março de 1895.

N.º 12:334. — Classe 8.ª

O mesmo.

Destinada ao mesmo.

Recusado pelo motivo anterior.

Em 16 de novembro de 1910:

N.º 12:371. — Classe 68.ª

Antonio Camillo Monteiro, residente na Quinta da Vinha, Paço de Sousa, Penafiel.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado porque a marca não contém elemento caracteristico pelo qual possa ser registada.

Em 14 de novembro de 1910:

N.º 12:387. — Classe 3.ª

José Francisco Mendes, estabelecido em Lisboa.

Destinada a pós para gomma.

Recusado porque o requerente não provar ter direito ás referencias que faz na marca a varios estabelecimentos.

N.º 12:421. — Classe 68.ª

Correia Ribeiro & Filho, estabelecidos em Villa Nova de Gaia.

Destinada a vinhos.

Recusado por estar incurso no n.º 4.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 12:439. — Classe 68.ª

Smith Woodhouse & C^{ie}, com sede em Villa Nova de Gaia.

Destinada a vinhos do Porto.

Recusado por estar incurso no n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

N.º 12:614. — Classe 68.ª

Thomaz Francisco d'Almeida & Irmão, estabelecidos no Porto.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:665. — Classe 68.ª

Amaral & Irmão, estabelecidos no Porto.

Destinada a vinhos.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:738. — Classe 68.ª

Antonio Bastos, estabelecido em Lisboa.

Destinada a vinhos.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:739. — Classe 68.ª

O mesmo.

Destinada ao mesmo.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:746. — Classe 59.^a

A Sociedade da Fabrica de Tabaco Michaelense, com sede em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel.

Destinada a rotulos e involucros de cigarros, de charutos e de tabaco folha picada.

Recusada pelo motivo anterior.

N.º 12:747. — Classe 59.^a

A mesma.

Destinada ao mesmo.

Recusada pelo motivo anterior.

N.º 12:751. — Classe 59.^a

A mesma.

Destinada ao mesmo.

Recusada pelo motivo anterior.

N.º 12:752. — Classe 44.^a

Afonso de Magalhães Abreu do Couto Amorim Novaes, estabelecido no Porto.

Destinada aos productos d'esta classe.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:759. — Classe 64.^a

Anthero & Filho, estabelecidos em Villa Nova de Gaia.

Destinada a azeites.

Recusado pelo motivo anterior.

N.º 12:764. — Classe 68.^a

Santos, Santos (Filho) & C.^a, estabelecidos em Lisboa.

Destinada a vinhos.

Recusado pelo motivo anterior.

Da data da publicação d'este aviso, começa a contar-se o prazo de tres meses para os recursos perante o Tribunal do Commercio.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 23 de novembro de 1910. — O Director Geral, *E. Madeira Pinto.*

2.ª Secção

Patentes de invenção

Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial de 28 de março de 1895, e para conhecimento dos interessados, se annuncia que, nos dias abaixo designados, foram pedidas patentes de invenção pelos individuos constantes da relação que segue:

N.º 7:543.

Andrew William Wilson, secretario de uma companhia publica, residente em Sunderland, Inglaterra, requereu pelas duas horas e meia da tarde do dia 19 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Apparelho aperfeiçoado para purificar e depurar a agua», declarando ser de sua concepção o seguinte que reivindica:

1.º Um apparelho para a purificação da agua, que comprehende um recipiente de tratamento, onde descarrega a agua a tratar; um orgão de distribuição da agua, por meio do qual se divide a corrente principal d'esta em quantidades predeterminadas, e se distribue aos apparelhos de tratamento e de fazer a solução; um ou mais orgãos para preparar uma ou mais soluções para o tratamento da agua, e um ou mais filtros pelos quaes a agua passa depois do tratamento, como está representado e descripto;

2.º Um apparelho para depurar e purificar a agua, que comprehende um recipiente de tratamento, no qual descarrega a agua a tratar, recipiente que é munido com um ou mais filtros; um orgão para preparar uma solução de cal; um orgão distribuidor, por meio do qual se divide a corrente principal da agua em quantidades predeterminadas, que se distribuem ao recipiente de tratamento e aos outros orgãos;

3.º Um apparelho para preparar soluções, tendo um descarregador para a adducção do solvente, em comunicação com a descarga da solução, de forma que se a columna da solução na descarga fór mais pesada do que a columna do solvente na adducção, o solvente transbordará para a descarga, e dilue a solução n'ella, até que as columnas se equilibrem novamente.

4.º Um apparelho para fazer soluções, que comprehende um recipiente exterior, contendo cylindros abertos em ambas as extremidades, e com alturas diferentes; um cesto ou caixa para conter a materia solida suspensa no interior do primeiro cylindro ou central; meios para ajustar a altura do segundo cylindro; um descarregador do segundo cylindro em comunicação com o terceiro cylindro; e uma caleira de descarga sobre o recipiente exterior ou envolvente;

5.º Um apparelho para dividir e para distribuir uma corrente de agua, que comprehende um tambor fluctuante em uma caixa apropriada; orificios no tambor que communicam com tubuladuras dispostas pela banda de fora e tangencialmente ao referido tambor; diaphragmas radiaes entre a parede da caixa, e o recipiente exterior ou caixa envolvente; e orificios de descarga em comunicação com os compartimentos formados pelos diaphragmas radiaes;

6.º Em um apparelho da natureza especificada na 5.ª reivindicação, a combinação do compartimento formado por meio de diaphragmas, situados entre a parede da caixa e a parede exterior do recipiente envolvente, com uma corrediça tendo uma divisória central, por meio da qual se pode ajustar a proporção da agua que entra n'aquello compartimento;

7.º Em um apparelho para preparar agua de cal, a combinação de um tubo central vertical de adducção da agua, com um pequeno prato invertido; uma chicana proxima do fundo, para tornar mais constante e uniforme, a passagem da agua através da cal.

N.º 7:544.

Fried. Krupp Aktiengerellschaft, com séde em Essen, Allemanha, requereu pelas tres horas da tarde do dia 21 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Mechanismo de culatra de cunha, dotado de uma alavanca para peça de artilharia», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Um mecanismo de culatra de cunha para peças de artilharia, dotado de uma alavanca no qual esta está embelhada n'uma ranhura curva, caracterizado pelo facto, por um lado, de se ter disposto na alavanca uma superficie de apoio especial que, quando o mecanismo de culatra está fechado, encosta a uma superficie da parte do mecanismo que tem a ranhura curva, e de, por outro, o orgão da alavanca que, juntamente com a ranhura curva, produz o movimento da cunha, ter, quando o mecanismo de culatra está fechado, folga na ranhura curva n'uma direcção tal que, n'uma pressão exercida, na occasião do tiro, sobre a cunha no sentido da abertura do mecanismo de culatra, não pode actuar sobre o dito orgão».

N.º 7:545.

João Julio Franchini, pharmaceutico, residente no Porto, requereu pelas onze horas da manhã do dia 22 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamento nas caixas para pensos», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Aperfeiçoamentos nas caixas para pensos, caracterizados pelo facto de a forma da caixa ser rectangular e ter duas tampas, uma fixa á caixa com uma ranhura por onde sae o penso e outra exterior com charneira, sendo esta tampa soldada por processo usual, podendo se abrir com chave propria como nas caixas de conserva;

2.º Aperfeiçoamentos nas caixas para pensos conforme a reivindicação 1, caracterizado pelo facto de os pensos serem arrumados dentro das caixas em disposição zig-zag ou bobina, facilitando esta disposição a sua saída pela ranhura;

3.º Aperfeiçoamentos nas caixas para pensos, caracterizados pelo facto de em vista da existencia de duas tampas poder-se utilizar a quantidade de penso que for necessario, ficando o resto do penso que não foi necessario perfectamente preservado do ar sendo aproveitavel para outra occasião».

N.º 7:546.

Mitts Quenner, cidadão norte americano, engenheiro de minas, residente em Nogales, Arisona, Estados Unidos da America, requereu pelas onze horas da manhã do dia 22 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Machinas para tratar minerios», reivindicando o seguinte:

1.º Uma machina, conforme a acima descripta comprehendendo um membro rotatorio e cylindrico, um veio rotatorio no mesmo, uma serie de martellos ou esmagadores dispostos para serem levados pelo veio e instrumentos conexonadores flexiveis entre os esmagadores e o veio;

2.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que existem meios para sustentar e revolver o cylindro independentemente dos martellos;

3.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que existem meios para sustentar o cylindro, achando-se este disposto para poder levantar-se e abaixar-se independentemente dos batedores ou esmagadores;

4.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que existem meios para fazer revolver o cylindro e esmagadores na mesma direcção, porém com velocidades diferentes;

5.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que os martellos ou esmagadores estão collocados de maneira que as suas extremidades entram e saem do contacto com o cylindro;

6.º Uma machina, conforme as reivindicações acima, em que o cylindro é munido com uma periphéria formada de barras e meios para manter no seu logar regulavelmente as barras, a fim de regular a passagem ou escape entre as barras adjacentes;

7.º Uma machina, conforme a reivindicação 6, em que existem membros de armação, fixados com referencia ás extremidades do cylindro, constituindo certas barras intermediarias que se adaptam regulavelmente com as barras regulaveis;

8.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que o cylindro é munido n'uma extremidade com uma entrada reduzida em diametro com respeito ao diametro da abertura da sahida na extremidade opposta, de modo que o material tratado atravessa um plano inclinado do fundo da entrada até o fundo da sahida;

9.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que existe uma porta amovivel junto da extremidade de descarga do cylindro.

10.º Uma machina, conforme a reivindicação 9, em que a porta na extremidade de descarga do cylindro é impedida de se revolver com o ultimo e é mantida com referencia ao mesmo amovivelmente;

11.º Uma machina, conforme a reivindicação 1, em que martellos montados flexivelmente são acarretados por um veio no referido cylindro, estando os referidos martellos dispostos em espiral ou em forma de degraus e de uma maneira tal que elles impellem o material de uma extremidade do cylindro para a outra, combatendo os referidos martellos successivamente o material que cae de uma para outra extremidade no decurso da sua deslocação;

12.º Uma machina, conforme a reivindicação 11, em que os martellos comprehendem em parte barras de aço de formação angular e transversal dispostas por forma a apresentar os bordos agudos para a frente;

13.º Um methodo para quebrar e esmigalhar rochas e material analogo que consiste em submitter o mesmo á acção de martellos que se projectam centrifugamente e accionando os martellos com uma velocidade elevada e collocando a rocha por forma que a mesma seja batida pelos martellos enquanto a mesma está n'um estado de suspensão;

14.º Um methodo, conforme a reivindicação 13, em que a inercia da rocha é utilizada como resistencia para golpes de martellos;

15.º Uma machina acima descripta e methodo substancialmente indicado e descripto para os fins acima referidos».

N.º 7:547.

Augusto dos Santos Moraes, portuguez, pharmaceutico, residente, em Villa Flor, requereu, pelas onze horas da manhã do dia 22 de novembro de 1910, patente de invenção, para: «Aperfeiçoamentos na preparação do Vinho Eueptico de Moraes», reivindicando o seguinte:

1.º Aperfeiçoamentos na preparação do Vinho Eueptico Nutritivo de Moraes, caracterizado pelo facto de parte dos preparados da sua composição serem dissolvidos em agua destilada e outra parte, incluindo o extracto de carne, serem dissolvidos em vinho;

2.º Aperfeiçoamentos na preparação do Vinho Eueptico Nutritivo de Moraes, conforme a reivindicação 1, caracterizada pelo facto de em seguida a serem filtrados juntamente com o vinho e a agua a que foi reunido os productos da composição do preparado, o ser tudo isto evaporado em banho Maria até que adquira a consistencia de extracto».

N.º 7:548.

Benigno Barreras y Casellas, fabricante de conservas, residente em Vigo, Hespanha, requereu, pelas onze horas da manhã do dia 22 de novembro de 1910, patente de invenção, para: «Apparelho para prensar o corpo das latas e engatal-o á tampa ou fundo», reivindicando o seguinte:

1.º Apparelho com um collar ou caixilho dividido em duas metades articuladas n'uma das extremidades, accionadas por molas e montadas, entre guias, sobre uma chapa deslizando de modo que o collar, ao sahir das guias, abre se pela acção das molas, e ao entrar nas guias fecha-se formando o molde do corpo da caixa;

2.º No apparelho com um collar ou caixilho dividido em duas metades articuladas, o collar com corrediças radiaes regularmente distribuidas, e em cada corrediça uma chapa com a borda disposta para executar uma operação do engate na parte correspondente do contorno da caixa;

3.º No apparelho com um collar ou caixilho dividido em duas metades articuladas e com corrediças radiaes, um macho com uma parte central que penetra no corpo da caixa ou que assenta na tampa, e uma parte exterior com um braço para cada corrediça, formando plano inclinado, de modo que, ao descer, cada braço empurra a respectiva corrediça até encostar as chapas ao corpo da caixa, exercendo depois o macho a pressão directa conveniente;

4.º No apparelho reivindicado nos numeros anteriores, as chapas das corrediças com a borda direita para dobrar a borda da tampa, collocando-a por baixo da borda do corpo, ou para encostar a borda engatada ao corpo da caixa;

5.º A modificação do apparelho que consiste em supprimir as corrediças do collar ou caixilho, substituindo-as por paredes fixas, e em dar ao macho a forma conveniente para inclinar a borda engatada».

N.º 7:549.

O mesmo, requereu, pelas onze horas da manhã do dia 22 de novembro de 1910, patente de invenção, para: «Apparelho para apertar ou achatar os engates das latas», reivindicando o seguinte:

1.º Nos apparelhos para apertar o engate das latas, a combinação de uma roda rotativa de posição fixa com outra montada n'um supporte movel pela acção de um excentrico e de uma mola antagonista, de modo que, ao actuar o excentrico, a roda movel encosta-se á borda da roda de posição fixa e aperta ou achata o engate que está entre ambas, e, pelo movimento de rotação, a lata gira submettendo todos os pontos do engate á acção das rodas;

2.º No apparelho com a combinação segundo a reivindicação 1, a disposição de uma haste montada n'uma alavanca oscillante actuada pelo supporte movel e por uma mola antagonista, a fim de que, durante a operação de apertar o engate, a alavanca desça apoiando a haste pela sua extremidade inferior sobre a lata, e quando o supporte movel se afasta, a alavanca oscillante se levanta com a haste, deixando livre a lata;

3.º Um apparelho para apertar ou achatar o engate das latas, conforme está representado no desenho adjuncto e descripto na memoria».

N.º 7:550.

Johann Alexander Linsmeyer, engenheiro de marinha, residente em Vienna, Austria, e a **Oesterreichische Waffenfabriks-Gesellschaft,** com séde em Steyr, Alta Austria, requereram, pelas tres horas e meia da tarde do dia 23 de novembro de 1910, patente de invenção para «Torpedo aereo», reivindicando o seguinte:

1.º Um torpedo aereo, caracterizado pelo facto de estar ligada á camara de carregamento uma disposição voadora accionada por um motor e por meio da qual, sem emprego de energia exterior, o apparelho pode ser lançado, contra o alvo, partindo de um supporte de pontaria;

2.º Um torpedo aereo do genero reivindicado em 1, caracterizado pelo facto da camara de carregamento dotada de um percutor apropriado, e do apparelho voador com o seu motor, estarem montados n'um veio tubular axial que, para se lançar o torpedo, se veste n'um tubo de pontaria com inclinação regulavel;

3.º N'um torpedo aereo do genero reivindicado em 1 e 2, um apparelho voador caracterizado por um tambor de turbinas que pode ser accionado por meio de um gaz ou de substancias que desenvolvam gazes, e ligado a duas caixas dispostas em forma de rodas motoras de turbinas, estando fixadas a estas caixas umas pás ócas em forma de helice que actuam como propulsores;

4.º Um apparelho voador do genero reivindicado em 3, caracterizado pelo facto de se ajustarem no tambor de turbinas uma ou mais caixas de turbinas, cada uma das quaes tem montada uma ou mais pás de helice;

5.º Um apparelho voador do genero reivindicado em 3 e 4, caracterizado pelo facto do tambor de turbinas ser carregado com uma polvora de combustão lenta, cujos gazes de combustão actuam sobre as pás e, portanto, sobre a periphéria de caixas de turbinas de modo que arrastam estas com as pás de helice, sendo o effeito util ainda augmentado pela força da reacção dos gazes que saem pelos orificios de evacuação das pás;

6.º Um apparelho voador do genero reivindicado em 3, 4 e 5, caracterizado por um corpo de sustentação dividido em secções tubulares e que tem o mesmo eixo que o veio, sendo a secção anterior, que rodeia a turbina bem como as pás de helice, a que tem maior diametro; ao passo que o diametro das secções posteriores decresce progressivamente em degraus, a fim de se utilizar completamente o effeito sustentador do ar que se escova;

7.º Um apparelho voador do genero reivindicado em 6, caracterizado pelo facto de cada uma das secções sustentadoras ter superficies interiores em forma de duplo tronco de cone reunidas pela base menor, sendo a parte posterior mais inclinada a fim de se obter uma propulsão mais favoravel do conjunto;

8.º Um apparelho voador do genero reivindicado em 6 e 7, caracterizado pelo facto de se poder ajustar, á parte superior do elemento sustentador anterior, uma superficie elastica de ascensão, permittindo o ajustamento que ella fique mais ou menos saliente da borda anterior do elemento sustentador, de modo que, durante o vôo, a dita superficie é mais ou menos levantada pela impulsão do ar, a fim de assegurar a conservação de uma trajectoria mais ou menos inclinada sobre o horizonte».

N.º 7:551.

Conrad Claessen, subito allemão, doutor em philosophia, clinico, residente em Berlim, requereu, pelas tres horas e meia da tarde do dia 23 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos no processo para fabricar polvoras sem fumo», declarando ser da sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Aperfeiçoamento no processo de fabricar polvoras sem fumo, caracterizado pelo facto de se juntar ás polvoras que contem nitro-cellulose ou nitro-cellulose e nitro-glycerina, em vez de ureas

completamente substituídas, ureas parcialmente substituídas, a fim de se baixar a temperatura de combustão e augmentar a estabilidade das polvornas.

N.º 7:552.

Hermann Cohn, industrial, residente em Berlim, requereu, pelas tres horas e meia da tarde do dia 23 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Processo e disposição para o fabrico de lages de cimento, destinadas a substituir o tabuado», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Um processo para o fabrico de lages de cimento, caracterizado pelo facto d'estas poderem ser aparelhadas no fim de pouco tempo, graças á addição de liantes;

2.º No fabrico de lages de cimento, em harmonia com a reivindicação 1, o emprego de moldes com uma guarnição de cartão, etc., sobre que são vasadas as lages, e que pode ser arrancada depois do aparelho;

3.º Nos moldes, segundo a reivindicação 2, fasquias e armaduras collocadas sobre estas e sobre o fundo, que permitem fixar e separar facilmente estas ultimas, e não embaraçam a descida da lage».

N.º 7:553.

The Crude Rubber Washing Company, Limited, sociedade anonyma industrial ingleza, com sede em Londres, Inglaterra, e **Morland Micholl Dessau**, subdito britannico, inventor, residente em Londres, Inglaterra, requereram, pelas onze horas da manhã do dia 24 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos em aparelhos para remover materias estranhas de borracha, gutta-percha, batata e substancias congeneres», reivindicando o seguinte:

1.º Uma machina de lavar borracha, na qual ha meios arrançados para se poder agitar o liquido continuamente na região ou regiões onde acontece haver tendencia para deposito de impurezas, em substancia como na memoria está descripto e para o fim n'ella especificado;

2.º Uma machina, nas condições da reivindicação 1, tendo artificios de mecher, construídos, dispostos e operados, em substancia como na memoria está descripto, com referencia aos desenhos que a acompanham.»

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de tres meses para reclamações de quem se julgar prejudicado pelas patentes pedidas.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 26 de novembro de 1910.—O Director Geral do Commercio e Industria, *E. Madeira Pinto*.

Patentes de invenção tornadas extensivas ao ultramar português, cujas taxas annuaes foram pagas no mês de novembro de 1910.—N.ºs 4:398, 5:528, 5:669 e 6:510.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 30 de novembro de 1910.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Em 15 de outubro ultimo:

Damasio dos Santos, boletineiro effectivo de Lisboa — concedido o abono da retribuição inherente á concessão da medalha de bom serviço e exemplar comportamento, criada por decreto de 28 de setembro de 1898.

Em 21 do mesmo mês:

Antonio Martins, boletineiro effectivo de Lisboa — idem, idem.

Por despacho de 28 de novembro ultimo:

Joaquim Pedro da Costa, vigia do mar da estação de Cabo Carvoeiro — idem, idem.

2.ª Divisão

Em portaria de 30 de novembro ultimo:

Luis Pires da Silva — exonerado do lugar de encarregado da estação de 4.ª classe de Casal de Cima, freguesia do Rio de Moinhos, do concelho de Satam, districto de Viseu, por ter sido supprimida a mesma estação por portaria de 22 de novembro ultimo.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 2 de dezembro de 1910.—*Henrique Ribeiro de Sousa*.

Inspecção Geral dos Telegraphos e Industrias Electricas

Editos

Faz-se publico, nos termos e para os effectos do artigo 14.º do regulamento das concessões, estabelecimento e exploração das industrias electricas, de 28 de fevereiro de 1903, que estará patente nesta Inspecção Geral até as quatro horas da tarde do dia 17 do proximo mês de dezembro, o projecto apresentado por **João José Cordeiro** e **Emília Julia do Amaral Cordeiro** para a installação de um novo grupo de machinas hydro-electricas na Ribeira da Praia, que servirão de grupo de reserva na alimentação da rede de illuminação electrica de Ponta Delgada, de que são concessionarios.

Todas as reclamações contra a approvação d'esto projecto devem ser presentes nesta Inspecção Geral, dentro do citado prazo.

Lisboa, 30 de novembro de 1910.—O Engenheiro Inspector Geral, interino, *Antonio José Dantas*.

Jaminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Tendo a experiencia mostrado a conveniencia de algumas modificações no regulamento da Caixa de Aposenta-

ções e Soccorros dos Caminhos de Ferro do Estado, approvedo por decreto de 31 de janeiro de 1901, tendentes a assegurar nos respectivos corpos gerentes mais larga representação do pessoal contribuinte, e a modificar as pensões de sobrevivencia no periodo transitorio, que termina em 30 de junho de 1916: hei por bem, conformando-me com a proposta, de 17 do corrente, da Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, decretar as seguintes alterações no referido regulamento:

Substituição do artigo 12.º:

Artigo 12.º O conselho delegará a administração da caixa numa comissão administrativa, presidida por um vogal do conselho, por este designado, e composta dos directores ou dos sub-directores, de dois delegados, chefes de serviço ou seus adjuntos das duas direcções, e designados pelos chefes de serviço de cada uma d'ellas, de dois delegados dos contribuintes da caixa, um de cada direcção, tirados dos eleitos para a delegação, e á escolha dos mesmos, do chefe de contabilidade do conselho e do segundo official dos serviços centraes da administração, encarregado do expediente da caixa, nos termos dos artigos 4.º e 9.º do decreto de 18 de outubro de 1902, que servirá de secretario.

§ unico. O presidente da comissão e os quatro delegados das direcções servirão pelo tempo de um anno, podendo ser reconduzidos.

Substituição do artigo 17.º:

Artigo 17.º A comissão administrativa terá uma delegação no Porto ou outra em Lisboa, constituídas pelos chefes de serviço de cada direcção e por tres delegados eleitos pelos contribuintes da Caixa. As delegações serão presididas pelos respectivos directores ou sub-directores, servindo de secretario o chefe do escritorio da delegação.

§ 1.º As eleições dos delegados dos contribuintes da Caixa serão feitas no Barreiro e no Porto, por escrutinio secreto, e a mesa eleitoral será constituída pelos chefes do serviço do movimento de cada direcção, secretariados por individuos, que bem como os escrutinadores, serão indicados pelas respectivas assembleias.

§ 2.º Serão eleitores e elegiveis os contribuintes da Caixa que saibam ler e escrever.

§ 3.º Os contribuintes residentes fora de Lisboa ou Barreiro e Porto votarão enviando as suas listas em carta fechada ao presidente da assembleia eleitoral.

§ 4.º Para effecto de autenticação do voto, o sobrescrito fechado, contendo a lista, será presente pelo proprio aos inspectores ou sub-inspectores do movimento, chefes de Secção de Via e Obras, ou chefes da reserva, que sobre o mesmo porão a sua rubrica e respectivo carimbo. para o que, com a antecedencia devida, percorrerão a area do seu serviço.

§ 5.º A organização do caderno eleitoral ficará a cargo de cada uma das delegações, que pedirão aos serviços as listas dos empregados que estejam nas condições do § 2.º

§ 6.º As eleições realizar-se-hão na noite do primeiro domingo do mês de junho de cada anno e as actas serão enviadas no dia seguinte ás respectivas direcções.

§ 7.º As listas conterão seis nomes, seguidos dos cargos que desempenham cada um dos propostos, sendo tres para effectivos e tres para supplentes.

§ 8.º O mandato de cada eleito vigorará pelo prazo de um anno, a contar de 1 de julho.

§ 9.º Serão para todos os effectos considerados dias de serviço aquelles em que os delegados do pessoal tenham de estar ausentes do mesmo serviço em virtude das sessões, e ser-lhes-ha abonado o transporte e o subsidio de 18500 réis por cada dia que estiverem ausentes da sua residencia official.

§ 10.º A primeira eleição a que se refere o § 1.º realizar-se-ha no terceiro domingo de dezembro proximo. Os vogaes eleitos entrarão em funcções em janeiro de 1911, terminando o seu mandato em 30 de junho de 1912.

Substituição do artigo 19.º:

Art. 19.º A comissão administrativa e as suas delegações terão uma sessão ordinaria por mês e as extraordinarias que se julgarem precisas.

Substituição do § unico do artigo 23.º:

§ unico. Serão igualmente designados, pela forma prescrita no artigo 12.º, quatro vogaes supplentes que substituirão os effectivos nos seus impedimentos.

Substituição do artigo 27.º, § 3.º:

Art. 27.º § 3.º A pensão de reforma não poderá ser em caso algum inferior a 38000 réis mensaes.

Additamento ao artigo 29.º:

Artigo 29.º § 8.º O limite minimo estabelecido no artigo 27.º, § 3.º, para a pensão de reforma é extensivo á de sobrevivencia.

Substituição do artigo 68.º:

5.º Reconhecimento do direito da viuva, filhos menores e filhas solteiras ás seguintes pensões:

a) Um terço da referida pensão, se contar na occasião do fallecimento cinco annos de contribuição para a caixa.

b) Metade da referida pensão, se contar dez annos de contribuição ou se o fallecimento do empregado tiver occorrido por desastre em serviço da administração.

Paços do Governo da Republica, em 29 de novembro de 1910.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haverem **Luisa da Cunha Rodrigues**, An-

tonia Augusta da Cunha Rodrigues e Francisco da Cunha Rodrigues requerido o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido irmão Francisco José Rodrigues, que era pagador do 2.ª classe do Ministerio do Fomento, estava na inactividade e residia em Castello Branco (processo n.º 2:026).

Qualquer pessoa que tambem se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte d'elle, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 28 de novembro de 1910.—O Chefe da Repartição, *Cesar de Mello e Castro*.

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver **Maria do Rosario Candeias**, por si e por tres filhos menores, requerido o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido marido Antonio José Candeias, que era carteiro effectivo em Lisboa (processo n.º 2:028).

Qualquer pessoa que tambem se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte d'elle, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 28 de novembro de 1910.—O Chefe da Repartição, *Cesar de Mello e Castro*.

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver **Joaquim Candido Parra**, primeiro testamenteiro de **Victoria da Costa Parra**, requerido o pagamento do que ficou em divida á fallecida, que era proprietaria de um predio alugado, em Villa Real de Santo Antonio, á Direcção das Obras Publicas de Faro (processo n.º 2:029).

Qualquer pessoa que tambem se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte d'elle, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 28 de novembro de 1910.—O Chefe da Repartição, *Cesar de Mello e Castro*.

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Recurso n.º 13:057, em que são recorrentes o secretario geral do Governo Civil do districto da Horta, na qualidade de agente do Ministerio Publico junto da auditoria do mesmo districto, **José Inacio de Christo**, na qualidade de presidente da Camara Municipal do concelho da Horta, e **José Pereira de Macedo**, e recorridos o secretario geral do Governo Civil do districto da Horta na qualidade de agente do Ministerio Publico, junto da auditoria do mesmo districto, **José Inacio de Christo**, na qualidade de Presidente da Camara Municipal do concelho da Horta, e **Manuel Cesar Spinola**. Relator o Ex.º vogal effectivo, **Doutor Abel Pereira de Andrade**.

Accordam em conferencia, os do Supremo Tribunal Administrativo, em riscar as palavras da minuta do advogado do recorrente, **José Inacio de Christo**, na qualidade de presidente da Camara Municipal do concelho da Horta, de fl. 108-v., que estão sublinhadas a lapis azul, porque, nos termos da promoção do Ministerio Publico, sendo desnecessarias á defesa da causa, se afastaram do respeito devido ao tribunal e são offensivas da dignidade do magistrado superior do districto da Horta. (Regulamento de 25 de novembro de 1886, artigo 50.º;Codigo do Processo Civil, artigo 98.º, § 1.º; Accordão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de novembro de 1904, na Collecção official dos accordãos doutrinaes do Supremo Tribunal de Justiça de 1904-1905, pag. 80; Accordão do Supremo Tribunal Administrativo de 3 de fevereiro de 1898, no *Diario do Governo*, n.º 137, de 25 de junho de 1898).

Sala das sessões do Supremo Tribunal Administrativo, em 25 de maio de 1910.—*Vilhena*—*Abel de Andrade*—*J. de Alarcão*—*M. Puaes*—*Segurado*—*Thomas Pizarro*.—Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 13 de julho de 1910.—O Secretario Geral, *Julio Cesar Cav da Costa*.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Edital

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Camara Municipal de Lisboa.

Faço constar que a Camara, na sessão de 24 de novembro do corrente anno, resolveu estabelecer um mercado de gado no quarto domingo de cada mês, no local em que se realizam as feiras de Santa Brigida e de S. João, contiguo á igreja da freguesia do Lumiar.

Paços do Concelho, 2 de dezembro de 1910.—O Presidente, *Anselmo Braamcamp Freire*.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Repartição de Contabilidade

Relação das obrigações de 4 por cento de 1888 amortizadas pelos sorteios realizados até 31 de maio de 1910 e ainda não pagas, tendo deixado de vencer juro desde o semestre immediato ao sorteio

Numero	Premio	Data do sorteio	Numero	Premio	Data do sorteio	Numero	Premio	Data do sorteio	Numero	Premio	Data do sorteio	Numero	Premio	Data do sorteio
267	22500	Novembro . 1908	15:196	22500	Novembro.. 1908	37:942	22500	Novembro.. 1908	52:834	22500	Maio . . . 1910	67:967	22500	Maio . . . 1905
525	275000	Maio 1910	15:339	22500	Novembro.. 1909	38:112	22500	Maio 1910	53:279	22500	Maio . . . 1909	67:986	22500	Novembro.. 1909
527	22500	Maio 1910	15:390	22500	Novembro.. 1908	38:163	22500	Novembro.. 1909	53:283	22500	Maio . . . 1909	67:994	22500	Maio . . . 1905
579	22500	Maio 1910	15:931	22500	Novembro.. 1908	38:233	22500	Maio 1909	53:476	22500	Maio . . . 1910	68:039	22500	Maio . . . 1909
653	22500	Novembro.. 1909	15:989	22500	Maio 1909	38:321	22500	Novembro.. 1909	53:525	22500	Maio . . . 1909	68:052	22500	Maio . . . 1904
671	22500	Novembro.. 1908	16:530	22500	Novembro.. 1909	38:333	22500	Novembro.. 1909	53:540	22500	Maio . . . 1910	68:053	22500	Maio . . . 1910
719	27000	Novembro.. 1908	16:595	22500	Maio 1907	38:433	27000	Maio 1910	53:612	22500	Maio . . . 1910	68:089	22500	Maio . . . 1908
827	22500	Maio 1910	16:675	22500	Novembro.. 1906	38:508	22500	Maio 1910	53:626	22500	Maio . . . 1910	68:091	22500	Maio . . . 1909
841	22500	Maio 1906	16:901	22500	Maio 1910	38:562	22500	Maio 1910	53:688	22500	Novembro.. 1909	68:141	22500	Maio . . . 1909
875	22500	Maio 1908	17:155	27000	Maio 1910	38:912	22500	Novembro 1909	53:935	22500	Maio . . . 1910	68:221	22500	Maio . . . 1909
906	22500	Maio 1906	17:487	27000	Maio 1910	39:143	22500	Maio 1910	54:210	22500	Maio . . . 1909	68:227	22500	Maio . . . 1905
1 019	22500	Maio 1909	17:509	22500	Novembro.. 1905	39:199	22500	Novembro.. 1909	54:279	22500	Novembro.. 1908	68:252	22500	Maio . . . 1906
1:408	22500	Novembro.. 1909	17:855	22500	Maio 1909	39:278	22500	Novembro.. 1909	54:678	27000	Maio . . . 1910	68:259	22500	Maio . . . 1904
1:432	22500	Maio 1910	18:571	22500	Maio 1909	39:430	22500	Maio 1910	54:759	22500	Maio . . . 1907	68:317	27000	Maio . . . 1909
1:545	22500	Novembro.. 1908	18:828	22500	Novembro.. 1907	39:507	22500	Novembro 1908	55:160	22500	Maio . . . 1910	68:548	22500	Maio . . . 1907
1 598	22500	Novembro 1909	18:931	27000	Maio 1909	39:668	22500	Maio 1910	55:173	22500	Maio . . . 1910	68:550	22500	Novembro.. 1902
1 671	22500	Novembro . 1908	19:111	22500	Novembro.. 1909	39:817	22500	Maio 1908	56:209	27000	Maio . . . 1910	68:551	22500	Novembro . 1909
1:847	22500	Novembro.. 1909	19:126	27000	Novembro.. 1909	39:821	22500	Maio 1910	56:281	22500	Maio . . . 1910	68:554	22500	Maio . . . 1898
2:115	27000	Novembro 1909	19:212	27000	Maio 1910	39:842	22500	Maio 1910	56:362	22500	Novembro.. 1909	68:556	27000	Novembro.. 1892
2:298	22500	Maio 1907	19:643	22500	Novembro.. 1908	39:884	27000	Maio 1910	56:398	22500	Maio . . . 1910	68:566	22500	Novembro.. 1908
2:799	22500	Novembro.. 1907	19:778	22500	Novembro 1908	40:055	22500	Maio 1910	56:416	22500	Maio . . . 1910	68:566	22500	Novembro.. 1908
3:666	22500	Maio 1908	19:921	22500	Novembro 1908	40:851	22500	Maio 1910	56:700	22500	Maio . . . 1909	68:585	22500	Maio . . . 1908
2:873	22500	Novembro . 1909	19:936	22500	Maio 1902	40:921	22500	Maio 1909	56:732	22500	Maio . . . 1909	68:585	22500	Maio . . . 1907
2:902	22500	Novembro . 1909	19:936	22500	Novembro.. 1908	41:083	22500	Maio 1910	56:831	27000	Maio . . . 1909	68:738	27000	Maio . . . 1910
3:145	22500	Novembro.. 1906	19:985	22500	Novembro.. 1908	41:083	22500	Maio 1910	56:831	27000	Maio . . . 1909	68:814	27000	Maio . . . 1901
3:147	22500	Maio 1910	20:054	22500	Novembro 1908	41:296	22500	Maio 1905	57:043	22500	Maio . . . 1910	68:848	22500	Maio . . . 1908
3:205	22500	Maio 1909	20:219	22500	Novembro . 1909	41:432	22500	Maio 1910	58:334	22500	Maio . . . 1909	68:957	27000	Maio . . . 1908
3:225	22500	Maio 1909	20:652	22500	Maio 1910	41:463	22500	Maio 1910	58:398	90000	Maio . . . 1909	68:961	22500	Novembro . 1904
3:388	22500	Novembro 1909	20:907	22500	Maio 1909	41:688	22500	Maio 1910	58:418	27000	Maio . . . 1906	69:123	90000	Novembro . 1909
3:449	27000	Maio 1907	20:923	22500	Maio 1909	41:763	22500	Novembro.. 1907	60:251	22500	Novembro.. 1907	69:401	22500	Novembro . 1909
3:654	22500	Novembro.. 1908	20:955	27000	Maio 1909	42:325	22500	Maio 1906	60:309	22500	Maio . . . 1910	69:473	27000	Novembro.. 1909
3:666	27000	Maio 1907	21:105	22500	Maio 1910	42:371	22500	Maio 1910	60:456	22500	Maio . . . 1910	69:495	22500	Novembro . 1909
3:825	22500	Maio 1910	21:396	22500	Novembro.. 1909	42:433	22500	Maio 1910	60:588	22500	Maio . . . 1910	69:527	22500	Novembro . 1909
3:987	22500	Maio 1910	21:872	22500	Maio 1910	42:518	27000	Maio 1910	60:596	22500	Maio . . . 1910	69:654	22500	Maio . . . 1910
4:445	27000	Novembro.. 1907	21:878	22500	Maio 1909	42:708	22500	Maio 1908	60:736	22500	Novembro . 1909	69:764	22500	Maio . . . 1909
4 449	22500	Maio 1910	22:546	22500	Novembro 1909	42:798	22500	Maio 1910	60:903	22500	Novembro . 1901	69:778	22500	Maio . . . 1901
4:523	22500	Maio 1910	22:580	27000	Maio 1908	42:884	22500	Novembro 1906	61:095	22500	Novembro . 1908	70:163	27000	Novembro . 1910
4:577	22500	Maio 1910	22:735	22500	Novembro.. 1909	43:145	22500	Novembro.. 1909	61:095	22500	Maio . . . 1910	70:283	22500	Novembro.. 1909
4:701	22500	Maio 1910	22:810	22500	Maio 1910	43:337	22500	Maio 1909	61:151	22500	Maio . . . 1909	70:765	22500	Novembro.. 1909
5:169	22500	Novembio . 1907	22:818	22500	Maio 1910	43:534	22500	Novembro.. 1909	61:178	27000	Maio . . . 1910	70:977	22500	Novembro . 1909
5:571	22500	Novembro.. 1908	22:926	22500	Novembro 1908	43:637	22500	Maio 1910	61:340	22500	Novembro . 1909	70:995	180000	Maio . . . 1910
5:651	22500	Novembro . 1907	22:969	22500	Novembro.. 1909	43:615	22500	Maio 1910	61:500	22500	Novembro.. 1895	71:011	27000	Novembro.. 1907
5:851	22500	Maio 1909	23:149	22500	Maio 1908	43:639	22500	Maio 1910	61:584	22500	Maio . . . 1901	71:114	22500	Maio . . . 1910
5:905	22500	Maio 1909	23:760	22500	Novembro.. 1908	43:652	180000	Maio 1910	61:601	22500	Novembro 1904	71:182	22500	Novembro.. 1906
5:943	22500	Maio 1909	23:941	22500	Novembro.. 1908	43:858	22500	Novembro . 1906	61:637	22500	Maio . . . 1905	71:255	27000	Maio . . . 1899
5:995	22500	Novembro 1909	24:393	27000	Maio 1910	44:152	27000	Novembro . 1908	61:752	22500	Novembro.. 1906	71:260	22500	Novembro.. 1902
6:186	22500	Novembro.. 1909	24:512	90000	Novembro . 1908	44:173	22500	Novembro . 1908	61:753	22500	Maio . . . 1909	71:269	22500	Maio . . . 1910
6:308	22500	Maio 1907	24:685	22500	Novembro . 1906	44:259	22500	Maio 1908	61:763	22500	Maio . . . 1908	71:330	22500	Maio . . . 1910
6:810	22500	Novembro 1908	24:832	22500	Novembro 1908	44:572	22500	Maio 1910	61:906	22500	Maio . . . 1910	71:346	27000	Maio . . . 1909
6:878	27000	Maio 1907	24:922	22500	Maio 1906	44:900	22500	Maio 1910	62:013	22500	Maio . . . 1910	71:528	22500	Novembro . 1908
7:413	22500	Novembro . 1909	25:038	22500	Maio 1910	45:105	22500	Novembro . 1908	62:218	22500	Novembro . 1909	71:631	22500	Maio . . . 1910
7:478	22500	Novembro.. 1909	25:103	22500	Novembio 1908	45:220	22500	Novembro . 1909	62:284	22500	Maio . . . 1905	71:647	22500	Maio . . . 1910
7:493	22500	Maio 1910	25:202	27000	Maio 1907	45:513	27000	Novembro . 1905	62:645	22500	Maio . . . 1909	71:649	22500	Maio . . . 1910
7 680	22500	Maio 1910	25:203	22500	Novembro . 1908	45:518	27000	Maio 1905	62:708	22500	Maio . . . 1910	71:814	22500	Maio . . . 1907
7:798	22500	Maio 1907	25:221	22500	Novembro.. 1909	45:525	22500	Novembro.. 1906	62:885	22500	Maio . . . 1906	71:851	27000	Novembro . 1908
7:850	22500	Maio 1910	25:320	22500	Novembro.. 1909	45:526	22500	Maio 1909	63:153	22500	Maio . . . 1906	72:485	27000	Maio . . . 1910
8:071	27000	Maio 1908	25:399	22500	Novembro . 1904	45:529	22500	Maio 1909	63:199	27000	Novembro.. 1909	72:718	22500	Maio . . . 1910
8:080	22500	Maio 1907	25:441	22500	Novembro 1909	45:530	22500	Maio 1905	63:261	22500	Maio . . . 1910	72:809	22500	Maio . . . 1910
8:241	27000	Maio 1910	25:460	27000	Novembio . 1908	45:715	22500	Maio 1910	63:263	22500	Maio . . . 1905	73:389	22500	Maio . . . 1910
8:831	22500	Maio 1909	25:697	22500	Novembro . 1909	45:727	180000	Novembro.. 1909	63:369	22500	Maio . . . 1910	73:428	22500	Maio . . . 1910
8:906	22500	Maio 1910	25:854	22500	Novmbio . 1909	45:730	22500	Maio 1907	63:718	22500	Maio . . . 1910	74:018	22500	Maio . . . 1910
9:095	22500	Maio 1910	26:518	22500	Maio 1910	45:800	22500	Maio 1910	63:812	22500	Novembro.. 1898	74:090	27000	Novembro.. 1909
9:351	22500	Maio 1910	27:593	22500	Novembro . 1909	45:909	22500	Novembro . 1909	63:959	22500	Maio . . . 1908	74:160	22500	Maio . . . 1909
9:420	22500	Novembro.. 1907	27:627	22500	Novembro.. 1909	45:939	22500	Maio 1907	63:982	22500	Novembro . 1908	74:727	22500	Maio . . . 1910
9:701	22500	Novembro . 1908	27:704	22500	Maio 1910	46:351	22500	Novembro.. 1908	63:989	22500	Maio . . . 1910	75:128	22500	Maio . . . 1910
9:810	22500	Maio 1910												

Numeros	Premios	Datas do sortelo												
84:262	22500	Novembro.. 1909	102:611	22500	Maio 1910	115:149	22500	Maio 1910	124:297	22500	Maio 1910	141:395	22500	Maio 1903
84:447	22500	Maio 1910	102:883	22500	Maio 1909	115:322	22500	Maio 1910	124:359	22500	Maio 1910	141:523	22500	Maio 1910
84:643	22500	Novembro.. 1905	102:935	22500	Novembro.. 1909	115:373	22500	Maio 1910	124:427	22500	Maio 1910	141:797	22500	Maio 1909
84:681	22500	Novembro.. 1907	102:942	22500	Maio 1910	115:458	22500	Novembro.. 1907	124:554	22500	Novembro.. 1908	141:863	22500	Maio 1910
84:708	22500	Maio 1905	103:047	22500	Maio 1909	116:058	27000	Maio 1910	124:562	22500	Maio 1909	141:921	27000	Novembro.. 1909
85:008	22500	Novembro.. 1908	103:064	22500	Maio 1909	116:337	22500	Maio 1909	124:583	22500	Maio 1909	141:992	22500	Novembro.. 1909
85:011	22500	Maio 1910	103:083	22500	Novembro.. 1908	116:382	22500	Novembro.. 1908	124:590	22500	Maio 1910	142:008	22500	Novembro.. 1908
85:091	22500	Maio 1909	103:084	22500	Maio 1910	116:447	22500	Maio 1909	124:647	22500	Novembro.. 1909	142:067	22500	Novembro.. 1909
85:139	22500	Novembro.. 1909	103:129	22500	Novembro.. 1909	116:678	22500	Novembro.. 1909	124:711	22500	Maio 1908	142:241	22500	Novembro.. 1909
85:290	22500	Novembro.. 1909	103:147	22500	Novembro.. 1908	116:756	180000	Novembro.. 1907	124:718	22500	Maio 1909	142:259	22500	Maio 1910
85:535	22500	Maio 1910	103:193	22500	Novembro.. 1909	116:998	22500	Maio 1905	124:908	22500	Maio 1910	142:263	22500	Maio 1910
85:638	27000	Maio 1910	103:222	22500	Maio 1908	117:009	22500	Novembro.. 1907	125:488	22500	Maio 1909	142:446	22500	Maio 1902
85:775	22500	Novembro.. 1909	103:232	22500	Maio 1910	117:028	22500	Novembro.. 1908	125:580	22500	Novembro.. 1909	142:959	22500	Maio 1909
85:900	27000	Maio 1910	103:325	22500	Novembro.. 1909	117:039	22500	Maio 1909	125:679	27000	Novembro.. 1901	142:969	22500	Maio 1907
85:915	22500	Maio 1909	103:329	22500	Novembro.. 1909	117:061	22500	Maio 1910	125:811	22500	Maio 1909	143:004	22500	Novembro.. 1905
85:939	27000	Maio 1909	103:431	22500	Maio 1910	117:081	22500	Maio 1910	125:815	22500	Maio 1909	143:009	22500	Novembro.. 1906
86:403	22500	Maio 1897	103:642	27000	Maio 1910	117:082	22500	Novembro.. 1907	125:953	22500	Maio 1910	143:015	22500	Novembro.. 1907
87:104	27000	Novembro.. 1909	103:685	22500	Maio 1910	117:110	22500	Novembro.. 1909	125:992	22500	Novembro.. 1906	143:025	22500	Maio 1910
87:290	22500	Novembro.. 1908	104:349	22500	Novembro.. 1908	117:127	22500	Novembro.. 1907	126:007	27000	Maio 1909	143:236	22500	Maio 1909
87:360	22500	Novembro.. 1909	104:352	22500	Novembro.. 1901	117:130	22500	Novembro.. 1906	126:090	22500	Maio 1907	143:429	22500	Novembro.. 1907
87:556	27000	Maio 1909	104:359	22500	Maio 1892	117:145	22500	Maio 1910	126:174	27000	Maio 1909	143:445	22500	Maio 1908
87:961	22500	Maio 1910	104:415	22500	Novembro.. 1909	117:165	22500	Novembro.. 1907	126:192	22500	Maio 1909	143:475	27000	Maio 1907
88:090	22500	Maio 1908	104:445	22500	Novembro.. 1904	117:173	22500	Maio 1910	126:357	27000	Maio 1910	143:660	27000	Maio 1909
88:322	22500	Maio 1910	104:583	22500	Novembro.. 1906	117:202	22500	Novembro.. 1906	126:510	22500	Novembro.. 1909	143:673	22500	Maio 1910
88:425	22500	Maio 1910	104:730	22500	Maio 1910	117:245	27000	Novembro.. 1906	126:880	22500	Novembro.. 1909	143:898	22500	Maio 1910
88:534	22500	Maio 1910	104:825	22500	Maio 1910	117:246	22500	Maio 1909	127:386	22500	Novembro.. 1908	144:064	22500	Novembro.. 1899
89:165	22500	Novembro.. 1909	104:990	22500	Novembro.. 1909	117:252	22500	Novembro.. 1909	127:476	22500	Maio 1906	144:246	22500	Novembro.. 1908
89:577	22500	Maio 1910	105:171	22500	Novembro.. 1908	117:272	22500	Novembro.. 1907	127:510	22500	Maio 1910	144:361	22500	Maio 1910
89:589	27000	Maio 1909	105:426	22500	Novembro.. 1909	117:278	22500	Novembro.. 1908	127:716	22500	Maio 1910	144:398	22500	Maio 1910
89:866	22500	Maio 1909	105:752	450000	Maio 1908	117:281	22500	Maio 1910	127:798	22500	Maio 1909	144:962	22500	Novembro.. 1908
90:079	22500	Novembro.. 1909	105:838	22500	Maio 1910	117:293	22500	Novembro.. 1909	128:058	22500	Novembro.. 1908	145:149	22500	Maio 1910
90:162	22500	Novembro.. 1908	105:915	22500	Maio 1909	117:311	22500	Maio 1910	128:137	22500	Novembro.. 1909	145:236	22500	Novembro.. 1909
90:330	22500	Novembro.. 1908	106:258	22500	Novembro.. 1908	117:316	900000	Novembro.. 1909	128:418	22500	Maio 1910	145:268	22500	Maio 1909
90:337	22500	Novembro.. 1908	106:262	22500	Novembro.. 1906	117:329	22500	Novembro.. 1906	128:719	22500	Maio 1910	145:289	22500	Maio 1908
90:532	22500	Maio 1910	106:314	22500	Maio 1909	117:357	22500	Maio 1909	128:772	22500	Novembro.. 1909	145:805	22500	Novembro.. 1907
90:721	27000	Maio 1910	106:511	27000	Novembro.. 1909	117:381	22500	Novembro.. 1908	128:913	22500	Novembro.. 1908	145:869	22500	Maio 1910
90:905	22500	Novembro.. 1907	106:709	22500	Maio 1910	117:390	22500	Maio 1909	129:275	22500	Maio 1910	145:988	22500	Maio 1909
90:972	900000	Maio 1896	106:722	22500	Novembro.. 1907	117:391	22500	Maio 1908	129:366	22500	Novembro.. 1909	146:355	22500	Novembro.. 1909
91:007	27000	Maio 1910	106:816	22500	Novembro.. 1905	117:416	22500	Novembro.. 1909	129:686	22500	Maio 1909	146:402	27000	Maio 1910
91:236	22500	Novembro.. 1909	106:837	22500	Maio 1910	117:433	22500	Maio 1910	129:694	22500	Novembro.. 1908	146:430	22500	Maio 1910
91:246	22500	Maio 1909	107:257	22500	Maio 1910	117:465	22500	Novembro.. 1908	129:801	22500	Maio 1909	146:434	22500	Novembro.. 1907
91:309	22500	Maio 1910	107:271	22500	Maio 1909	117:533	22500	Maio 1909	129:810	22500	Novembro.. 1909	146:611	22500	Maio 1910
91:330	22500	Novembro.. 1908	107:352	22500	Maio 1910	117:557	22500	Maio 1907	129:919	22500	Novembro.. 1908	146:994	22500	Novembro.. 1907
91:376	22500	Maio 1910	107:535	22500	Novembro.. 1909	117:561	22500	Maio 1907	130:036	22500	Maio 1910	147:248	22500	Novembro.. 1898
91:863	22500	Maio 1909	107:558	22500	Maio 1910	117:578	22500	Maio 1910	130:072	27000	Maio 1909	147:617	22500	Maio 1899
91:930	22500	Novembro.. 1908	107:620	27000	Maio 1910	117:608	27000	Novembro.. 1908	130:347	22500	Novembro.. 1909	147:941	22500	Maio 1908
92:007	22500	Novembro.. 1909	107:643	22500	Novembro.. 1909	117:615	22500	Maio 1907	130:387	22500	Novembro.. 1909	148:067	22500	Maio 1910
92:107	22500	Novembro.. 1909	107:968	22500	Maio 1909	117:617	22500	Maio 1907	130:471	22500	Maio 1910	148:259	27000	Maio 1910
92:127	22500	Novembro.. 1909	108:020	22500	Maio 1910	117:632	22500	Novembro.. 1909	130:487	22500	Novembro.. 1908	148:323	22500	Maio 1910
92:216	22500	Novembro.. 1909	108:068	27000	Maio 1910	117:636	22500	Novembro.. 1906	130:502	22500	Maio 1910	148:504	22500	Novembro.. 1908
92:244	22500	Novembro.. 1908	108:069	22500	Novembro.. 1907	117:643	22500	Maio 1908	130:583	22500	Maio 1908	148:598	22500	Maio 1906
92:852	22500	Novembro.. 1908	108:118	22500	Maio 1909	117:654	22500	Novembro.. 1906	130:589	22500	Maio 1910	148:633	22500	Maio 1910
92:874	27000	Maio 1906	108:165	22500	Novembro.. 1908	117:705	27000	Maio 1910	130:593	22500	Novembro.. 1909	148:669	22500	Maio 1909
92:911	22500	Maio 1910	108:185	22500	Novembro.. 1909	117:715	22500	Novembro.. 1909	131:151	22500	Maio 1908	148:682	22500	Novembro.. 1909
92:963	22500	Novembro.. 1909	108:390	22500	Novembro.. 1909	117:717	27000	Maio 1909	131:171	22500	Maio 1910	149:245	22500	Maio 1909
93:115	22500	Maio 1910	108:460	22500	Maio 1909	117:717	22500	Maio 1909	131:437	22500	Maio 1910	149:346	22500	Novembro.. 1909
93:172	22500	Maio 1910	108:647	22500	Maio 1909	117:751	22500	Novembro.. 1906	131:477	22500	Maio 1910	149:595	22500	Maio 1909
93:406	22500	Maio 1909	108:667	22500	Maio 1908	117:768	22500	Novembro.. 1907	131:910	22500	Maio 1910	149:700	22500	Maio 1910
93:474	22500	Novembro.. 1909	108:785	22500	Novembro.. 1909	117:804	22500	Maio 1907	132:106	22500	Maio 1910	149:725	27000	Maio 1910
93:552	22500	Novembro.. 1901	109:209	22500	Maio 1889	117:824	22500	Maio 1908	132:170	22500	Maio 1910	149:725	27000	Maio 1910
93:555	22500	Maio 1908	109:210	27000	Novembro.. 1907	117:826	22500	Novembro.. 1909	132:188	27000	Maio 1908	149:957	22500	Maio 1910
93:869	22500	Novembro.. 1908	109:212	22500	Novembro.. 1899	117:865	22500	Novembro.. 1908	132:218	22500	Maio 1909	150:181	22500	Novembro.. 1909
94:117	22500	Maio 1910	109:227	22500	Maio 1909	117:875	22500	Novembro.. 1909	132:228	22500	Novembro.. 1909	150:223	22500	Novembro.. 1908
94:888	27000	Maio 1910	109:377	22500	Novembro.. 1906	117:879	22500	Maio 1910	132:247	22500	Novembro.. 1909	150:330	27000	Maio 1907
94:951	22500	Maio 1910	109:395	22500	Maio 1910	117:881	22500	Novembro.. 1907	132:391	22500	Maio 1910	150:380	22500	Maio 1910
95:024	22500	Novembro.. 1908	109:464	22500	Maio 1910	117:913	22500	Novembro.. 1909	133:249	22500	Maio 1909	150:533	27000	Maio 1910
95:049	27000	Novembro.. 1909	110:259	22500	Novembro.. 1897	117:922	22500	Maio 1908	133:291	22500	Novembro.. 1908	150:890	22500	Novembro.. 1909
95:239	22500	Maio 1910	110:261	22500	Maio 1910	117:924	22500	Maio 1907	133:306					

Decorrido o prazo de trinta dias se não houver impugnação será a pretensão resolvida como for de justiça.
Secretaria da Junta do Credito Publico, 2 de dezembro de 1910.—Pelo Director Geral, *H. M. Gouveia Prego*.

Repartição do Assentamento

Processo n.º 145:834

Nos termos da lei de 5 de agosto de 1854 e do artigo 41.º do regulamento da Junta do Credito Publico, approvedo por decreto de 8 de outubro de 1900, pretendem justificar Joaquina Rosa dos Santos, Maria Rosa dos Santos casada com José Joaquim Martins, e Anna Rosa dos Santos, que são herdeiras legatarias de seu fallecido tio Manuel da Silva Barros, afim de serem averbadas a seu favor as inscrições de 100\$000 réis n.ºs 44:010, 44:011, 44:027 e 44:028, de 500\$000 réis n.ºs 4:373, 27:433 e 32:271 e as obrigações de 4 e meio por cento de 90\$000 réis n.ºs 337:882 a 337:884, 337:887 a 337:896, 337:902 a 337:906.

Quem tiver que se oppor ao indicado averbamento deduzo o seu direito no prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão como for de justiça.

Secretaria da Junta do Credito Publico, em 2 de dezembro de 1910.—Pelo Director Geral, *H. M. Gouveia Prego*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE ÓVAR

Edital

Pedro Virgolino Ferraz Chaves, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, presidente da Comissão Municipal Republicana d'este concelho, servindo de administrador do concelho de Ovar.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado, um accordão da commissão districtal de Aveiro, no qual são julgados quites os gerentes responsaveis pela conta da camara municipal d'este concelho, referente ao anno-civil de 1904.

E porque sejam fallecidos os responsaveis Manuel Joaquim Rodrigues e o Padre Joaquim Pereira de Resende, pelo presente são intimados os interessados para no prazo legal, depois da publicação do presente edital, apresentarem, querendo, qualquer reclamação que tiverem por conveniente, sobre o referido accordão.

Administração do concelho de Ovar, 28 de novembro de 1910.—E eu, *Guilherme Bressane Leite Perry*, secretario, que o escrevi.—*Pedro Virgolino Ferraz Chaves*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DO CARTAXO

Editaes

Antonio da Silva Mesquita Junior, administrador do concelho do Cartaxo.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado aos respectivos gerentes, o accordão da Ex.^{ma} Comissão districtal de Santarem, de 6 de setembro ultimo, do teor seguinte:

«Accordão n.º 3:984.—Vista e examinada a conta da Camara Municipal do concelho do Cartaxo, relativa ao anno de 1908, em que foram gerentes responsaveis os cidadãos da commissão administrativa Antonio Nunes Cunha Junior, Francisco Jacinto Nogueira, Antonio Cesario Alves, José Antonio Clemente, Francisco Bernardes da Custodia Junior, e da Camara José Ribeiro da Costa, Francisco Jacinto Nogueira, Cesario Antonio Alves, Inacio Augusto Barbosa da Gama, João Antonio Ribeiro da Costa, Antonio Nunes Cunha Junior, Jorge Salgueiro Pinto da Costa, Albertino da Cunha Ribeiro, Francisco Ribeiro de Oliveira Freire;

Mostra-se que a receita arrecadada, incluindo o saldo do anno anterior, foi da quantia de 12:912\$819 réis, e a despesa effectuada foi de 11:998\$879 réis, havendo um saldo de 913\$940 réis para a conta do seguinte:

O que tudo examinado, e ouvido o Ministerio Publico: Considerando que a mesma conta se acha em termos regulares;

Accordão em approvar, para os efeitos legais, a conta da Camara Municipal do concelho do Cartaxo, do anno de 1908, responsabilizando-se os gerentes pelo dito saldo de 913\$940 réis, que passará á conta seguinte.

Emolumentos pela camara.

Intime-se.

Santarem, 6 de setembro de 1910.—A Comissão, *Seixas—Vaz de Carvalho—Anachoreta*.

E porque sejam fallecidos os gerentes José Antonio Clemente e José Ribeiro da Costa, são inteirados por esta forma os seus herdeiros para no prazo de trinta dias, contados da data da segunda publicação na Folha Official, a apresentarem quaesquer reclamações.

E para que ninguem possa allegar ignorancia, mandei passar o presente e identicos, que serão affixados nos logares por lei designados.

Administração do concelho do Cartaxo, 26 de novembro de 1910.—E eu, *Julio Cesar de Freitas e Silva*, escrivão da administração, que o escrevi, *Antonio da Silva Mesquita Junior*.

Antonio da Silva Mesquita Junior, administrador do concelho do Cartaxo.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado aos respectivos gerentes, o accordão da Ex.^{ma} Comissão Districtal de Santarem de 26 de julho de 1910, do teor seguinte:

«N.º 3:957.—Vista e examinada a conta da junta de

parochia da freguesia e concelho do Cartaxo relativa ao anno de 1909, em que foram gerentes responsaveis os cidadãos Padre José Fino Beja, João Gomes Sequeira, João de Azevedo Leitão e Francisco Fernando Ribeiro.

Mostra-se que a receita arrecadada, incluindo o saldo do anno anterior, foi da quantia de 827\$415 réis e a despesa effectuada foi de 530\$000 réis, havendo um saldo de 297\$415 réis para a conta do seguinte.

O que tudo examinado e ouvido o Ministerio Publico: Considerando que a mesma conta se acha em termos regulares:

Accordam em approvar, para os efeitos legais, a conta da junta de parochia da freguesia e concelho do Cartaxo, no anno de 1909, responsabilizando os gerentes pelo dito saldo de 297\$415 réis, que passará á conta seguinte.

Emolumentos pela junta.

Intime-se.

Santarem, 26 de julho de 1910.—A Comissão, *Belard da Fonseca—Seixas—Visconde da Silva Anachoreta*.

E porque esteja ausente em parte incerta o gerente Padre José Fino Beja, é pelo presente edital intimado para no prazo de trinta dias, contados da segunda e ultima publicação na Folha Official, allegar o que tiver por conveniente a bem da sua justiça.

Administração do Concelho do Cartaxo, 26 de novembro de 1910.—E eu, *Julio Cesar de Freitas e Silva*, escrivão da administração, que o escrevi.—*Antonio da Silva Mesquita Junior*.

Antonio da Silva Mesquita Junior, administrador do concelho do Cartaxo.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado aos respectivos gerentes, o accordão da Ex.^{ma} Comissão districtal de Santarem, de 26 de julho de 1910, do teor seguinte:

«Accordão n.º 3:976;

Vista e examinada a conta da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia da Ereira, do concelho do Cartaxo, relativa ao anno de 1908-1909, em que foram gerentes responsaveis os cidadãos José Rodrigues da Costa, Manuel de Sousa Salles e João Francisco Germano;

Mostra-se que a receita arrecadada, incluindo o saldo do anno anterior, foi da quantia de 36\$750 réis, e a despesa effectuada foi de igual quantia.

O que tudo examinado e ouvido o Ministerio Publico: Considerando que a mesma conta se acha em termos regulares;

Accordão em approvar, para os efeitos legais, a conta da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia da Ereira, do concelho do Cartaxo, do anno de 1908-1909.

Emolumentos pela corporação.—Intime-se.

Santarem, 26 de julho de 1910.—A commissão: *Belard da Fonseca—Seixas—Visconde da Silva Anachoreta*.

E porque esteja ausente em parte incerta o gerente Manuel de Sousa Salles, é pelo presente edital intimado, para no prazo de trinta dias, contados da segunda e ultima publicação na Folha Official, allegar o que tiver por conveniente a bem de sua justiça.

Administração do concelho do Cartaxo, 26 de novembro de 1910.—E eu, *Julio Cesar de Freitas e Silva*, Escrivão da Administração, que o escrevi.—*Antonio da Silva Mesquita Junior*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO

Editaes

Bacharel Antonio Rodrigues Salgado, administrador do concelho de Celorico de Basto.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado, o accordão definitivo proferido pela Ex.^{ma} Comissão Districtal de Braga, em 3 de março de 1909, e relativo ás contas da confraria do Santissimo Sacramento da freguesia de Infesta, d'este concelho, do anno economico de 1907-1908, do teor seguinte:

«Vistos estes autos, etc :

Pela sua reclamação de fl. . . ., José da Mota, Avelino Lopes da Cunha, Joaquim Alves da Mota e José Antonio Gonçalves de Moura, gerentes da confraria do Santissimo Sacramento, erecta na freguesia de Infesta, concelho de Celorico de Basto, impugnaram o precedente accordão provisório proferido sobre as contas da receita e despesa da mesma confraria no anno de 1907-1908, e que os declarara devedores da quantia de 23\$765 réis, importancia da quebra ou desfalque do capital da corporação, o qual sendo na gerencia anterior de 484\$865 réis, apparece agora reduzido a 461\$100 réis.

Allegam os reclamantes não ter a confraria ha muitos annos outro capital senão o de 461\$100 réis que no processo se lhe attribue, e que em 1906-1907 era constituido pela quantia de 252\$575 réis mutuada a João Gonçalves Teixeira Basto, pela de 120\$000 réis devida por Humberto Afonso, e pela de 88\$525 réis existente em cofre e na mão do juiz; e, como prova do que assim affirmam, produzem um documento extrahido dos livros da escrituração da confraria, no qual se certifica que o capital d'esta tem sido o de 461\$100 réis desde o anno de 1900-1901.

Uma tal reclamação revela claramente a pouca seriedade e a falta de escrupulo com que tem sido confeccionadas as contas da confraria.

Com effeito, nas de 1905-1906 descreve-se como capital d'ella o de 252\$575 réis devido por João Gonçalves

Teixeira Basto, o do 140\$000 réis mutuado a José da Silva, e o de 89\$290 réis em cofre, o que tudo prefazia 474\$865 réis, e não 484\$865 réis, como por erro de somma consta do mappa respectivo

Surgem as contas de 1906-1907, e então pela primeira vez apparece reduzido a 461\$100 réis o capital; mas, para semelhante resultado, dá-se como devida por João Gonçalves Teixeira Basto somente a quantia de 238\$810 réis, verba que ali se lê em substituição da de 252\$575 réis primitivamente escrita e depois grosseiramente emendada, substituindo as duas outras verbas de 140\$000 réis devidas por José da Silva, e de 82\$290 réis em cofre.

Prestam-se em seguida as contas de 1907-1908, e, pelo que d'ellas consta, volta a ser de 252\$575 réis o debito de Teixeira Basto, mantem-se o de 140\$000 réis da responsabilidade de José da Silva, mas baixa para 68\$525 réis o dinheiro em cofre, sem que comtudo se declare e explique quanto ao destino e applicação dos restantes 13\$765 réis que do cofre saíram e desappareceram!

Por esta quantia tem, pois, os reclamantes manifesta responsabilidade, da qual se não pode relevá-los, o que se certifica no documento de fl. . . ., de cujo confronto com os alludidos processos de contas resalta nitidamente que ha falsidade ou nesse documento ou nos mapps dos capitães que instruem os mesmos processos.

Em virtude do exposto, os da Comissão Districtal, fixando definitivamente a situação dos responsaveis, e rectificando o erro de calculo ou de somma a que já se fez referencia, declaram-os e julgam-os devedores solidarios da falada quantia de 13\$765 réis pertencente ao capital da confraria, e condemnam-os na sua restituição; e mais resolvem que d'este accordão se remetta copia autentica ao meritissimo delegado do procurador regio em Celorico de Basto, para que S. Ex.^a promova o que tiver por conveniente a respeito da alludida falsidade.

Registado, intime-se.

Braga, 3 de março de 1909.—*Gaspar Malheiro—Pereira de Moura—Vás—A. Sequeira—Taza Ribeiro*.—Fui presente, *F. A. Esteves*.

E porque esteja ausente no Brasil o mesario José da Mota, é intimado ou o seu respectivo procurador para, no prazo de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este edital, allegar o que for de justiça.

Administração do concelho de Celorico de Basto, 26 de novembro de 1910.—Eu, *Manuel Ignacio Lima*, secretario, o subscrevi.—*Antonio Rodrigues Salgado*.

Bacharel Antonio Rodrigues Salgado, administrador do concelho de Celorico de Basto.

Faço saber que a esta administração baixou, para ser intimado, o accordão proferido pela Ex.^{ma} Comissão Districtal de Braga no processo de contas da confraria do Santissimo Sacramento da freguesia da Infesta, d'este concelho, do anno economico de 1908 a 1909 do teor seguinte:

«Vê-se do processo que no anno de 1908-1909, em que foram seus gerentes José da Mota, Antonio Lopes da Cunha, Joaquim Alves da Mota e José Antonio Gonçalves de Moura, a confraria do Santissimo Sacramento, erecta na freguesia da Infesta, concelho de Celorico de Basto, arrecadará a receita de 28\$580 réis, na totalidade occorrida pelas despesas descritas, as quaes tinham autorização orçamental e estão comprovadas. Vê-se que não ha dividas activas ou passivas e que o capital da corporação está constituido pela quantia de 461\$955 réis collocado ao juro de 5 o 5 1/2 por cento. Em taes condições accordam em commissão districtal haver as contas por prestadas, e julgar quites os gerentes, salva as responsabilidades d'elles pelo indicado capital e por quaesquer outros valores da confraria confiados á sua guarda, até que mostrem ter feito de tudo entrega. E porque não foi cumprido ainda o accordão condemnatorio que julgou definitivamente as contas do anno de 1907-1908, resolveu mais que se diligencie a intimação do mesmo accordão e que quando transite se remetta certidão d'elle ao meritissimo delegado do procurador regio em Celorico de Basto para promover a sua execução.

Registado.

Intime-se.

Braga, 20 de junho de 1910.—*Alvaro de Azevedo—Pereira de Moura—Vaz—Taza Ribeiro*.—Fui presente, *G. Malheiro*.

E porque esteja ausente no Brasil o mesario José da Mota, é intimado ou o seu respectivo procurador para, no prazo de trinta dias, contado da segunda publicação d'este edital, allegar o que for de justiça.

Administração do concelho de Celorico de Basto, 26 de novembro de 1910.—E eu, *Manuel Ignacio Lima*, secretario, o subscrevi.—*Antonio Rodrigues Salgado*.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Relação de obras publicadas em Portugal, e de portuguezas ou em portuguez publicadas no estrangeiro, que na Biblioteca deram ingresso durante a semana finda em 26 de novembro de 1910

(A letra R designa as que entraram para registo de propriedade)

«Anuario da Escola do Exercito, anno lectivo de 1909-1910».—Lisboa, Imprensa Nacional 1910.

«Almanach do exercito ou lista geral de antiguidades dos officiaes combatentes e não combatentes do exercito

e empregados civis, publicado por ordem do Ministerio da Guerra, em conformidade do disposto no artigo 28.º do decreto com força de lei de 11 de abril de 1907, referido a 30 de junho de 1910. — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

«Relatorio e documentos dos actos do Ministerio dos Negocios da Fazenda, pela Direcção Geral da Thesouraria nos annos de 1902 a 1909». — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

«Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar, organimento da receita e tabellas da despesa ordinaria e extraordinaria das provincias ultramarinas para o anno economico de 1910-1911». — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

«Revista de Obras Publicas e Minas», publicação mensal da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, tomo XLII, 1910, n.º 485 e 486, correspondentes a maio e junho. — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910

«Synopse dos trabalhos da Camara dos Dignos Pares do Reino na legislatura começada a 29 de setembro de 1906 e terminada a 10 de maio de 1907». — Lisboa, Imprensa Nacional 1909.

«Annaes do Observatorio do Infante D. Luis», 53.º anno, 1907, volume XLV. — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

Sergio Ferreira da Rocha Calisto. «Theses de medicina...» — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910.

Moacho da Silva: «A recordação», quadrosinho em verso. — Lisboa, Typographia Sport, 1910. (R).

Dr. Antonio de Padua Sales: «Relatorio apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Luis, presidente do estado». — S. Paulo, Typographia Casa Gariaux, 1910.

Sousa Bandeira: «Peregrinações». — Porto, Imprensa Moderna, 1910. — Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores. (R).

Garcia Redondo: «Conferencias: a mulher, manias e encoites, a intelligencia dos animaes e das plantas, nomes e sobrenomes, discurso». — Porto, Imprensa Moderna, 1910. — Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores (R).

Carmen Dolores: «Ao esvoaçar da ideia», chronicas. — Porto, Imprensa Moderna, 1910 — Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores. (R).

Manuel de Sousa Pinto: «Terra moça, impressões bra silveiras». — Porto, Imprensa Moderna, 1910. — Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores. (R).

Mgr. Luis Augusto Rodrigues Vianna: «A voz do Evangelho ou thesouro dos pregadores, collaborado por oradores e outros ecclesiasticos competantissimos — XLVII — Conferencias religiosas que nos domingos da quaresma ro-

citou nos annos de 1882, 1883 e 1884 na Sé Cathedral do Porto», nova edição. — Porto, Typographia Fonseca & Filho, 1910 — Livraria Catholica Portuense e Centro de Propaganda Religiosa em Portugal e Brasil de Aloisio Gomes da Silva, editor. (R).

Sylvio Romero. «Quadro synthetico da evolução dos generos na literatura brasileira» — Porto, Imprensa Moderna, 1911. — Livraria Chardron, de Lello & Irmão, editores. (R)

«Como se implantou a Republica em Portugal (Notas de um revolucionario)» — Porto, Typographia da Empresa Literaria e Typographica, 1910 — Editores, Santos e Vieira (R).

Joaquim Henriques da Silveira Passos: «Contabilidade commercial, ensino pratico por problemas resolvidos de calculo commercial e bancario». — Lisboa, Typographia Casa Portuguesa, 1904 — Editada esta obra por A. Afonso de Oliveira. (R).

«Arrendamento», modelo de Manuel J. Calçada Bastos. — Lisboa, Typographia de Almeida & Machado, 1910. (R).

«Arrendamento», modelo de Palhares & Commandita. — Lisboa, Typographia de Palhares & Commandita — S. D. — Palhares & Commandita. (R).

«Arrendamento», resumo de Manuel J. Calçada Bastos. — Lisboa, Typographia M. Correia dos Santos, 1910. (R).

Tenente A. Botelho da Costa Veiga: «Obuzes de campanha» — Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910.

Camara municipal do concelho de Villa Nova de Gaia: «Breves apontamentos estatisticos dos serviços municipaes, no anno de 1909». — IV. — Gaia, Typographia de Francisco Martins Barbosa, 1910.

«Regulamento para execução de continencias e honras militares», approved por portaria de 10 de novembro de 1909. — Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

José Nunes Gonçalves: «Oração proferida na sessão so lenne de abertura, em 30 de outubro de 1908, na Escola do Exercito» — Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Biblioteca Nacional de Lisboa, em 26 de novembro de 1910. — O Director, Xavier da Cunha.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA COMBA DÃO

Pelo juizo de direito da comarca de Santa Comba Dão, e cartorio do segundo officio, correm editos de dez dias, citando as pessoas que se julguem com direito ás parcel-

las dos predios abaixo indicados, situados no lugar de Cabanas, expropriadas para construção da estrada de serviço das Caldas de S. Gemil á estação de Oliveirinha, ou quantias por que foram expropriadas, para o deduzirem no prazo de dez dias, a contar do segundo annuncio, sob pena de se julgarem aquellas livres e desembaraçadas, e d'essas expropriações serem entregues aos expropriados, que são os seguintes:

Anna Lucas do Campos, de Cabanas, 30^m,75 d'uma casa, por 70\$000 réis.

José Rodrigues da Costa Ramos, de Viseu, 8 metros quadrados de casa, por 12\$000 réis.

Maria Eulalia, de Cabanas, 16^m,25 d'uma casa, por 48\$000 réis.

Antonio Lopes Canhão e mulher, do dito lugar, 4^m,5 e 6 metros quadrados de pateo, por 16\$000 réis.

Alexandre Rosa e mulher, do dito lugar, a mudança d'uma escada, por 9\$000 réis.

João Baptista Junior e mulher, do mesmo lugar, 41^m,4 de pateo e 13^m,5 de forno, tudo por 45\$000 réis.

O Escrivão, José Antonio Gomes Paes. Verifiquei. — Amando da Cruz.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO 3.º BAIRRO DE LISBOA

Edital

O Bacharel Carlos Amaro de Miranda e Silva, administrador do 3.º bairro de Lisboa.

Faz publico que no dia 10 de dezembro proximo futuro, pelas onze horas da manhã, na administração do dito bairro, Calçada do Cômbro, 38-A, 2.º andar, hão de ser arrendadas, nos termos do artigo 5.º e seis paragraphos do decreto com força de lei de 12 do corrente mês, as lojas n.ºs 88 a 94 e 96 da mesma Calçada, pertencentes á Fazenda Nacional pela extinção do Convento dos Paulistas, e bem assim as lojas n.ºs 207 e 209 da Rua de Santa Marta d'esta cidade, pertencentes ao extincto convento de Santa Joana, observando-se em taes arrendamentos as condições indicadas na mesma lei.

E para constar se passou o presente e idénticos que se são affixados nos logares publicos do costume.

Repartição de Fazenda do 3.º Bairro de Lisboa, 26 de novembro de 1910. — Eu, Adriano José Ferreira da Costa, escrivão de fazenda, que o escrevi. — O Administrador, Carlos Amaro de Miranda e Silva.

OBSERVATORIO DO INFANTE D. LUIS

Boletim meteorologico

Terça feira, 29 de novembro de 1910, ás nove horas da manhã

Table with columns: Estação, Barometro (A zero de grau, Red. ao nivel do mar a 45º de Lat), Temperatura, Vento, Ouz, Chuva, Estado do mar, Temperatura (Maxima, Minima), and Notas. Rows include various locations like Monte Alegre, Guarda, Lisboa, and others.

Lisboa, no dia 28 de novembro de 1910

Temperatura maxima, 20,7; minima, 15,0. — Evaporação, 0,5 millimetros. — Ozono, 10,0 graus

A evaporação é medida ás nove horas da manhã do dia seguinte; o ozono é a media dos valores observados ás nove horas da manhã e ás nove da noite.

Elementos normaes ás nove horas a. — Lisboa, 29 de novembro de 1910

Temperatura, 13,1 graus — Pressão ao nivel do mar, 764,2 millimetros.

Altitudes

Meteorolog. 1:027 metros — Guarda, 1:039 metros — Serra da Estrella, 1:216 metros.

Estado geral do tempo

Nos pontos do continente desceu a pressão entre 2,0 e 7,7 millimetros, com diminuição de temperatura e vento entre moderado e fresco dos quadrantes de W. No Funchal desceu a pressão 1 millimetro e em Ponta Delgada subiu 2,1.

As altas pressões estão indicadas nos Açores e as baixas na Biscaia.

Faltam os boletins de Angra, Horta, e alguns do continente e estrangeiro.

Observatorio do Infante D. Luis, á uma hora da tarde. — O Director, interino, C. A. Moraes de Almeida.

PATRIARCHADO DE LISBOA

Edital

D. Antonio I, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Patriarcha de Lisboa, etc.

Aos que este nosso edital virem, saude, paz e benção em Jesus Christo, Nosso Salvador.

Fazemos saber que, usando da facultade concedida pelo breve *Salvator Noster*, datado de 20 de dezembro de 1907, temos resolvido dar a benção papal, com indulgencia plenaria, no dia 8 do proximo mês de dezembro, por occasião da festividade da Immaculada Conceição da Virgem Santissima, em que esperamos, com a ajuda de Deus, celebrar missa de pontifical na nossa Sé Patriarchal.

Exhortamos, pois, os nossos amados subditos a que procurem aproveitar-se d'esta graça apostolica, concorrendo verdadeiramente contrictos e justificados pelo Sacramento da Penitencia, e dignamente dispostos com a Sagrada Comunhão, a receber humilde e devotamente a santa benção, absolvição e indulgencia plenaria, dirigindo a Deus fervorosas preces pela vida, saude e prosperidade do Soberano Pontifice, pela exaltação da santa fé catholica, pela paz, tranquillidade e prosperidade da Nação Portuguesa e pelo bem espiritual e temporal d'este nosso patriarchado.

E as pessoas, por qualquer motivo justo, impedidas de concorrer á nossa Sé Patriarchal, gozarão tambem d'este beneficio se, com as referidas disposições, fizerem as mesmas preces, e humilhadas, como se estivessem presentes, receberem a santa benção quando nas torres da nossa Sé se derem os sinais do estylo para a preparação e recepção da mesma benção.

Dado em Lisboa, no Paço Patriarchal de S. Vicente de Fora, sob nosso sinal e sello grande das nossas armas, aos 24 de novembro de 1910. (Logar X do sello.) = Antonio, Patriarcha de Lisboa.

INSTITUTO DE AGRONOMIA E VETERINARIA

Ensino de agricultura colonial

Pela secretaria d'este instituto se faz publico que o prazo para a entrega de requerimentos de matricula para o tirocinio dos alumnos agronomos e silvicultores, a que se refere o artigo 22.º do regulamento do ensino de agricultura colonial de 20 de março de 1906, começa no dia 1 do proximo mês de dezembro e termina no dia 15 do mesmo mês.

O prazo de matricula poderá estender-se até o dia do

começo do tirocinio para aquellos alumnos que, por motivo comprovado de força maior, não tiverem podido matricular-se na epoca normal.

No acto da matricula os alumnos agronomos e silvicultores depositarão na secretaria do instituto, cobrando recibo, a quantia de 185000 réis cada um para indemnização dos prejuizos causados nos laboratorios, museu e jardim colonial, isto em harmonia com o artigo 26.º do referido regulamento.

Findo o tirocinio liquidar-se-hão os prejuizos causados e cobrarão o remanescente da importancia d'esses prejuizos.

Outrosim se faz publico que, pelo mesmo espaço de tempo, se recebem tambem requerimentos de matricula para o tirocinio dos regentes agricolas e agricultores que desejem servir o Estado no ultramar, conforme o artigo 29.º do referido regulamento do ensino de agricultura colonial.

Os regentes agricolas e agricultores que pretenderem matricular-se terão de instruir o seu requerimento, dirigido ao director d'este instituto, com a carta de regente agricola ou agricultor.

No acto da matricula depositarão na secretaria do instituto, cobrando recibo, a quantia de 125000 réis cada um, para indemnização dos prejuizos causados nos laboratorios, museu e jardim colonial, isto em harmonia com o artigo 36.º do referido regulamento.

Findo o tirocinio liquidar se-hão os prejuizos causados e cobrarão o remanescente da importancia d'esses prejuizos.

Secretaria do Instituto de Agronomia e Veterinaria, em 30 de novembro de 1910. = O Secretario, *Julio Pimenta Rodrigues*.

CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA

Movimento da barra em 27 do corrente

Entradas

Vapor inglês «Austrian», de Liverpool.
 Vapor espanhol «Corunha», de Cadiz.
 Vapor allemão «Villa Real», de Hamburgo.
 Vapor allemão «Hermes», de Anvers.
 Vapor inglês «Magnus Mail», de Hull.
 Vapor espanhol «José Rosa», de Palamos.
 Vapor allemão «Tristan», de Rotterdam.
 Vapor norueguês «Tanka», do Porto.
 Escuna portuguesa «Senhora da Conceição», da Casa Branca.

Brigue português «Judith», da Ilha de S. Miguel.
 Vapor espanhol «Uriarte n.º 5», de Cardiff.
 Vapor português «Insulano», da Ilha de S. Miguel.
 Vapor inglês «Augustine», de Liverpool.

Saídas

Vapor inglês «Austrian», para Genova.
 Lugre português «Henriques», para a Ilha de S. Miguel.
 Vapor allemão «Pallanza», para o Brasil.
 Vapor allemão «Itaka», para o Brasil.

Capitania do porto de Lisboa, 29 de novembro de 1910. = O Chefe do Departamento Maritimo, Capitão do porto de Lisboa, *Eduardo João da Costa Oliveira*.

ESTAÇÃO TELEGRAPHICA CENTRAL DE LISBOA

Serviço das barras

Figueira da Foz

Dia 28 — Não houve movimento maritimo.
 Mar de vaga, ceu encoberto, Vento NW. fresco, de aguaceiros.

Villa Real de Santo Antonio

Dia 27 — Entrou o vapor inglês «Port Inglis», de Lisboa.
 Mar chão, vento SW. fraco.
 Dia 28 — Não houve movimento maritimo.
 Mar chão, vento SW. fraco.

Luz (Foz do Douro)

Dia 29 — Não entrou, nem saiu e nem se avista fora da barra embarcação alguma.
 Vento N. moderado, mar ligeiramente agitado.

Leixões

Dia 29 — Entradas: paquete allemão «Heidelberg», vapores: allemão «Staleck», ingleses «Loch Lindoch Baron Ruzzete» e «Cornelia», espanhol «Julian».

Saídas: paquete «Horage», vapor «Loch Lindoch», todos ingleses; vapor allemão «Staleck».
 Vae sair o paquete allemão «Habsburg».
 Continuum fundeados os vapores, ingleses «Gibraltar» e «Boltonhal», brasileiro «Cabral», norueguês «Dagfred».
 Vento NW. moderado.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, em 29 de novembro de 1910. = O Chefe dos Serviços Telegraphicos, *A. A. Pedro dos Santos*.

AVISOS

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Viagens em combolos especiaes de qualquer estação d'estas linhas para Lisboa-Rocio e regresso pelos combolos ordinários

A partir da data do presente e até 18 de dezembro proximo futuro, inclusive, estes caminhos de ferro facultarão ao publico a organização de combolos especiaes destinados unicamente a Lisboa-Rocio, aos preços e condições abaixo indicados:

Preços

Por cada passageiro e kilometro: 1.ª classe, 12 réis; 2.ª classe, 9 réis, e 3.ª classe, 6 réis.

Taxa minima por comboio e kilometro, 15500 réis.

Minimo de cobrança por comboio, 1005000 réis.

Condições

1.ª Prazos de validade — Os bilhetes são validos por oito dias, incluindo o da partida, sendo porem o ultimo dia para o regresso o dia 20 de dezembro de 1910.

2.ª Comboios. — Os bilhetes são validos, á ida, unicamente pelos combolos especiaes. A volta deverão ser utilizados por qualquer comboio ordinario que tenha carruagens da classe respectiva, exceptuando, porem, o sud-express e os rapidos do Porto e de Madrid (n.ºs 53, 55 e 151).

3.ª Em tudo o que não seja contrario ao que no presente se estabelece ficam em vigor as condições do artigo 2.º da tarifa especial n.º 16 de grande velocidade.

Lisboa, 26 de novembro de 1910. = Pelo Director Geral, *Ferreira de Mesquita*.

ANNUNCIOS

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

1 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do escrivão do segundo officio, no fim assinado, a requerimento de João Inacio da Silva Braga, viuvo, proprietario, da freguesia de Parada de Bouro, da mesma comarca de Vieira, por si e como cessionario de suas irmãs Maria Joaquina da Silva, viuva, e Rosa Maria da Silva, solteira, da mencionada freguesia, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando os ausentes em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Justino Antonio, João Antonio e Antonio José, que foram da referida freguesia de Parada de Bouro, e bem assim os interessados incertos, para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva requerida por aquelle João Inacio da Silva Braga, nos bens d'estes, ou recorrerem, querendo, da

mesma sentença, que tem a data de 15 de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual o mesmo requerente foi habilitado como herdeiro unico e universal dos referidos ausentes, seus irmãos

Vieira, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão do segundo officio, *Vriato Augusto da Cunha Vas. Verifiquei.* = O Juiz de Direito, *Peizoto de Magalhães*.

2 Por este juizo de direito de Oliveira de Azemeis, cartorio do quarto officio, no inventario por obito de Rosa Maria de Jesus e marido Manuel Ferreira de Azevedo, que foram do logar de Mirões, freguesia de Cesari, d'esta comarca, correm editos de trinta dias, a contar do segundo annuncio no *Diario do Governo*, citando os interessados Barbara Ferreira de Lemos e marido, Julia, Antonio e José, solteiros, maiores, filhos dos fallecidos Henrique Ferreira de Azevedo e esposa, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, e Felicidade Ferreira de Azevedo e marido, ausentes para os lados do Porto em parte que se ignora, para todos os termos do dito inventario até final e para no mesmo deduzirem os seus direitos.

Oliveira de Azemeis, 16 de agosto de 1910. = O Escrivão, *Eduardo Ribeiro da Cunha*. Verifiquei. = O Juiz de Direito, *Eduardo Carvalho*.

COMARCA DA POVOA DO LANHOSO

Editos de trinta dias

3 No juizo de direito d'esta comarca e pelo cartorio do primeiro officio, a cargo do escrivão Rebello, correm editos de trinta dias, citando os interessados Custodio da Silva, solteiro, maior, ausente em parte incerta da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Maria Augusta de Sousa, Alberto de Jesus, de Sousa, Adelaide de Jesus de Sousa e Americo de Jesus de Sousa, solteiros, menores puberes, residentes em companhia de sua mãe Teresa de Jesus, no logar da Rochã, freguesia de Caniçada, comarca de Vieira e o credor Antonio Manuel de Sousa, morador na freguesia de Ruivães da mesma comarca, para o fim de assistirem a todos os termos e actos até final conclusão do inventario orfanologico a que se procede neste juizo por obito de Custodio Manuel da Silva ou Custodio Galão e mulher Custodia Maria da Silva, moradores que foram na freguesia de Lanhoso d'esta mesma comarca e no qual é inventariante Miquelina Rosa de Sousa, neta dos inventariados da antedita freguesia, deduzindo os seus direitos sob pena de revelia e sem prejuizo do seu regular andamento.

Povoa de Lanhoso, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão, *Lino Antonio Rebello*. Verifiquei. = O Juiz de Direito, *J. Figueiredo*.

4 Pelo juizo de direito da 5.ª vara da comarca de Lisboa, cartorio do escrivão Dias, e pelos autos civeis de execução de sentença commercial, em que é exequente Salomã Cohen e executado Antonio Peters Gomes, morador que foi na Rua de D. Estefania n.º 18, rés-do-chão, e actualmente ausente em parte incerta na Repu-

blica dos Estados Unidos da America do Sul, correm editos de trinta dias, citando o referido executado para no prazo de dez dias, que começam a contar-se findo o prazo dos editos, pagar ao exequente a quantia de 6:953\$842 réis e juros que se liquidarem a contar de 20 de agosto ultimo, na razão de 5 por cento ao anno, ou no mesmo prazo nomear bens á penhora, sob pena de não pagando, nem fazendo a nomeação, se devolver este direito ao exequente e seguir a execução seus legaes termos

Lisboa, 26 de novembro de 1910. = O Escrivão, *Henrique Julio Dias*. Verifiquei. = O Juiz de Direito, *F. Pires*.

5 Pelo juizo de direito da comarca de Castello Branco, e cartorio do primeiro officio, correm editos de trinta dias, citando os interessados incertos que se julgarem com direito a impugnar a justificação requerida por Francisco Florencio, tambem conhecido pelo nome de Francisco dos Santos Florencio, e sua mulher Maria de Jesus, proprietarios e moradores na Quinta das Ebras, freguesia de Santa Maria de Trancoso, Maria do Carmo, viuva, proprietaria, moradora em Rio de Moinhos, freguesia de Santa Maria de Trancoso, e Antonio Joaquim Florencio e sua mulher Gracinda Rosa, proprietarios e moradores na cidade de Santos, Brasil, pela qual pretendem habilitar-se como unicos e universaes herdeiros de seu fallecido irmão, José Florencio dos Santos, morador que foi em Atalaia, freguesia de Sarnadas de Rodam, comarca de Castello Branco, e designadamente para lhes ser adjudicada a sua herança, arrecadada judicialmente, a fim de ser entre elles partilhada.

Por esta forma são citados os interessados incertos para na segunda audiencia, posterior ao prazo dos editos, que principia a contar-se depois da segunda e ultima publicação do annuncio no *Diario do Governo*, verem accusar a citação e marcar-se-lhes o prazo de tres audiencias para a contestação.

As audiencias tem logar nas segundas e quintas feiras, não sendo estes dias feriados, no tribunal judicial da comarca de Castello Branco, situado na Rua da Misericordia Velha, d'esta cidade.

Castello Branco, 24 de novembro de 1910. = O Escrivão do primeiro officio, *Matheus dos Santos e Silva*.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, *Trigueiros de Mello*.

6 Pelo juizo de direito da 5.ª vara cível d'esta comarca, e cartorio do escrivão do quarto officio, e nos autos de execução de sentença commercial, em que é exequente Joaquim Pereira Castanho e executado Hermogenes Julio dos Reis, correm editos de trinta dias, a contar do ultimo annuncio que se publicou duas vezes no *Diario do Governo* e noutro jornal, citando o dito executado Hermogenes Julio dos Reis, ausente em parte incerta, para no prazo de dez dias, findo o prazo dos editos, pagar ao mesmo exequente Joaquim Pereira Castanho, a quantia de 1:147\$942 réis de capital, juros, custas e procuradoria, e o mais que em liquidação final se apurar dever, sob pena do arreito effectuado ser convertido em pe-

nhora e proseguir-se nos demais termos da execução.

Lisboa, 24 de novembro de 1910 = O Escrivão ajudante, *João Augusto Coelho*. Verifiquei = O Juiz de Direito, *F. Pires*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

7 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do escrivão do segundo officio, no fim assinado, a requerimento de Thomasia Maria de Carvalho, viuva, lavradora, do logar de Figueiró, freguesia do Mosteiro, da mesma comarca de Vieira, correm editos de quatro meses, que principiarão a contar-se da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando o ausente em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Alexandre Cipriano Vieira de Carvalho, que foi do referido logar de Figueiró, freguesia do Mosteiro, e bem assim os interessados incertos, para verem passar em julgado a sentença que julgou o processo de curadoria definitiva requerida por aquella nos bens d'este, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença, que tem a data de 11 de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual a referida requerente Thomasia Maria de Carvalho ficou habilitada como unica e universal herdeira do mencionado ausente, seu filho.

Vieira, 25 de novembro de 1910. = O Escrivão do segundo officio, *Vriato Augusto da Cunha Vas. Verifiquei.* = O Juiz de Direito, *Peizoto Magalhães*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

8 Pelo juizo de direito da cidade e comarca de Guimarães, e cartorio do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias, que se começarão a contar depois da segunda e ultima publicação d'este annuncio, citando os herdeiros, se os houver, do interessado Manuel Amancio Ferreira, fallecido na cidade do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, onde residia, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de Custodia Ferreira, viuva e moradora que foi na Rua de S. Damaso, da mesma cidade, isto sem prejuizo do regular andamento do alludido inventario.

Guimarães, 15 de novembro de 1910. = O Escrivão do quinto officio, *Eduardo Pires de Lima*. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, *P. de Resende*.

9 Pelo cartorio do segundo officio do juizo de direito da 5.ª vara cível da comarca de Lisboa, e nos autos civeis de execução hypothecaria que Augusto Jo-é Vieira, move contra Abel Pessoa Ferreira, se procede no dia 7 do proximo mês de dezembro, pelo meio dia, á porta d'este juizo no Tribunal da Boa Hora, á arrematação em hasta publica, por metade da sua avaliação, das propriedades na mesma execução penhoradas, e que voltam pela segunda vez á praça, a saber:

1.ª Uma quinta denominada do Portão de Ferro, situada no logar de Camarate, que se

compõe de casas de habitação, arribanas, palheiro, lugar de pedra, casa para caseiro, capoeiras, terras de sementeira com arvoredos de fruto, oliveiras e vinha, e um poço com bomba que conduz a água à parte urbana; descrita na 2.ª conservatória, sob n.º 1:327 a fl. 228 v. do livro B 11. Rende anualmente 150\$000 réis, e é posta em praça na quantia de 1:400\$000 réis, metade da sua avaliação.

2.ª Uma courela de terra de sementeira situada no mesmo sítio de Camarate denominada a Estrangeira, com diversas arvoredos de fruto e vinha, descrita na 2.ª conservatória, sob n.º 7:407 a fl. 152 do liv. B 29. Rende anualmente réis 18\$500, e é posta em praça na quantia de 135\$000 réis, metade da sua avaliação.

Pelo presente são citados quaesquer credores incertos.

Lisboa, 24 de novembro de 1910. — O Escrivão, *Antonio Mendes Lima*.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *F. Pires*.

10 Pelo juizo de direito da 2.ª vara civil da comarca de Lisboa, cartorio de H. Braga, e nos autos de inventario entre maiores por obito de Joaquim Ferreira das Neves, em que é inventariante D. Maria Henriqueta de Sousa Cianeiros Ferreira, se hão de vender em hasta publica, por maior preço que se offerecer, no dia 7 do proximo mês de dezembro, por doze horas, á porta do tribunal da vara, noventa e cinco acções da Companhia das Aguas de Lisboa, sendo praceadas pela cotação mais proxima, com o abatimento de um ponto e em lotes que serão formados no acto da praça, e segundo as conveniencias da occasião.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Oliveira Guimarães*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

11 Pelo juizo de direito da 1.ª vara civil d'esta cidade e comarca do Porto, e cartorio do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio, citando e chamando os credores Jeronimo Correia Gomes, da comarca de Armamar, Manuel Martins da comarca de Santo Tirso, Antonio Santos Carvalho, residente em Favaio, comarca de Alijó, Joaquim Maria de Oliveira, da comarca de Oliveira de Azemeis, Adolfo Cruz & Irmão, da cidade e comarca de Lisboa, e Antonio R. Silveira, de S. Martinho de Moura, comarca de Resende, para que dentro do referido prazo venham deduzir os seus direitos no inventario orfanologico a que se está procedendo por fallecimento de José Riobom dos Santos Junior, morador que foi na Avenida Baltasar Guedes, freguesia do Bomfim, d'esta cidade, no qual é inventariante a viuva sua segunda mulher Blandicia Guida da Conceição, isto sem prejuizo do andamento do mesmo inventario.

Porto, 29 de outubro de 1910. — O Escrivão do segundo officio da 1.ª vara, *Antonio Pereira da Silva Moitas*.

Verifiquei. — *Perdigão*.

FALLENCIA DE JOÃO ALVES DE OLIVEIRA

12 Por sentença d'este tribunal de 26 do corrente mês foi declarado em estado de fallencia o commerciante João Alves de Oliveira, com estabelecimento de mercearia e padaria na Rua Marquês de Sá da Bendeira, de Villa Nova de Gaia, sendo nomeados Manuel Martins da Rocha para administrador da massa, e Emidio Luis da Silva para curador fiscal.

Para a reclamação de creditos foi marcado o prazo de sessenta dias, dentro dos quaes devem os credores do fallido apresentar no cartorio do escrivão abaixo assinado, as suas petições de verificação de creditos nos termos dos artigos 236.º e seguintes do Codigo do Processo Commercial, sob pena de não serem recebidas depois de findo aquelle prazo, a contar da data d'este.

Porto, e Tribunal do Commercio, 28 de novembro de 1910. — O Escrivão, *Henrique Carlos da Silva e Sousa*.

Visto. — *Barreiros*.

13 No processo de expropriação por utilidade publica e urgente que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes, intentou contra Casimiro Augusto Dias Milheiro, para a construcção da variante da linha ferrea em Espinho, entre os kilometros 314:600 a 319:540, de uma parcela de terreno lavrado com a area de 90m².10 e com o n.º 97-A, sita na freguesia dita de Espinho, autorizada por decreto de 28 de outubro findo, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando o referido dono e proprietario Casimiro Augusto Dias Milheiro e sua mulher, se for casado, do lugar do Loureiro de Baixo, freguesia de Grijó, comarca do Porto, e quaesquer outros interessados, para na primeira audiencia, findo que seja aquelle prazo, virem declarar a natureza, encargo e mais circumstancias da dita propriedade e nomear louvados para a avaliação, com a pena de revelia.

As audiencias nesta comarca, fazem-se no respectivo tribunal, sito no edificio do convento d'esta villa, ás segundas e quintas feiras de cada semana, por dez horas da manhã.

Feira, 24 de novembro de 1910. — O Escrivão, *José Candido Marques de Azevedo*.

Verifiquei. — *L. do Valle Junior*.

CONCURSO

14 A commissão administrativa municipal do concelho de Alcobaca, devidamente autorizada, faz saber que está aberto concurso, por espaço de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, para o provimento de um dos partidos de facultativo municipal d'este concelho, com sede em Alcobaca e ordenado annual de 300\$000 réis, ficando sujeito á tabella camararia e ás obrigações legnes applicaveis.

Os concorrentes deverão apresentar nesta secretaria, dentro do referido prazo, os seus requerimentos devidamente documentados.

Paços do concelho de Alcobaca, 2 de dezembro de 1910. — O Presidente da commissão, *Barreto Perdigão*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

15 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do segundo officio, a cargo do escrivão no fim assinado, a requerimento de Francisco José Gonçalves de Campos, autorizado por sua mulher Josefa Rosa Antunes, lavradores, do lugar do Crasto, freguesia de S. João da Cova, da mesma comarca de Vieira, por si e como cessionario de seu irmão e cunhada José Maria Gonçalves de Campos e mulher Olimpia de Jesus Antunes, do lugar de Insuas, da mesma freguesia de S. João da Cova, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando o ausente em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Manuel Antonio Gonçalves de Campos, que foi da mesma freguesia de S. João da Cova, e bem assim os interessados incertos para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva requerida por aquelle, com outorga de sua mulher, por si e como cessionario do referido seu irmão e cunhada, nos bens do dito ausente, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença, que tem a data de 15 de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual o referido requerente ficou habilitado como unico e universal herdeiro do mencionado ausente, seu irmão.

Vieira, 25 de novembro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, *Viriato Augusto da Cunha Vaz*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Peizoto Magalhães*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

16 No juizo de direito da comarca de Villa Nova de Famalicão, cartorio do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este, citando o interessado Francisco da Silva Marques, casado com Carolina Alves Torres, ausente em parte incerta do Brasil, para assistir a todos os termos do inventario por morte de seu sogro Manuel Carvalho, morador que foi na freguesia de Delaças, no qual é inventariante a viuva Anna Alves Torres, da referida freguesia.

Villa Nova de Famalicão, 26 de novembro de 1910. — O Escrivão, *Antonio Angelo Pinheiro da Gama*.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *B. Moura*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

17 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do escrivão do segundo officio, no fim assinado, a requerimento de Anna Maria Martins, viuva, lavradeira, do lugar do Valle, freguesia de Ruivães, da mesma comarca de Vieira, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando os ausentes em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Domingos Manuel Rodrigues Pereira e Hilario José Rodrigues Pereira, que foram do referido lugar do Valle, freguesia de Ruivães, e bem assim os interessados incertos, para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva, requerida por aquella Anna Maria Martins nos bens d'estes, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença, que tem a data de oito de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual a referida requerente ficou habilitada como herdeira unica e universal dos alludidos ausentes, seus filhos.

Vieira, 14 de novembro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, *Viriato Augusto da Cunha Vaz*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Pinto de Magalhães*.

18 Pelo juizo de direito da comarca de Castro Daire, e cartorio do escrivão Amaral, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio no *Diario do Governo* e no jornal d'esta villa, citando os interessados ausentes em parte incerta Manuel Gonçalves Henriques, casado, e Joaquim Gonçalves Henriques, solteiro, para todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de seu pae Antonio Gonçalves Henriques, casado, morador que foi no Pombal, do lugar e freguesia de Villa Cova á Coelheira.

Castro Daire, 31 de outubro de 1910. — O Escrivão, *João Cardoso do Amaral*.

Verifiquei. — *Teixeira de Vasconcellos*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

19 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do escrivão do segundo officio, no fim assinado, a requerimento de Francisco Hilario Rebelo e mulher Clotilde Alves Pereira, moradores do lugar de Insuas, freguesia de S. João da Cova, da mesma comarca de Vieira, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando os ausentes em parte incerta na Republica do Brasil, João Antonio Barbosa, Felizarda Margarida Barbosa e marido Antonio da Silva, que foram da referida freguesia de S. João da Cova, e bem assim os interessados incertos para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva requerida por aquelles, por si e como cessionarios de suas irmãs e cunhadas Joaquina Rosa Barbosa, viuva, Anna Joaquina Barbosa e marido José Maria Pereira, Bernardina Rosa Barbosa, solteira, Laureana Rosa Barbosa e marido José Albino Fernandes, todos da referida comarca de Vieira, nos bens do primeiro ausente e provisoria, tambem requerida, por si e como cessionarios d'estes, nos bens da ausente Felizarda e marido, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença, que tem a data de 18 de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual os requerentes Francisco Hilario e mulher, e a citada ausente Felizarda Margarida e marido ficaram habilitados como unicos e universaes herdeiros do dito ausente João, podendo os mesmos requere-

rentes tomar conta, mediante previa caução, dos bens da mesma Felizarda e marido.

Vieira, 25 de novembro de 1910. — O Escrivão do quarto officio, *Viriato Augusto da Cunha Vaz*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Peizoto Magalhães*.

20 Pelo juizo de direito da comarca de Anadia e cartorio do segundo officio, escrivão Teixeira, correm editos de quarenta dias, a contar da segunda e ultima publicação do competente annuncio no *Diario do Governo*, citando Joaquim Simões, solteiro, maior, e Anna Alves Cardalleira, casada com Abel Jorge, ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do inventario a que neste juizo se procede por obito de sua mãe Maria Alves Cardalleira, que foi do lugar da Vimieira.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Pinto*.

FALLENCIA DE MANUEL TAVARES

Citação edital

21 Pelo Tribunal do Commercio do Porto e cartorio do escrivão substituto do segundo officio, correm seus termos os autos de fallencia de Manuel Tavares, commerciante, que foi, d'esta praça, dos quaes se vê e mostra que, entre os bens arrolados como pertencentes á massa, se comprehendendo o direito e acção que o fallecido tem numa propriedade por elle possuida em commun com seu irmão, Virgilio Tavares, situada na Rua Alvaro Castellões, n.º 348, d'esta cidade, a qual se compõe de uma ilha de seis casas terreas, com poço, pia de pedra e mais pertenças, confrontando do poente com a referida rua, do nascente com Salvador Tavares, do norte com José do Nascimento e caminho de servidão e do sul com Josefa Teodora e outro. E, achando-se marcado o dia 16 de janeiro de 1911, pelas onze horas da manhã, para a arrematação, neste tribunal, do dito direito e acção, por metade da louvação respectiva, ou seja pela quantia de 250\$000 réis, por este mesmo tribunal e cartorio já indicado, a requerimento do administrador da massa, correm editos de quarenta dias, contados da data da ultima publicação do presente annuncio, citando o mencionado Virgilio Tavares, morador, que foi, na Rua do Costa Cabral, da cidade do Porto, e actualmente ausente, em parte incerta, nos Estados Unidos do Brasil, para que haja de assistir á praça e abi possa usar do seu direito de preferencia, em seguida á arrematação, conforme o disposto no artigo 848.º e seu § 2.º do Codigo do Processo Civil.

Tribunal do Commercio do Porto, 21 de novembro de 1910. — O Escrivão substituto, *João Alberto de Sousa Oliveira*.

Visto. — *Barreiros*.

22 Pelo juizo de direito da comarca de Mação, e cartorio do escrivão do primeiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando os interessados Henriqueta Mendes e marido José da Silva, ausentes em parte incerta de Lisboa, para assistirem a todos os termos, até final, do inventario de menores por obito de Felicidade de Matos e marido José Martins, que foram moradores na Zimbreira, freguesia de Envedos, sob pena de revelia.

Mação, 24 de novembro de 1910. — Eu, *Francisco Serrano*, escrivão, o escrevi.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *D. Lemos*.

COMARCA DA POVOA DE LANHOSO

Editos de trinta dias

23 Pelo juizo de direito d'esta comarca, e cartorio do terceiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio, a notificar Francisco Manuel de Araujo e esposa D. Adelaide Costa de Araujo, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para no prazo de trinta dias pagarem ao Padre Antonio Carlos Pereira, accidentalmente morador na Rua Conselheiro Januario, da cidade e comarca de Braga, as quantias de 1:155\$000 réis de capital e juros de 5 por cento ao anno, livre de despesas, na importancia de 287\$500 réis, devidamente registados, a quantia de réis 375\$000 de capital, e juros de 6 por cento ao anno na importancia de 112\$500 réis, tambem livres e registados como credito distincto, cujos capitales se acham garantidos com hypotheca devidamente registada, e dos quaes se constituiram devedores, por escrituras de 21 de maio de 1887 e 27 de julho de 1888, Basilio Carlos de Araujo e mulher Maria Rosa Marques, da freguesia de Ajuda, anexa á de S. João do Rei, d'esta comarca, e que hoje são responsaveis por tal pagamento o referido Basilio Carlos de Araujo, os mencionados ausentes e ainda Percina Angelina de Araujo e marido Benjamin de Sousa, da freguesia de Parada de Bouro, comarca de Vieira, e accidentalmente com o seu pae e sogro, o dito Basilio Carlos de Araujo, visto ter fallecido a originaria devedora mulher, sob pena de, não pagando os referidos capitales e juros vencidos e vincendos, ou distratarem os mencionados contratos, seguir seus termos a competente execução.

Povoa de Lanhoso, 26 de novembro de 1910. — O Escrivão Adjuncto, *Avelino Joaquim Fernandes*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *J. Figueiredo*.

24 A Camara Municipal Republicana do concelho de Santa Comba-Dão, faz publico que abre concurso por trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento de um lugar de zelador-varredor nesta villa, com o vencimento annual de réis 72\$000.

Os concorrentes devem apresentar na secretaria d'esta camara, dentro do referido prazo, os documentos por lei exigidos.

Santa Comba-Dão, 25 de novembro de 1910. — O Vice-Presidente da Camara, *José Rodrigues da Costa Lemos*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

25 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do segundo officio, a cargo do escrivão

Vaz, a requerimento de Camila Francisco, viuva, e filhos Belmiro Garcia e mulher, Marcelina Garcia, solteira, Adelino Garcia e mulher, todos do lugar de Villa Boa, freguesia de Guilhofrei, da mesma comarca de Vieira, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando o ausente em parte incerta, na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Bernardo Domingues, que foi do referido lugar de Villa Boa, e bem assim os interessados incertos, para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva requerida por aquelle nos bens d'este, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença, que tem a data de 30 de agosto do corrente anno de 1910, e pela qual os ditos requerentes ficaram habilitados, como herdeiros mais proximos e presumidos do citado ausente.

Vieira, 10 de outubro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, *Viriato Augusto da Cunha Vaz*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Peizoto Magalhães*.

26 No inventario de menores por obito de Maria da Silva Ramos, que foi moradora em Lever, correm editos de trinta dias, citando os co-herdeiros Bernardo Francisco do Sá e mulher, cujo nome se ignora, ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos do dito inventario e deduzirem os seus direitos.

Feira, 26 de novembro de 1910. — O Escrivão, *José Candido Marques de Azevedo*.

Verifiquei. — *L. do Valle Junior*.

COMARCA DE VIEIRA

Editos de quatro meses

27 Pelo juizo de direito da comarca de Vieira, e cartorio do escrivão do segundo officio, no fim assinado, a requerimento de Joaquina Pereira, autorizada por seu marido Manuel Leite, do lugar e freguesia de Bucos, comarca de Cabeceiras de Basto, e irmã Antonia Pereira, do lugar de Agra, freguesia de Rossas, na mesma comarca de Vieira e sobrinhos Manuel Maria Barroso e mulher Teresa de Barros de Andrade, do lugar de Carude, freguesia dos Anjos, tambem da comarca de Vieira, Albino Barroso, solteiro, do referido lugar de Agra, e Domingos Manuel Barroso e mulher Maria de Carvalho, do lugar de Carrizado, da dita freguesia de Bucos, correm editos de quatro meses, a contar da segunda e ultima publicação do presente annuncio no *Diario do Governo* e no jornal da localidade, intimando o ausente em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Antonio Pereira, que foi do referido lugar de Agra, freguesia de Rossas, e bem assim os interessados incertos, para verem passar em julgado a sentença que julgou a curadoria definitiva requerida por aquelles nos bens d'este, ou recorrerem, querendo, da mesma sentença que tem a data de 4 de novembro do corrente anno de 1910, e pela qual os ditos requerentes ficaram habilitados como herdeiros mais proximos e presumidos do alludido ausente.

Vieira, 12 de novembro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, *Viriato Augusto da Cunha Vaz*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Peizoto de Magalhães*.

28 No juizo de direito da comarca da Feira, cartorio do escrivão Sá, e na justificação avulsa requerida por D. Maria da Conceição Correia de Sá, viuva, dos Moinhos, freguesia de Sanfins, Isabel Marques Correia, solteira, do Collegio, freguesia de Crestuma, comarca do Porto, e D. Filomena da Gloria Stewart e marido Alberto Benou Stewart, residentes na cidade do Rio de Janeiro, do Brasil, para o fim de serem julgados os unicos e universaes herdeiros de seu fallecido marido, irmão e tio, José Marques Correia, morador que foi no dito lugar dos Moinhos, de Sanfins, para todos os effectos legaes e especialmente para averbarem em seu nome os papeis de credito comprehendidos nos bens da herança e receberem na Caixa Economica Portuguesa a quantia abi depositada, que são os seguintes: quatro obrigações prediaes nominativas de 4 e meio por cento da Companhia Geral do Credito Predial Português, do valor nominal de 90\$000 réis cada uma, com os n.ºs 45:927, 45:928, 45:929 e 45:930; dois titulos de dez obrigações prediaes nominativas de 5 por cento da mesma Companhia, do valor nominal de 900\$000 réis cada titulo: um com os n.ºs 181:191 a 181:200, e outro com os n.ºs 182:651 a 182:660; um titulo de cinco obrigações prediaes nominativas de 5 por cento da mesma Companhia, do valor nominal de 450\$000 réis, com os n.ºs 147:831 a 147:835; tres titulos de cinco obrigações prediaes nominativas da mesma Companhia, de 5 por cento do valor nominal de 450\$000 réis cada um, tendo os n.ºs 157:251 a 157:255, outro os n.ºs 157:256 a 157:260, e outro os n.ºs 157:261 a 157:265; um titulo de cinco obrigações municipaes nominativas, do valor nominal de 450\$000 réis, de 5 por cento da mesma Companhia, com os n.ºs 35:136 a 35:140; tres titulos de cinco obrigações prediaes nominativas da dita Companhia, do valor nominal de 450\$000 réis cada um, tendo um os n.ºs 4:766 a 4:770, e vencendo o juro de 4 e meio por cento, outro os n.ºs 4:771 a 4:775, vencendo o mesmo juro, e outro com os n.ºs 59:231 a 59:235 e vencendo o juro de 5 por cento; e a quantia de 2:231\$308 réis depositada na delegação do Porto da Caixa Economica Portuguesa, pelo justificado José Marques Correia, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, a citar os interessados incertos para na segunda audiencia do mesmo juizo, depois de findo o prazo dos editos, verem accusar a citação, e seguirem-se os demais termos legaes. As audiencias fazem-se todas as segundas e quintas e feiras, não sendo estas dias feriados, e sempre ás dez horas da manhã, no tribunal judicial d'esta comarca, sito no edificio do convento da villa da Feira.

Feira, 25 de novembro de 1910. — O Escrivão, *Manuel Maria Correia de Sá*.

Verifiquei. — *L. do Valle Junior*.

ATTENÇÃO

29 E. A. G. Street, proprietario da patente de invenção, n.º 34, para Moçambique, para: um novo

processo para o fabrico de exclusivos de chloratos, concedida a 17 de novembro de 1897, desenhando que aquelle invento seja o mais possivel aproveitado naquella colonia, proutifica-se a concessão de licenças para o gozo parcial do privilegio de vender a patente. Correspondencia a Boulton & Watt, Hatton Garden, n.º 111, Londres.

ATENÇÃO

30 A sociedade anonyma inglesa Linotype & Machinery, Limited, actual proprietaria da patente de invenção n.º 3:508, para «Aperfeiçoamentos nas machinas de fazer barras de tipo composto para impressões», concedida a 21 de janeiro de 1901, torna publico que, desejando que aquelle invento tenha o maximo aproveitamento possível no país, está pronta a conceder licenças para o gozo parcial do privilegio, ou mesmo a vender a patente.

Correspondencia para a sede, Fleet Street n.º 138, Londres, Inglaterra

FORNOS A GAZ

31 Hans Ries, deseja vender ou conceder licenças para a exploração em Portugal do privilegio de invenção que neste país lhe foi concedido para «Porta para fornos a gaz», pela patente n.º 6:207.

Para tratar e informações, o agente official de patentes, J. A. da Cunha Ferreira, Rua dos Capellistas, 178, 1.º, Lisboa.

SOCIEDADE PARA O MELHORAMENTO DOS BANHOS DO LUSO

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada
Sede em Luso

32 Para os devidos effeitos se annuncia que, por escritura publica outorgada em 1 de julho de 1910, a fl. 28 verso do livro 507 das notas do cartorio do notario de Lisboa Antonio Tavares de Carvalho, foi declarada realizada a emissão de 547 acções no valor de 564\$000 réis para aumento de capital da sociedade para o melhoramento dos Banhos do Luso, ficando em 30:000\$000 réis esse capital, dividido em 2:500 acções de 12\$000 réis, e que esta escritura foi registada no Tribunal do Commercio de Anadia, a fl. 44 verso do livro E, em 11 de julho de 1910.

Luso, 20 de julho de 1910. — O Presidente do conselho de direcção, Ernesto Julio Navarro.

CONCURSO

33 A Camara Municipal de Lagos, devidamente autorizada, abre concurso pelo tempo de trinta dias, contados da data da publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento de dois logares de zeladores da mesma camara, com o ordenado annual de 64\$800 réis cada um e a parte nas multas a que lhes dá direito, e de afeitor do concelho, com o ordenado annual de 48\$000 réis.

Secretaria da Camara Municipal de Lagos, 28 de novembro de 1910. — O Presidente, José Julio Lapelier Berger.

COMPANHIA REAL DOS CAMINHOS DE FERRO ATRAVÉS DE AFRICA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

34 Não se tendo realizado, por falta de numero, a assembleia geral, extraordinaria annuciada para hoje, fica esta transferida para o dia 15 de dezembro proximo, para tratar do mesmo assunto, que funcionará com qualquer numero, segundo o disposto no artigo 44.º dos estatutos d'esta Companhia.

Porto, 30 de novembro de 1910 — Pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Através de Africa, o Presidente da assembleia geral, Manuel Eleutherio Pereira da Fonseca.

MONTEPIO NACIONAL

Associação de Socorros Mutuos
Rua dos Correioes, 70, Lisboa
Pensões

35 Tendo-se habilitado perante esta direcção D. Antonia Joaquina do Nascimento Guerra Direito, viuva, de 69 annos de idade, como unica herdeira á pensão annual de 66\$666 réis (1 terço de 200\$000 réis), legada por seu marido o socio fundador de 2.ª classe n.º 1:196, o sr. Delfim José Direito, fallecido em 16 de setembro de 1910; D. Maria José Lourenço Teixeira, viuva, de 48 annos de idade, por si e por seus filhos Herminia, de 24 annos, solteira, Antonio, de 17 annos e Teresa, de 13 annos, todos residentes em Leiria, como unicos herdeiros á pensão annual de 33\$333 réis (1 terço de 100\$000 réis), legada por seu marido e pae o socio fundador de 3.ª classe, n.º 2:401, o sr. Antonio Abel Teixeira, fallecido em 7 de outubro de 1910.

Correm editos de trinta dias, a contar de hoje, convocando quaesquer filhos legitimos, legitimados ou perfilhados dos fallecidos, para que reclamem a parte que nas mesmas pensões lhes possa pertencer.

Lisboa, 2 de dezembro de 1910. — O Secretario, Eugenio Costa

NOVA ESSENCIA EXTRAHIDA DO PETROLEO

36 Auguste Testelin e Georges Renard, desejam vender ou conceder licenças para a exploração em Portugal do privilegio de invenção que neste país lhes foi concedido pela patente n.º 6:509 para «disposição de um novo aparelho para a fabricação industrial de uma essencia nova por isomerização do petroleo»

Para tratar e informações o agente official de patentes J. A. da Cunha Ferreira, Rua dos Capellistas, 178, 1.º, Lisboa.

TRIBUNAL DO COMMERCIO DE LISBOA

1.ª Vara
Arrematação

37 No dia 8 de dezembro proximo, por duas horas da tarde, na Rua da Sociedade Pharmaceutica,

letras A. J., se ha de proceder á venda e arrematação, em hasta publica, dos bens moveis penhorados ao executado Antonio J. P. de Carvalho, na execução que lhe promove o exequente José Pereira de Azevedo.

E pelo presente são citados quaesquer credores que se julgarem com direito aos ditos moveis para o deduzirem no prazo da lei.

Lisboa, 25 de novembro de 1910 — O Escrivão, Antonio Pires Larangeira.
Verifiquei — S. Motta.

VENDA DE PRIVILEGIOS

38 Deseja-se vender ou conceder licenças para a exploração em Portugal dos seguintes privilegios de invenção:

Patente n.º 4:112, para «Porta-canhão para canhões (ou berços) com munhão vertical», concedida a Otto Rehnke.

Patente n.º 4:783, para «Oculo de pontaria», concedida a Hans Alfred von Kretschmar e Johannes Krone.

Patente n.º 5:620 e additamento de 18 de maio de 1910, para «Apparelho de destravar o mecanismo de disparar, montado no berço, para peças de artilharia com recuo da boca de fogo sobre o reparo».

Patente n.º 6:536, para «Cadeira articulada».

Patente n.º 6:547, para «Disposição electromagnética de disparar, para peças de artilharia».

Patente n.º 6:552, para «Projectil que comprehende uma haste destinada ao seu guiamento na arma de arremesso»; e

Patente n.º 6:568, para «Escudo protector para peças de artilharia», estas concedidas a Fried. Knupp Aktiengesellschaft

Para tratar e informações o agente official de patentes J. A. da Cunha Ferreira, Rua dos Capellistas, 178, 1.º, Lisboa

39 No inventario de menores por obito de Joana de Jesus, que foi moradora em Espinho, correm editos de trinta dias, citando o coherdeiro Carlos de Pinho Pinhal Alluai, casado, ausente em parte incerta, para assistir a todos os termos, até final do dito inventario, e deduzir os seus direitos.

Feira, 24 de agosto de 1910. — O Escrivão, José Candido Marques de Azevedo.
Verifiquei — L. do Valle Junior.

40 Pelo juizo de direito da comarca da Povoação, e cartorio do primeiro officio, escrivão Medeiros Junior, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando a interessada Maria dos Santos, solteira, menor pubere, moradora que foi na Lomba do Carro, d'esta villa, e ora ausente em parte incerta da America do Norte, para todos os termos do inventario orfanologico por obito de sua mãe Maria da Encarnação em que é inventariante o viuvo d'esta, José de Aguiar

Villa da Povoação, 14 de outubro de 1910. — O escrivão ajudante, Leonildo Botelho.

Verifiquei — J. P. Botelho.

CAMARA MUNICIPAL DE MONSÃO

Concurso

41 A commissão administrativa da Camara Municipal do concelho de Monsão, devidamente autorizada, faz publico que por espaço de trinta dias, contados da data da segunda publicação do presente annuncio no *Diario do Governo*, se acha aberto concurso para provimento dos logares de continuo da respectiva secretaria e de um zelador municipal, com o vencimento annual de réis 80\$000 cada um

Os concorrentes deverão instruir os seus requerimentos na conformidade do decreto de 24 de dezembro de 1892.

Monsão, 23 de novembro de 1910. — O Presidente, João Antonio de Pinho.

42 No juizo de direito da comarca de Montemor-o-Velho, e pelo cartorio do escrivão do segundo officio, correm editos de trinta dias, contados da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando os interessados Manuel de Oliveira Moleiro e José de Oliveira Moleiro, casados, do Arneiro Tecellão, freguesia de Arazede, d'esta comarca, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para todos os termos até final do inventario orfanologico a que neste juizo se procede por obito de seu tio Joaquim Jorge Pregaça, morador que foi no mesmo logar e em que é cabeça de casal Manuel dos Santos, dos Pelicos

Montemor-o-Velho, 26 de novembro de 1910. — O Escrivão, João Paes da Cunha Mamede.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Lemos Vianna.

CONCURSO

43 A commissão municipal republicana do concelho de Araiolos faz publico que se acha a concurso, por espaço de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, para o provimento do logar de afeitor de pesos e medidas neste concelho, com o ordenado annual de 30\$000 réis.

Os concorrentes deverão apresentar na secretaria d'esta commissão, nos Paços do Concelho, dentro do referido prazo, os seus requerimentos instruidos com os documentos comprovativos das suas habilitações, nos termos do regulamento de 23 de março de 1869.

Araiolos, 28 de novembro de 1910 — O Presidente, José de Mira Amaral

44 Pelo juizo de direito da comarca da Povoação, e cartorio do primeiro officio, escrivão Medeiros Junior, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando os interessados Maria do Santo Christo e marido Augusto Duarte, e José Inacio de Mendonça e mulher Maria Benta de Medeiros, moradores que foram na Lomba do Loução, d'esta villa, e ora ausentes em parte incerta da America, para todos os termos, até final do inventario orfanologico por obito de seu pae e so-

gro Antonio Inacio de Mendonça, em que é inventariante Ludovina Rosa de Mello.

Povoação, 17 de novembro de 1910. — O Escrivão, Leonildo Botelho.

Verifiquei — J. P. Botelho.

EDITOS DE TRINTA DIAS

45 Pelo juizo de direito d'esta comarca, cartorio do quinto officio, a cargo do escrivão abaixo assinado, e inventario orfanologico por obito de Manuel da Silva Mendes, morador que foi no Casanho, freguesia do Paião, em que é inventariante a sua viuva Maria Ferreira, affixaram-se editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando o interessado Joaquim dos Santos da Costa, casado com Maria Moura da Silva, ausente em parte incerta, para vir assistir aos termos do dito inventario, sem prejuizo do andamento d'elle.

Figueira da Foz, 12 de novembro de 1910. — O Escrivão, José Netto Rocha

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Pereira Machado.

46 Pelo juizo de direito da comarca da Povoação, e cartorio do primeiro officio, escrivão Medeiros Junior, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando os interessados João de Araujo Neto e mulher Maria da Conceição, ausentes em parte incerta do Brasil, Manuel de Araujo Neto e mulher Maria da Conceição, José de Araujo Neto e mulher Carolina Amalia de Jesus, Arsenio de Araujo Neto e mulher Maria José de Mendonça e Mariano de Araujo Neto e mulher Maria da Conceição, ausentes em parte incerta da America do Norte, moradores que foram todos nesta villa, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de sua mãe e sogra Mariana de Amaral, em que é inventariante Mariano Francisco Raposo

Povoação, 17 de novembro de 1910 — O Escrivão ajudante, Leonildo Botelho.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito J. P. Botelho.

47 Pelo juizo municipal do julgado da Calheta, comarca da Ilha de S. Jorge, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação no *Diario do Governo*, citando os interessados José Gonçalves Brasil, casado (ignorando se o nome da mulher), e Elias Gonçalves Brasil, solteiro, maior, ausentes nos Estados Unidos da America do Norte, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de Victorina Rosa Brasil, casada, que foi do logar do Topo, em que é inventariante Domingos Gonçalves Brasil, viuvo d'ella, d'alli, sob pena de revelia.

Calheta, 30 de setembro de 1910. — O Escrivão, Manuel Maria da Silveira Bellencourt.

Verifiquei — Julio de Carvalho.

48 Pelo juizo municipal do julgado da Calheta, comarca da Ilha de S. Jorge, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação no *Diario do Governo*, citando os interessados Manuel, José João, Vital, Francisco, Jacome, D. Mariana e D. Maria, cujos sobrenomes, idades e estados se ignora, filhos de Vital de Carvalho Azevedo, já fallecido, e Maximiana de Carvalho Azevedo, solteiro, maior, filho de José Maria do Carvalho Azevedo, já fallecido, ausente na America do Norte, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico a que se procede por obito de D. Maria Josefa do Coração de Jesus, viuva, que foi da freguesia de Santa Catarina, e em que é inventariante Victorino José Bello, d'alli, sob pena de revelia.

Calheta, 30 outubro de 1910 — O Escrivão, Manuel Maria da Silveira Bellencourt.

Verifiquei — Julio de Carvalho.

49 Pelo juizo de direito de Estremoz e cartorio do primeiro officio, correm editos de cincoenta dias, a contar da segunda e ultima publicação do respectivo annuncio, citando quaesquer pessoas incertas para na segunda audiencia ordinaria, posterior ao prazo dos editos, virem accusar a citação e marcar-se lhes o prazo de tres audiencias para deduzirem a contestação, que se lhes offerecer, contra o articulado, produzido por Antonio José de Freitas e sua mulher Anna Maria Carneças, e Francisco Antonio de Freitas, todos da comarca de Reguengos de Monsaiz, pelo qual pretendem habilitar-se como unicos herdeiros de Victorino Manuel de Freitas, fallecido em 29 de janeiro ultimo, na villa das Duas Barras, Esta do Rio de Janeiro, da Republica dos Estados Unidos do Brasil

As audiencias ordinarias neste juizo tem logar todas as segundas e terças feiras no tribunal do Rocio do Marquez de Pombal no edificio dos Congregados, nos termos da lei

Estremoz, 24 de novembro de 1910. — O Escrivão João Baptista Pires de Campos
(Segue a assinatura do Juiz de Direito).

EDITOS DE TRINTA DIAS

50 Pelo juizo de paz do districto de Santa Cruz, Madeira, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando Joaquina de Gouveia, viuva de José Vieira Prioste, João Vieira Prioste, Francisco Vieira Prioste, Manuel Vieira Prioste, casado, e Martinho Vieira Prioste, todos residentes na Republica do Brasil, para despejarem a parte que colouizam no predio no sitio do Pico, freguesia de Gaula, e que confina do norte e oeste com o caminho, sul com o ribeiro e leste com Domingos Nunes Pombal, pertencente aos autores D. Christina dos Santos Ornelles Frazão, e outros, da cidade do Funchal, ou para nos dez dias a contar do prazo dos editos, impugnar o pedido sob pena de confesso nos termos dos artigos 2.º e 5.º do decreto de 30 de agosto de 1907, no applicavel mediante o provio pagamento das respectivas bemeitorias, conforme se liquidar.

Santa Cruz, 9 de novembro de 1910 — O Escrivão, Justino Eduardo Figueira da Silva
Verifiquei a exactidão. — O Juiz, primeiro substituto, Carlos de Menezes Vaz.

51 Pelo juizo municipal do julgado da Calheta, comarca da Ilha de S. Jorge, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação no *Diario do Governo*, citando os coherdeiros Julio Inacio Brasil, casado; José Venancio da Silveira, casado (ignora-se o nome da mulher); João Venancio da Silveira, casado (ignora-se o nome da mulher); Joaquim Venancio da Silveira, solteiro, maior, ausentes na America do Norte, interessados no inventario orfanologico por obito de Anna do Rosario, viuva, que foi do logar do Canto do Norte, Topo, para assistirem a todos os termos até final, do mesmo inventario, sob pena de revelia; e inventariante Maria do Rosario, solteira.

Calheta, 16 de setembro de 1910 — O Escrivão, Manuel Maria da Silveira Bellencourt.
Verifiquei — Julio de Carvalho.

EDITOS DE TRINTA DIAS

Terceiro officio

52 Pelo juizo de direito da comarca de Ponta do Sol, e cartorio do terceiro officio, Brito Figueira, correm editos de trinta dias, que começam a contar-se da publicação do segundo e ultimo annuncio no *Diario do Governo*, citando José da Silva Camacho Junior, solteiro, maior, ausente nos Estados Unidos da America do Norte, para o começo da acção com processo ordinario que contra o citando, Vicente da Silva e mulher Maria Augusta da Encarnação, Manuel de Abreu Cova e mulher Francisca Augusta da Encarnação, lavadores, residentes na Candelaria, freguesia da da Tábua, movem João da Silva Ganança e mulher Maria Augusta de Jesus, também ausentes nos Estados Unidos da America do Norte.

Esta citação será accusada na segunda audiencia posterior ao prazo dos editos e ali lhe serem assuadas tres audiencias para contestarem querendo sob pena de revelia.

As audiencias no juizo de direito d'esta comarca fazem-se ás segundas e quintas feiras de cada semana, por onze horas da manhã, não sendo feriado ou santificado, porque sendo o se fazem no immediato

Ponta do Sol, 21 de novembro de 1910. — O Escrivão, João José de Brito Figueira.
Verifiquei — Freitas Junior.

EDITOS DE SESSENTA DIAS

53 No juizo de direito da comarca de S. Pedro do Sul, e pelo cartorio do primeiro officio, correm editos de 60 dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando Constantino de Almeida Dias, José de Almeida Dias, ambos solteiros, maiores, e Eufemia de Almeida Dias e marido Manuel de Almeida Luis, ausentes em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, para todos os termos do inventario orfanologico por obito de seu pae e sogro Manuel de Almeida, viuvo, morador que foi no logar e freguesia de S. Martinho das Moitas, em que figura como cabeça de casal o filho do inventariante Manuel de Almeida Dias, casado, lavrador, da Lageosa da mesma freguesia.

S. Pedro do Sul, 26 de novembro de 1910 — O Escrivão do primeiro officio, Fernando Augusto Ferreira de Moraes.

Verifiquei — O Juiz de Direito, Almeida Silva

ANNUNCIO

54 Pelo juizo de paz do districto de S. Silvestre, comarca de Coimbra e cartorio do escrivão Antonio Maria Marques, a requerimento de Evaristo Augusto Carolino, pharmaceutico em Anã, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação deste annuncio, citando Antonio da Costa Garcia, casado com Rosa Pereira Valente, de Andorinha, freguesia da Lamarosa, juizo de paz de S. Silvestre, actualmente ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para pagar ao autor Evaristo Augusto Carolino, a quantia de 13\$945 réis proveniente de medicamentos fornecidos da sua pharmacia, ou para deduzir no prazo de dez dias, depois de findos os dos editos, a impugnação ou opposição que tiver, sob pena de ser baviado por confesso e condemnado nos termos do artigo 4.º do decreto ditatorial de 29 de maio de 1907

S. Silvestre, 14 de novembro de 1910. — O Escrivão, Antonio Maria Marques.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Paz, Joaquim Ribeiro de Seica.

55 No juizo de direito da comarca de Lagos e cartorio do segundo officio, a cargo do escrivão que este subscrive, se processam e correm seus devidos termos uns autos de justificação, avulsa requerida por José Lopes Seromenho e esposa Victoria Maria, proprietarios, moradores no Povo de Almadena, freguesia da Luz; Joaquim Rosado Correia e esposa Maria Francisca Correia Marceiros, proprietarios, moradores em Villa do Bispo; José Rosado Correia e esposa Maria Teresa Malveiro, proprietarios, moradores no sitio da Quinta, freguesia de Aljezur; Manuel Rosado Correia, viuvo, proprietario, morador no sitio do Espageiro, freguesia de Bensafim, e Francisca Rosado Correia e marido Francisco Fernandes de Oliveira, proprietarios, moradores no Povo e freguesia de Odeceixe, a fim de se habilitarem como unicos e universaes herdeiros de Vicente Correia, morador que foi no Povo de Almadena, freguesia da Luz e fallecido em 27 de setembro do corrente anno de 1910.

Correm, pois, editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo annuncio no *Diario do Governo*, citando quaesquer pessoas incertas que pretendam contestar ou impugnar, para o fazerem até a terceira audiencia, depois de accusada a citação, accusação esta que deve effectuar-se na segunda audiencia, posterior ao prazo dos editos. As audiencias d'este juizo fazem-se todas as segundas e quintas feiras, pelas dez horas da manhã, no tribunal judicial d'esta comarca, situado na Praça Gil Eannes, d'esta cidade, não sendo aquelles dias feriados, porque, sendo-o, se fazem nos immediatos, se tambem o não forem

Lagos, 26 de novembro de 1910 — O Escrivão, Arthur Baptista Galvão
Verifiquei — Batista.

COMARCA DE OLHÃO

56 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario orfanologico por obito de Maria do O, que foi do povo da Fuzeta, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação, citando o legatario Joaquim Frederico Maldonado, filho de Frederico Raimundo Maldonado, fallecido, e de Ermelinda Passos Maldonado, residente na cidade de Faro, para os termos do dito inventario. Olhão, 25 de novembro de 1910.—O Escrivão, Rodrigo Antonio de Oliveira. Verifiquei.—A. J. Guerra. (a)

57 Pelo juizo de direito da comarca de Coimbra, e cartorio do escrivão do quarto officio, correm seus termos uns autos de inventario orfanologico a que se procede por obito de Anna Roxa e marido José Soares de Almeida, moradores que foram no lugar da Cegonha, freguesia de Antanhol, e no qual é cabeça de casal Maria de Almeida Roxa, casada, residente no mesmo lugar, e pelos mesmos autos correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação do annuncio, citando os interessados Maria Emilia Roxa de Almeida e marido Antonio Macedo, ambos ausentes em parte incerta do Brasil, para assistirem a todos os termos até final sem prejuizo do seu andamento.—O Escrivão do quarto officio, Arthur de Freitas Campos. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Oliveira Pires. (b)

EDITOS DE TRINTA DIAS

58 No juizo de direito d'esta comarca, e cartorio do escrivão que este assina, pende um inventario orfanologico a que se procede por obito de Francisco Nogueira, morador que foi no lugar do Barco, freguesia de Paço de Sousa, d'esta comarca, no qual é inventariante a viuva do mesmo, Maria de Oliveira, do referido lugar e freguesia. Neste inventario correm editos de trinta dias, contados da data da ultima publicação d'este annuncio num dos periodicos d'esta localidade e no Diario do Governo, a citar o co-herdeiro filho José Nogueira, solteiro, maior, residente em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do mesmo, sem prejuizo do seu andamento. Penafiel, 24 de novembro de 1910.—O Escrivão, Luiz Pereira de Almeida Borges. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, A. Alvares. (c)

59 Pelo juizo de direito da comarca de Soure, e cartorio do escrivão do terceiro officio, A. Cardoso, correm editos de quarenta dias, a contar da data da segunda publicação do respectivo annuncio no Diario do Governo, a citar Beatriz Coelho, solteira, de occupação domestica, maior, ausente em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do inventario orfanologico a que neste juizo se procede por fallecimento de sua tia Maria da Conceição, casada e moradora que foi em Serro Ventoso, freguesia de Samuel, d'esta comarca de Soure. Soure, 25 de novembro de 1910.—O Escrivão, Armando Godinho dos Reis Cardoso. Verifiquei.—O Juiz de Direito, J. Bernardes. (d)

EDITOS DE TRINTA DIAS

60 Pelo juizo de direito da comarca de Villa do Conde e cartorio do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias a citar Manuel da Silva Campos, ausente em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, para no prazo de dez dias, findos os mesmos editos, pagar no referido cartorio a quantia de 22\$279 réis de custas e sellos em que foi condemnado no inventario orfanologico a que se procedeu por fallecimento de sua mãe Aribina Rosa de Azevedo, residente que foi, na freguesia de Avelleda, com a pena de, não pagando, se proceder á respectiva penhora. O prazo dos editos começa a correr da segunda publicação d'este annuncio no Diario do Governo. O referido ausente fica igualmente intimado para assistir até final a todos os termos da competente execução, com a pena de revella faltando. Villa do Conde, 26 de novembro de 1910.—O Escrivão, Vasco José de Almeida. Verifiquei.—Marques de Albuquerque. (e)

EDITOS DE TRINTA DIAS

61 No juizo de direito da comarca de Villa Real, e cartorio do escrivão que este subscreve, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este, citando David Rodrigues Carneiro, ausente em parte incerta, para que no prazo de dez dias, findo que seja aquelle prazo, pagar a quantia de 131\$255 réis, custas e sellos em divida a este juizo, ou no mesmo prazo nomear á penhora bens suficientes para seu pagamento, sob pena de, não pagando nem nomeando, no decurso, se proceder a uma regular execução. Villa Real, 24 de novembro de 1910.—O Escrivão ajudante, Antonio Alvares de Barros e Matos. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, D. Ramos. (f)

EDITOS DE TRINTA DIAS

62 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Union Bank of Espan and England Limited, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitará neste tribunal, a quantia de 12:373\$169 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1900 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (g)

EDITOS DE TRINTA DIAS

63 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de Mariano Martins (ru-lilas, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 1.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 173\$081 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1896 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (h)

EDITOS DE TRINTA DIAS

64 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Maria Isabel Almeida Seixas, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 1.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitará neste tribunal, a quantia de 572\$550 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1899 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (i)

EDITOS DE TRINTA DIAS

65 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de José Simões Ferreira Machado, actualmente em parte incerta, para, no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 1.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 3:774\$169 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1895 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (j)

EDITOS DE TRINTA DIAS

66 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando G. de Lorial & C., actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitará neste tribunal, a quantia de 149\$295 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1906 a 1908, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (k)

EDITOS DE TRINTA DIAS

67 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de Frederico Augusto Serpa, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitarão neste tribunal, a quantia de 125\$447 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1896-1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (l)

EDITOS DE TRINTA DIAS

68 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Eugénio Bouquet, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitará neste tribunal, a quantia de 395\$19 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1898-1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (m)

EDITOS DE TRINTA DIAS

69 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando E. F. Daniels & C., actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitará neste tribunal, a quantia de 151\$811 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1896-1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 21 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (n)

EDITOS DE TRINTA DIAS

70 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa, correm editos de trinta dias ci-

tando Caetano Augusto Carvalho Pereira Malhães, actualmente residente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitará neste tribunal, a quantia de 183\$500 réis, proveniente de contribuição de direitos de mercê do anno de 1886-1887, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 24 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (o)

EDITOS DE TRINTA DIAS

71 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de Augusto Cesar Elmano Cunha, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 742\$308 réis, proveniente de contribuição de receita por lei de 17 de abril de 1886, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (p)

EDITOS DE TRINTA DIAS

72 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Antonio Ferreira da Silva Branco, actualmente em parte incerta, para, no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitará neste tribunal, a quantia de 134\$089 réis, proveniente de contribuição de juros dos annos de 1895 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (q)

EDITOS DE TRINTA DIAS

73 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de Antonio Augusto de Amorim, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 612\$000 réis, proveniente de contribuição de direitos de mercê dos annos de 1893 e 1894, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (r)

EDITOS DE TRINTA DIAS

74 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de Antonio Augusto Costa Batalha, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagarem na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 263\$760 réis, proveniente de contribuição de direitos de mercê, dos annos de 1873 e 1874, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos. Lisboa, 19 de novembro de 1910.—O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Motta Prego. (s)

75 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal, e cartorio do escrivão do terceiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio no Diario do Governo, citando a interessada Maria de Jesus e marido, cujo nome se ignora, ausentes d'esta ilha, em parte incerta, para assistirem a todos os termos do inventario orfanologico que neste juizo se está prestando por obito de Maria de Jesus, moradora que foi no sitio da Victoria, freguesia de S. Martinho, e de que é inventariante João de Freitas, morador no sitio das Quebradas, dita freguesia de S. Martinho, como determina e para os effectos do § 3.º do artigo 696.º do Codigo do Processo Civil. E de como o Ex.º Dr. Manuel Rufino da Graça, juiz de direito d'esta comarca verificou a exactidão d'este extracto, vas rubricá lo. Funchal, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão, Antonio Alexandrino de Sousa. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Rufino da Graça. (t)

76 Pelo juizo de direito da comarca da Ponta do Sol, e pelo cartorio do primeiro officio, correm editos de trinta dias, que começam a contar-se da publicação do segundo annuncio no Diario do Governo e jornal da localidade, citando Isabel da Silva, casada com José Pantalão, José de Abreu Ribeiro, casado com Maria de Jesus, Manuel Rodrigues Jardim, casado, ausentes para os Estados Unidos do Brasil e Maria da Silva, casada com Antonio Nunes, ausentes para a America, para, na qualidade de interessados, assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico que neste juizo se procede por obito de sua mãe e sogra Maria da Silva, viuva, moradora que foi no Lombó das Adegas, freguesia da Ponta do

Sol, sem prejuizo do andamento do mesmo inventario. Ponta do Sol, 15 de novembro de 1910.—O Escrivão, Nicolau Francisco Borges. Verifiquei a exactidão.—O Presidente da Camara s-rviado de juiz no impedimento do effectivo, Freitas Junior. (u)

EDITOS DE TRINTA DIAS

77 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Ilha da Madeira, e cartorio do escrivão do terceiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da data da segunda publicação d'este annuncio na Folha Official, citando Manuel Pestana e mulher, Antonio Pestana e mulher e Teresa de Jesus e marido, ausentes em parte incerta, para assistirem e falarem como interessados a todos os termos do inventario orfanologico a que se procede neste juizo por fallecimento de Manuel Rodrigues de Freitas, morador que foi no sitio da Vargem, freguesia de S. Vicente, e em que é inventariante a viuva Teresa de Jesus, moradora no referido sitio da Vargem, freguesia e comarca de S. Vicente, sem prejuizo do andamento do mesmo inventario. S. Vicente, 22 de novembro de 1910.—O Escrivão, Jeronymo Teixeira de Barros. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, A. M. A. P. Seves de Oliveira. (v)

78 Pelo juizo de direito da comarca de Penacova, e cartorio do escrivão do primeiro officio, Pimentel, correm seus termos uns autos de inventario orfanologico a que se procede por obito de Joaquina Pereira, casada, moradora que foi no lugar do Villar, da mesma comarca, e no qual figura como cabeça de casal Francisco Carvalho, casado, filho da inventariada, do mesmo lugar. E nos mesmos autos correm editos de trinta dias, citando os interessados Antonio Carvalho fibella, casado, e Alfredo Carvalho, solteiro, de maior idade, genro e neto da inventariada, ausentes em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, para assistirem, querendo, a todos os termos do referido inventario até final, sem prejuizo do seu andamento. Penacova, 29 de novembro de 1910.—O Escrivão, José Maria Pereira Pimentel. Verifiquei a exactidão.—C. Raposo. (x)

EDITOS DE TRINTA DIAS

79 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Ilha da Madeira, e cartorio do escrivão do terceiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da data da segunda publicação d'este annuncio no Diario do Governo, citando Manuel José e mulher, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos da America do Norte, Joaquim José de Andrade e mulher Anna Pereira, Carolina de Andrade e marido João Velloso, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos da Republica do Brasil, para assistirem e falarem como interessados a todos os termos do inventario orfanologico a que se procede neste juizo por fallecimento de seu pae e sogro João José de Andrade, morador que foi no Lombo de Cima, freguesia do Faial, d'esta comarca de S. Vicente, e em que é inventariante a viuva Luísa da Silva, moradora no referido sitio do Lombo de Cima, sem prejuizo do andamento do mesmo inventario. S. Vicente, 18 de novembro de 1910.—O Escrivão, Jeronymo Teixeira de Barros. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Seves de Oliveira. (y)

COMARCA DE SANTA CRUZ

80 Pelo juizo de direito d'esta comarca, e cartorio do escrivão do terceiro officio, nos autos de execução que o Ministerio Publico promove a Julianna de Gouveia, viuva de Manuel de Gouveia e a seus filhos e georos, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio no Diario do Governo, citando os co-executados Manuel Rodrigues, casado, Luis Caudido de Gouveia Pinto e mulher Belyra da Conceição Gouveia, e João de Gouveia e mulher, moradores que foram respectivamente nesta villa de Santa Cruz, Rua da Industria n.º 28, 2.º, D., a Alcantara, da cidade de Lisboa, e Rua de Santa Maria, freguesia de Santa Maria, da cidade do Funchal, e hoje ausentes de seus domicilios em parte incerta, para no prazo de dez dias posterior ao dos editos, pagarem com os demais devedores a quantia de 17\$410 réis, no cartorio do referido escrivão, do custas e sellos conta os no inventario prestado por obito do dito Manuel de Gouveia, ou nomearem bens á penhora para isso sufficientes e para o que acrescer, sob pena de o direito de nomeação se devolver ao exequente. Santa Cruz, 10 de novembro de 1910.—O Escrivão, Vicente Julião Gonçalves. Verifiquei.—O Juiz de Direito substituto em exercicio, Joaquim José de Gouveia. (z)

81 Pelo juizo de direito da 6.ª vara d'esta comarca, cartorio do escrivão Nunes, e nos autos de inventario orfanologico a que se procede por obito de Julio Cesar da Silva, morador que foi na Rua da Escola do Exercito n.º 38, rés-do-chão, D., freguesia dos Anjos, d'esta cidade, em que é inventariante Maria Luísa da Silva, correm editos de sessenta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando os interessados Carlos Victor da Silva, maior, João Augusto da Silva, maior, e José Augusto da Silva, casado com D. Paulina Ricardo da Silva, todos ausentes em parte incerta, o primeiro no Bihé, Hanguella (Africa Occidental), o segundo no Rio Zaire, S. Salvador do Congo (tambem Africa Occidental), e o terceiro na cidade de Santos, provincia de S. Paulo, Republica dos Estados Unidos do Brasil, a fim de assistirem a todos os termos e actos até final do referido inventario, sob pena de revella. Lisboa, 19 de novembro de 1910.—O Escrivão, Celestino Augusto Nunes. Verifiquei a exactidão.—O Juiz de Direito, Sottomayor. (aa)